



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA

ANA PAULA DE OLIVEIRA LIMA

**O CREPÚSCULO DO SOL NASCENTE: MEDICINA E EXTERMÍNIO NO
PROGRAMA DE GUERRA BIOLÓGICA DO JAPÃO IMPERIAL**

João Pessoa
2026

ANA PAULA DE OLIVEIRA LIMA

**O CREPÚSCULO DO SOL NASCENTE: MEDICINA E EXTERMÍNIO NO
PROGRAMA DE GUERRA BIOLÓGICA DO JAPÃO IMPERIAL**

Monografia apresentada ao Departamento de História do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Graduação em Licenciatura Plena em História.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto de Vasconcelos.

João Pessoa
2026

ANA PAULA DE OLIVEIRA LIMA

**O CREPÚSCULO DO SOL NASCENTE: MEDICINA E EXTERMÍNIO NO
PROGRAMA DE GUERRA BIOLÓGICA DO JAPÃO IMPERIAL**

Monografia apresentada ao Departamento de
História do Centro de Ciências Humanas, Letras e
Artes da Universidade Federal da Paraíba, como
requisito para obtenção do título de Graduação
em Licenciatura Plena em História.

Data: ____/____/____

Banca Examinadora

Prof. Dr. Lúcio Flávio Sá Leitão Peixoto de Vasconcelos
DH/UFPB
(Orientador)

Prof. Dr. José Jonas Duarte da Costa
DH/UFPB

Prof. Dr. Fernando Cauduro Pureza
PPGH/UFPB

João Pessoa
2026

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, expresso minha mais profunda gratidão ao meu pai, Manoel. Embora tenha nos deixado em 2024 e não possa estar fisicamente presente para me ver graduar, sua presença e seu amor continuam sendo a base de tudo o que sou. Sei que, de onde estiver, ele compartilha da alegria desta conquista, que também é inteiramente sua. Seu legado de força foi o que me trouxe até aqui. E à minha mãe, Maria, o meu muito obrigada por ser meu porto seguro. Agradeço pelo apoio incondicional e por segurar a minha mão em todos os momentos, especialmente nos mais difíceis. Esta vitória é nossa.

Aos meus amigos de escola, Luanna, Jacyara, Jodson e Marcelo, que me acompanham há tanto tempo e me ancoram em quem eu sou muito além da vida acadêmica. Obrigada por serem a minha rede de apoio incondicional e por manterem viva uma amizade que ignora o tempo e as distâncias. Um agradecimento igualmente especial às amigas que a graduação me trouxe, Thaís e Ana Paula, por terem dividido comigo as angústias, os prazos apertados, as leituras complexas, as fofocas e as crises de riso descontrolado. Sobreviver a este curso não teria sido possível, nem teria tido a mesma graça, sem vocês ao meu lado.

Ao meu orientador, Prof. Lúcio Flávio, pela paciência, pelas correções precisas e por guiar meus passos na construção desta pesquisa. Agradeço imensamente por ter abraçado um tema tão denso e por todo o incentivo ao longo de cada etapa do processo. Aos membros da banca examinadora, Prof. Jonas e Prof. Fernando, meu sincero agradecimento pela disponibilidade, pelo tempo dedicado à leitura e pelas valiosas contribuições para este trabalho.

RESUMO

Entre as décadas de 1930 e 1940, o Exército Imperial Japonês estabeleceu na Manchúria ocupada um programa secreto de armas biológicas sob a fachada do Departamento de Prevenção Epidêmica e Purificação de Água (Unidade 731). Esta pesquisa analisa a trajetória do programa, investigando a transformação da ciência e da medicina em ferramentas de soberania e extermínio industrial pelo Estado japonês. Adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória, baseada em análise bibliográfica e documental, fundamentada nos conceitos de biopolítica (Michel Foucault) e necropolítica (Achille Mbembe) para examinar o poder soberano sobre “corpos descartáveis”. Os resultados demonstram que a Unidade 731 não foi um desvio ético isolado, mas um projeto de eficiência operado pela elite acadêmica e protegido por uma complexa estrutura de ocultação. Identifica-se a existência de um pacto de impunidade entre o Japão e os Estados Unidos: a anistia aos perpetradores foi negociada em troca do acesso exclusivo aos dados das experimentações humanas. O estudo desmistifica a utilidade científica do programa, evidenciando que ele não produziu avanços legítimos, servindo apenas como tecnologia de aniquilação. Conclui-se que o silenciamento desses crimes no pós-guerra, consolidado pelo pacto de conveniência na Guerra Fria e pela posterior projeção de um *soft power* japonês pacificado, constituiu um projeto sistemático de apagamento.

Palavras-chave: Guerra biológica; Unidade 731; Manchúria; Japão Imperial.

ABSTRACT

Between the 1930s and 1940s, the Imperial Japanese Army established a secret biological weapons program in occupied Manchuria under the cover of the Epidemic Prevention and Water Purification Department (Unit 731). This research analyzes the program's trajectory, investigating the transformation of science and medicine into tools of sovereignty and industrial extermination by the Japanese State. A qualitative and exploratory approach is adopted, based on bibliographic and documentary analysis, grounded in the concepts of biopolitics (Michel Foucault) and necropolitics (Achille Mbembe) to examine sovereign power over “disposable bodies”. The results demonstrate that Unit 731 was not an isolated ethical lapse, but a project of efficiency operated by the academic elite and protected by a complex structure of concealment. It identifies a pact of impunity between Japan and the United States: amnesty for the perpetrators was negotiated in exchange for exclusive access to human experimentation data. The study demystifies the scientific utility of the program, evidencing that it produced no legitimate advances, serving only as a technology of annihilation. It concludes that the post-war silencing of these crimes, consolidated by the Cold War pact of convenience and the subsequent projection of a pacified Japanese soft power, constituted a systematic project of erasure.

Keywords: Biological warfare; Unit 731; Manchuria; Imperial Japan.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Imperador Meiji e Imperatriz Shōken em arte <i>nishiki-e</i>	13
Figura 2 – Cartaz propagandístico de Manchukuo.....	46
Figura 3 – “O progresso da Manchúria”, banner da South Manchuria Railway para a Exposição de Chicago (1933).....	47
Figura 4 – Vista Aérea das instalações do Departamento de Prevenção Epidêmica e Purificação de Água, em Pingfang, Harbin.....	59
Figura 5 – Reconstituição cartográfica da Unidade 731 elaborada pela inteligência soviética.....	82

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Principais agentes patogênicos cultivados pela Unidade 731.....	68
Quadro 2 – Principais unidades complementares ao complexo de Pingfang.....	74

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	10
2.	Uma patologia do corpo imperial: a impureza como diagnóstico e a desumanização como cura	13
2.1.	A intrusão ocidental e a erosão da soberania no Período Tokugawa (1603-1868).....	13
2.2.	A reestruturação política e a consolidação do Estado-Nação na Era Meiji (1868-1912).....	17
2.3.	A fragilidade democrática e a construção do inimigo interno na Era Taishō (1912-1926).....	24
2.4.	A instrumentalização da ciência e a metástase da pureza na Era Shōwa (1926-1989).....	29
3.	O teatro anatômico do Império: a metodologia da crueldade e a industrialização da morte na Manchúria	38
3.1.	A geografia da abundância e o horizonte estratégico da Manchúria, a ‘Eldorado’ asiática.....	38
3.2.	Manchukuo, a construção de um Estado-laboratório e o paradoxo da harmonia racial.....	44
3.3.	Arquitetura, disfarce e burocracia do extermínio no ‘Departamento de Prevenção Epidêmica e Purificação de Água’.....	50
3.4.	De ‘bandidos’ a ‘marutas’, o corpo como objeto de estudo e a sistematização da tortura como método científico.....	61
4.	O espólio biológico: o ápice da guerra bacteriológica, a justiça negociada e a resistência da memória	71
4.1.	O uso de armas biológicas e a Ásia como campo de testes final.....	71
4.2.	O declínio imperial e a disputa geopolítica pela narrativa.....	75
4.3.	A reintegração dos perpetradores e a batalha pela memória.....	82
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
6.	REFERÊNCIAS	89

1. INTRODUÇÃO

“Amizade é amizade, História é história”.

– Men Behind the Sun, 1988

Em setembro de 2025, o filme *Evil Unbound*, dirigido pelo cineasta chinês Zhao Linshan, levou o público a lotar as salas de cinema de toda a China. Arrecadando mais de 170 milhões de dólares em apenas quatro dias, segundo dados do IMDb¹, o longa-metragem reconta as violações humanas cometidas por cientistas do Império Japonês durante seu programa secreto de pesquisa e desenvolvimento em guerra biológica. A relevância dessa memória transcende as telas. Em janeiro de 2026, o jornal China Daily² publicou uma matéria abordando as comemorações da vitória chinesa na Segunda Guerra Mundial, que coincide com a Segunda Guerra Sino-Japonesa, e o agravamento das tensões diplomáticas com Tóquio, intensificadas após declarações da Primeira-Ministra japonesa, Sanae Takaichi, sobre Taiwan, somadas à provocativa visita dela ao Santuário Yasukuni³, pouco antes de ocupar o cargo. Na ocasião, a matéria utilizou o sucesso recente de *Evil Unbound* e a descoberta de novas evidências sobre o programa biológico para corroborar o argumento de que, enquanto a China ascende pacificamente, o Japão estaria retomando uma postura militarista sob a influência da extrema-direita.

A menção a *Evil Unbound* e às experimentações japonesas em humanos, mesmo que o foco da matéria fosse o cenário geopolítico atual, não ocorreu por acaso. A obra reacendeu as discussões sobre um episódio pouco debatido da história sino-japonesa, servindo tanto como pilar para o nacionalismo chinês quanto como campo de batalha contra o apagamento histórico promovido pelo Japão. No imaginário da mídia ocidentalizada, o país do Sol Nascente se tornou, de certa forma, tão idealizado e romantizado que o seu imperialismo, perpetrado entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX, é frequentemente ignorado ou desconhecido. Entretanto, parte da Ásia não esqueceu as agressões sofridas. Como sugere a premissa de *Men Behind the Sun* (1988), produção chinesa, pioneira sobre o

¹ O IMDb é um dos maiores e mais consultados bancos de dados *online* sobre cinema e entretenimento. Os dados referentes à bilheteria citada estão disponíveis em: <https://www.imdb.com/pt/news/ni65487417/>. Acesso em: 10 dez. 2025.

² O China Daily é o principal jornal de língua inglesa publicado na República Popular da China, sendo frequentemente utilizado como um dos veículos oficiais para a projeção da visão estatal e diplomática chinesa ao público internacional. A matéria citada está disponível em: https://www.chinadaily.com.cn/a/202601/06/WS695c55f8a310d6866eb3220c_1.html. Acesso em: 3 fev. 2026.

³ Santuário xintoísta localizado em Tóquio, centro de intensas controvérsias por homenagear militares japoneses mortos em combate, incluindo líderes condenados como criminosos de guerra. Visitas oficiais de altas autoridades japonesas ao local são repudiadas por nações vítimas do imperialismo japonês, sendo interpretadas como uma exaltação ao passado militarista do país.

tema da guerra biológica japonesa e que inaugura as discussões deste trabalho, a diplomacia do presente não é capaz de apagar os rastros do passado.

Inserida nesse contexto de disputas narrativas e apagamento histórico, esta monografia delimita como objeto de estudo a institucionalização e a atuação do Departamento de Prevenção Epidêmica e Purificação de Água do Exército de Guangdong (também conhecido como Unidade 731). Idealizado pelo bacteriologista e militar japonês Shirō Ishii, o complexo operou na Manchúria, nordeste da China, entre os anos de 1932 e 1945. O problema central dessa investigação consiste em compreender de que maneira a expansão do imperialismo japonês e a consolidação do Estado-fantoches de Manchukuo viabilizaram a criação de um aparato voltado à guerra biológica, onde patógenos letais são transformados em armas contra civis e soldados inimigos. Busca-se analisar, então, como a instauração de um Estado de exceção permanente, no qual a suspensão de direitos civis era a regra, e não uma medida temporária de crise, permitiu o extermínio humano em larga escala sob a fachada da pesquisa científica.

Além do interesse pessoal suscitado pelo filme *Men Behind the Sun*, obra cujo impacto gráfico e emocional instigou questionamentos profundos sobre a capacidade humana para a barbárie e a subsequente impunidade de seus algozes, a justificativa para esta pesquisa ampara-se na urgência de preencher uma lacuna significativa na historiografia brasileira sobre os crimes de guerra japoneses. Embora o emprego de armas biológicas pelo Exército Imperial Japonês represente um dos capítulos mais obscuros da história contemporânea, nota-se, mediante levantamento em bases de dados (como Google Acadêmico, SciELO e repositórios institucionais) e em periódicos especializados em Ásia (como a revista Estudos Japoneses, da USP, e Terracota, da UnB), que o tema ainda é pouco explorado pela produção acadêmica nacional. Até o presente momento, a Unidade 731 é apenas mencionada em estudos sobre bioterrorismo e trabalhos focados nos experimentos nazistas em Auschwitz, surgindo como um exemplo secundário para demonstrar que a Alemanha não foi a única nação a conduzir testes letais em humanos. Diante desse cenário de escassez bibliográfica, compreender a Unidade 731 não é apenas um resgate factual, mas um esforço necessário para analisar como o discurso de modernização e progresso científico pode ser instrumentalizado para justificar a violência sistêmica e a desumanização do “Outro”.

Para responder à problematização que norteia esta pesquisa, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a criação, os propósitos e o funcionamento do Departamento de Purificação de Água e Prevenção Epidêmica do Exército de Guangdong. Dessa forma, adotaram-se procedimentos metodológicos de natureza qualitativa e exploratória. O estudo se

ampara na revisão bibliográfica e na análise de documentos disponibilizados em plataformas digitais, a exemplo do Internet Archive. Nesse *corpus* documental, destaca-se o exame de três frentes principais: registros de autores das décadas de 1920 e 1930 que observaram de perto as tensões do período, peças de propaganda imperial japonesa e os processos oriundos dos tribunais de Tóquio (1946-1948) e, especialmente, de Khabarovsk (1949). A fundamentação teórica dialoga com o conceito de biopolítica, de Michel Foucault, para compreender a gestão utilitária da vida no espaço colonial, e com a perspectiva da necropolítica, de Achille Mbembe, visando elucidar como o ‘fazer morrer’ se tornou uma engrenagem essencial da máquina estatal e capitalista em Manchukuo.

A fim de dar conta desta proposta, a monografia foi estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo analisa o processo de formação do militarismo e do expansionismo do Japão Imperial entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Em vez de se deter em uma análise isolada dos períodos dinásticos, o capítulo aborda a transição das Eras Meiji, Taishō e Shōwa como um processo contínuo de radicalização política e modernização estatal. O foco recai sobre como o ultranacionalismo e a retórica xenofóbica se entrelaçaram com o desenvolvimento científico do país, impulsionado pelas crises sanitárias da época, como os ciclos epidêmicos de cólera, e pela forte influência da medicina alemã. Por fim, o texto demonstra como a consolidação dessa ciência a serviço do Império preparou o terreno para Shirō Ishii. Ao alinhar seu discurso às demandas estruturais do Estado, Ishii soube prometer o aprimoramento sanitário das tropas e o barateamento da eficiência bélica como trunfos para angariar o apoio necessário à criação de seu projeto de guerra biológica.

O segundo capítulo concentra-se no autodenominado Departamento de Purificação de Água e Prevenção Epidêmica. Para desconstruir essa fachada, o texto explora inicialmente o contexto da região e a fundação do Estado-fantoches de Manchukuo, caracterizando-o como um laboratório de modernidade gerido sob um permanente estado de exceção. Com o projeto de Shirō Ishii já sistematizado por uma rede institucional, detalha-se a instalação da Unidade 731 em Harbin. O capítulo culmina no mapeamento do complexo, de sua hierarquia e das práticas de extermínio ali realizadas, examinando como o local operava sob a lógica simultânea da biopolítica e da necropolítica. Na sequência, o terceiro capítulo traça o percurso das armas biológicas desde as bancadas de teste até o uso em campo, que se encerra na queima forçada de arquivos frente ao declínio do Império Japonês. Aborda-se, ainda, como a busca por justiça foi eclipsada pela geopolítica nos tribunais de Tóquio e Khabarovsk, resultando em um pacto de impunidade que forçou as vítimas e seus familiares à árdua luta contemporânea pelo direito à memória.

2. Uma patologia do corpo imperial: a impureza como diagnóstico e a desumanização como cura

2.1. A intrusão ocidental e a erosão da soberania no Período Tokugawa (1603-1868)

Figura 1: Imperador Meiji e Imperatriz Shōken em arte *nishiki-e*



Fonte: Shōgetsu (1890)

Tóquio, 1890. Abrindo caminho entre os pavilhões que destacam inovações estrangeiras e nacionais, despertando curiosidade e fervor pátrio, a presença imponente do casal imperial, acompanhado por sua comitiva, é o momento mais aguardado da terceira edição da Exposição Nacional Industrial, ilustrada pelo artista Tōshū Shōgetsu. Trajado em uniforme militar prussiano rígido e de corte reto, adornado por insígnias imperiais e condecorativas, o Imperador Meiji desfila pelo salão de mostras, tornando-se alvo dos olhares reverentes da aristocracia japonesa e dos demais presentes — observadores mais atentos ainda podem notar que, por baixo do capacete militar emplumado, os cabelos negros de Meiji estão curtos, em contraste com os longos fios típicos de diferentes povos asiáticos do período. Ao seu lado, seguindo uma indumentária tipicamente vitoriana, marcada por espartilhos e armações responsáveis por dar volume à parte traseira do vestido, encontra-se a Imperatriz Shōken. Ambos deixaram de lado suas pesadas e tradicionais vestes, como o *sokutai* (束帯) e o *jūnihitoe* (十二単), compostos por diversas camadas têxteis que propositalmente encobrem as linhas do corpo, a fim de se integrarem a uma estética ocidentalizada que esculpe a silhueta. Se não tivéssemos o contexto étnico e geográfico, poderíamos facilmente tomá-los por europeus e situar a cena no continente.

A moda tende a ser percebida como uma questão cultural secundária, desvalorizada enquanto objeto de análise. Contudo, diferentes estudos históricos e antropológicos, como o de Rufino (2020), têm desmistificado essa visão, apontando que a moda é um fenômeno sociopolítico e sua investigação nos ajuda a interpretar aspectos como a classificação de grupos sociais e a subsequente diferenciação entre eles, as mudanças identitárias de um indivíduo ou uma nação, além da dicotomia entre passado e presente. Portanto, analisando a imagem acima, cabe-nos questionar: por que uma das monarquias mais longevas do mundo, profundamente ancorada em tradições milenares, passou por uma metamorfose visual tão expressiva que, se estivéssemos nos referindo a apenas algumas décadas antes, seria impensável? Quando preceitos estéticos eurocêtricos passaram a influenciar a identidade da família imperial japonesa, notada por ser uma referência moral e cultural à população nipônica? Podemos encontrar as respostas na própria história do Japão, pois ela nos mostra que a decisão de incorporar a estética cortesã europeia à corte japonesa não se fundamentou em mero fascínio por sua beleza ou singularidade, mas em uma estratégia geopolítica delineada após a projeção imperialista do Ocidente no país.

Do início do século XVII até a primeira metade do século XIX, o Japão, governado pelos xoguns do clã Tokugawa, era um território isolado, contrário à presença estrangeira, especialmente ocidental. Embora não fosse estranho ao contato com estrangeiros, seguia uma rígida política denominada *Sakoku* (鎖国, ‘país fechado’), objetivando manter longe influências estrangeiras que comprometessem a identidade japonesa ou pusessem em risco a ordem social interna, como a disseminação do cristianismo e das armas de fogo⁴. Henshall (1999) e Meyer (2009) são unânimes ao argumentar que o ponto de virada desse cenário é a chegada dos Estados Unidos, em 1853. Convém lembrar que esse foi um período em que o Ocidente se encontrava em pleno processo de industrialização e o país norte-americano, representado pelo Comodoro Matthew Perry, estava ávido por garantir uma relação comercial com o Japão antes das potências europeias.

Meyer (2009) explica que, apesar de territorialmente pequeno e pobre em diversos recursos minerais valiosos, como o ferro, o país possuía grandes reservas de carvão, elemento indispensável ao funcionamento dos navios a vapor. O autor também destaca que o Japão, sendo um conjunto de ilhas localizadas ao noroeste do Oceano Pacífico, passou a ser visto como um ponto estratégico para a caça às baleias, a força motriz da indústria baleeira, e para o acesso à China, cujo mercado, rico em seda, chá e porcelana, se tornou foco das potências

⁴ Havia comércio com estrangeiros (chineses, coreanos e holandeses), mas em pontos estratégicos e com diversas limitações que permitiam ao Japão o controle da dinâmica com esses países (Henshall, 1999).

ocidentais. Era vantajoso ganhar acesso aos portos japoneses, onde marinheiros poderiam abastecer os navios e conseguir suprimentos, buscar abrigo em caso de adversidades e consertar eventuais problemas nas embarcações. Entretanto, a política *Sakoku* proibia essa aproximação e era comum que marinheiros estrangeiros fossem expulsos ou assassinados ao chegarem nos portos japoneses.

Em 1853, a Marinha dos Estados Unidos entregou algumas cartas ao xogunato⁵ e esses documentos nos permitem constatar que o país adotou uma estratégia retórica dualista. Embora tenham se apresentado como um país totalmente desinteressado em interferir nos assuntos internos do Japão, sejam eles políticos ou religiosos, buscando somente uma relação econômica mutuamente vantajosa, também é verdade que os norte-americanos utilizaram um tom paternalista, partindo da premissa de que sabiam o que era melhor para os japoneses. Sob o verniz da cordialidade, o país se colocou na posição de agente do progresso, aquele que levaria a modernidade a uma região estagnada no tempo, isto é, o Japão, que deveria aceitar e agradecer, apesar de serem os norte-americanos, e não os japoneses, os que precisavam de algo. Essa postura de superioridade velada não se encaixa em uma aproximação respeitosa, diplomática, e a demora do xogunato em fornecer uma resposta positiva, deixando os estadunidenses cada vez mais impacientes, nos faz perceber que a cordialidade era condicional à submissão e teria fim quando a resistência começasse.

Corroborando com essa percepção, o tom das últimas cartas se torna menos um convite e mais um ultimato. O Comodoro Perry passou a vangloriar-se da tecnologia militar de sua frota, composta por grandes navios equipados com fileiras de canhões modernos, em contraste com os simples barcos a vela japoneses, enfatizando que os Estados Unidos, resguardados por Deus, naturalmente venceriam um possível conflito. Henshall (1999) aponta que o aviso não se limitou ao discurso: tiros de canhão foram disparados contra o vilarejo costeiro de Uraga, ainda em 1853, deixando claro que as consequências de um embate seriam devastadoras para o Japão. A estrutura militar japonesa, notadamente marcada por samurais bem treinados, mas munidos de espadas e uma quantidade limitada de mosquetes obsoletos, era insignificante frente a uma capacidade ofensiva norte-americana, produzida a partir da Revolução Industrial.

Sem alternativa, o Xogunato Tokugawa quebrou o isolamento que ele próprio havia decretado. No corpo político, havia quem se opusesse e quem se aproveitasse da situação (Henshall, 1999). Mesmo assim, havia medo genuíno pelo futuro do país, potencializado pelo

⁵ Documentos disponíveis pelo projeto Asia for Educators, da Universidade de Colúmbia, em: https://afe.easia.columbia.edu/special/japan_1750_perry.htm. Acesso em: 7 fev. 2025.

fato de que a elite japonesa sabia que a China, outrora reconhecida pelo Japão como a superpotência responsável por moldar praticamente tudo que os japoneses conheciam, se via mergulhada em crises internas e externas agravadas pela Primeira Guerra do Ópio⁶ (Meyer, 2009). Considerando que a China foi humilhada mesmo possuindo uma extensão territorial maior e mais recursos humanos, ficou nítido que o Japão seria incapaz de contra-atacar. De mãos atadas, o xogunato assinou o Tratado de Kanagawa (1854), formulado pelos Estados Unidos, que exigiam a paz entre os dois países, a abertura de portos japoneses, o bom tratamento aos marinheiros norte-americanos e o estabelecimento de um consulado no país, adicionando que qualquer privilégio concedido pelo Japão a outra nação seria automaticamente estendido aos Estados Unidos (Meyer, 2009). Era um tratado desigual, visto que o Japão não se beneficiou.

A rendição japonesa significou mais que uma simples derrota militar. Ela foi a materialização de um discurso de poder baseado no que Edward Said definiu como Orientalismo: uma configuração política criada a partir da divisão ideológica entre Ocidente/Oriente, que nos permite analisar a maneira pela qual o Ocidente criou a representação do Oriente, tratando-o como um objeto exótico de estudo, naturalmente passivo, incivilizado, não autônomo e não soberano. É nesse discurso que se justifica a dominação política, militar, econômica e cultural do Ocidente sobre o Oriente. Se o Oriente é retratado como incapaz de exercer a autogestão, o Ocidente legitima a ideia de que cabe a ele, o mais forte e mais intelectual, assumir o controle. E embora a atuação do Ocidente seja motivada por interesses econômicos, ele os oculta recorrendo à retórica paternalista de que tem a missão de levar civilidade, ordem e progresso ao Oriente (Said, 2003).

A relação entre os Estados Unidos e o Japão traduz perfeitamente o Orientalismo. Os japoneses não foram tratados de iguais para iguais porque, para os norte-americanos, eles simplesmente não eram iguais, mas sim inferiores, tanto no sentido racial quanto jurídico: um povo atrasado, bárbaro, que precisava ser tutelado, justificando a “diplomacia da pólvora”. Exemplo dessa convicção de superioridade ocidental é que mais tratados desiguais surgiram, impondo a conturbada cláusula de extraterritorialidade. Meyer (2009) salienta que uma onda de estrangeiros (diplomatas, mercadores, aventureiros, etc.) chegou ao Japão após sua abertura e, caso cometessem algum crime, a cláusula os impedia de serem julgados pelas leis japonesas, implicando na ideia de que as instituições do xogunato eram incapazes de

⁶ De 1839 a 1842, foi um conflito armado entre Grã-Bretanha e China, desencadeado pela tentativa chinesa de suprimir o tráfico britânico de ópio em solo chinês. Um dos principais problemas causados à China foi o vício da população. Os chineses sofreram uma derrota catastrófica e tiveram que ceder território, abrir portos e pagar indenizações (Zhong, 2010).

administrar a justiça em seu próprio território. Além disso, logo após a intervenção norte-americana, países como Grã-Bretanha, Rússia e França se aproveitaram para forçar seus próprios tratados desiguais ao Japão, definindo que receberiam os mesmos privilégios cedidos aos Estados Unidos. Meyer (2009) acrescenta que nem mesmo autonomia tarifária foi permitida aos japoneses. Em menos de uma década, as potências ocidentais rebaixaram o Japão à condição de nação semi-colonial.

Enquanto isso, uma epidemia de problemas políticos, econômicos e sociais assolava o país. Henshall (1999) e Meyer (2009) convergem novamente ao afirmarem que o Xogunato Tokugawa já vinha enfrentando adversidades desde o início do século XIX, a exemplo do aumento de influência da classe mercante, as revoltas camponesas e o empobrecimento dos samurais. Também havia, especialmente entre as elites intelectuais, a ideia de que o poder do imperador deveria ser restituído, questionando a autoridade do xogum como se ele fosse um usurpador. Dessa forma, os acontecimentos posteriores a 1853 não são a raiz de todas as tensões vivenciadas pelo Japão, mas podemos afirmar que o imperialismo Ocidental intensificou tais adversidades e adicionou outras, como a grande inflação que levou o país a uma crise econômica.

Cedendo às pressões externas e assinando tratados que humilharam e drenaram a soberania japonesa, o xogunato não conseguiu cumprir sua missão de proteger a terra e o povo japonês. Por um lado, um grupo de aliados ainda existia; por outro, o xogunato perdeu legitimidade entre outros clãs e a corte imperial. A polarização entre defensores do xogum e do imperador não demorou a sair do discurso político para se tornar um conflito armado, culminando na queda do antigo regime xogunal (Meyer, 2009). Com a morte do Imperador Kōmei, coube ao jovem Príncipe Mutsuhito, com 15 anos à época, assumir o trono japonês, restaurando o poder imperial em 1868 e iniciando uma das eras mais importantes da história japonesa. Seu governo, de mãos dadas com grupos oligárquicos, imediatamente se encontrou diante da árdua tarefa de resgatar a soberania japonesa e, para isso, desenvolveu-se um ambicioso projeto de reinvenção nacional regido pelo lema *Fukoku Kyōhei* (富国強兵, ‘país rico, exército forte’).

2.2. A reestruturação política e a consolidação do Estado-Nação na Era Meiji (1868-1912)

A lógica do *Fukoku Kyōhei* se fundamentou na percepção dos círculos intelectuais e políticos japoneses de que para estar em pé de igualdade com as potências ocidentais, era preciso absorver os atributos que mais lhes concediam vantagem: o capital, as Forças

Armadas, o desenvolvimento científico-tecnológico e industrial (Huang; Li, 2020). Sabia-se, entretanto, que era impossível alcançar tais objetivos sem admitir certo nível de ocidentalização, então a estrutura administrativa, econômica e social do país também deveria passar por reformas. Sob o princípio *Wakon Yosai* (和魂洋才, ‘espírito japonês, técnica ocidental’), a Era Meiji teve como traço central um processo de modernização paradoxal, pois enquanto se apropriava de aspectos ocidentais, conservava a identidade e a unidade nacional (Koizumi, 2002). É nesse momento que a transformação no vestuário da corte japonesa, analisada a partir da imagem que abre este capítulo, ganha sentido.

A figura do imperador, que durante o período Tokugawa se limitava aos ritos religiosos e cerimoniais, mantendo-se afastado do centro de poder, foi um dos primeiros alvos das reformas. Os objetivos? Performar a civilidade europeia no cenário mundial, subvertendo a noção de atraso e barbaridade atribuída pelo Ocidente, e legitimar socialmente a modernização e a ocidentalização na sociedade japonesa, incerta quanto às mudanças. Por exemplo, em 1873, após o Imperador Meiji aparecer pela primeira vez com cabelos curtos, associados aos homens ocidentais, a imprensa japonesa noticiou esse fato como um padrão a ser seguido pelos homens, sobretudo a resistente classe samurai (O’Brien, 2008). Inspirado nos sistemas militares europeus que reivindicavam a posse sobre os corpos de seus cidadãos, o Estado Imperial estabeleceu, no mesmo ano, o serviço militar obrigatório, algo incompatível com cabelos longos. Ainda é possível constatar, analisando as representações iconográficas oficiais do Imperador Meiji, que sua imagem era conscientemente construída sobre uniformes militares prussianos, assinalando a entrada do Japão em uma fase de forte militarização voltada à defesa da nação. Essa linha tênue entre estética e política demonstra que o Imperador, representação máxima do país, foi parte imprescindível de uma estratégia visual e discursiva que objetivava convencer a população de que as mudanças não feriam as raízes japonesas, e sim as protegiam.

Se o fortalecimento das Forças Armadas já se via em curso, a edificação de um país rico dependia da administração. Também inspirada em modelos político-administrativos europeus, a Oligarquia Meiji adotou uma burocracia estatal moderna estruturada em ministérios e um dos principais, além do Ministério da Guerra, foi o Ministério das Relações Exteriores. Responsável pela diplomacia, recursos consideráveis foram destinados a ele em busca da revisão dos tratados desiguais, um percurso marcado por sucessivas tentativas, e o contato do Japão com os conhecimentos ocidentais (Akami, 2018). O país frequentemente enviava grupos seletos de estudiosos ao exterior, cujo acesso era facilitado pelo referido ministério, enquanto o Ministério da Indústria contratava estrangeiros especialistas em

diversas áreas (Yoshida, 2010). A partir de tais iniciativas, os anos seguintes a 1868 se traduziram em esforços de investimento e modernização nas indústrias de base e consumo, infraestrutura e arquitetura, tecnologia, sistemas jurídico e bancário, entre outras esferas. Para corresponder às mudanças do Império, no entanto, era preciso criar o súdito perfeito. Pensando nisso, o Estado também se concentrou em outras duas áreas: a mente e o corpo.

Meyer (2009) lembra que o Período Tokugawa se caracterizou por uma estrutura semelhante ao feudalismo, apesar de possuir diversas particularidades. O Japão não era uma nação como conhecemos hoje, e sim um conjunto de centenas de domínios onde os indivíduos precisavam mostrar lealdade aos senhores locais, seja por coerção ou não. Esses domínios, embora no mesmo contexto geográfico, diferiam entre si nos costumes, nos dialetos e até nos sistemas legais. Somado a isso, mediante a unificação japonesa no século XVI, a sociedade se estruturou em um rígido sistema neoconfucionista de castas que segregava a população comum em guerreiros, camponeses, artesãos e comerciantes, denominado *Shinōkōshō* (Ramesh, 2019). Essa fragmentação interna inviabilizava a consolidação de um império sólido, de uma unidade nacional.

Com o advento da Restauração Meiji, aboliu-se oficialmente o *Shinōkōshō* e, apesar de continuar hierárquica, a sociedade se reconfigurou a partir do surgimento de um discurso de igualdade e meritocracia, instrumentalizado pelo Ministério da Educação, criado em 1871, a partir de seu projeto político-pedagógico. Apesar de a educação no governo Meiji ter apresentado um aumento expressivo no número de japoneses alfabetizados, pois o ensino básico se tornou obrigatório, o âmbito educacional logo se tornou uma arena ideológica entre defensores da civilização ocidental e das tradições japonesas, onde o resultado foi a fusão estratégica de ambos (Morikawa, 2017). Buscando maximizar a modernização, as políticas de educação do ministério, especialmente após o Reescrito Imperial sobre Educação (1890), cultivaram o pensamento racional e sistemático ocidental, visto como um indicativo de civilidade, e incutiram nos estudantes a ideia de que todos eram movidos pela mesma essência, desfazendo as barreiras do Período Tokugawa por meio da integração de diferentes camadas sociais e identidades regionais. Enquanto isso, também se promovia a ideia de que o esforço próprio deveria ser o motor de cada cidadão (Morikawa, 2017), dando à população um sentido de utilidade. Assim, as instituições de ensino foram as principais disseminadoras do que seria o pilar do nacionalismo japonês: o *Kokutai* (国体).

Takashi (2019) explica que o *Kokutai* se tratava de uma ideologia responsável por atribuir ao Japão um sentido que ultrapassava as noções territoriais e constitucionais do termo 'país'. Utilizando elementos do xintoísmo, religião tradicional japonesa, o *Kokutai*

complexamente definia o Japão como a “Terra dos Deuses”, localizada no território mais sagrado do globo. O Imperador, filho da deusa solar Amaterasu, era um Deus Vivo, pai dos japoneses. Sob a filosofia confucionista de piedade filial, era dever dos japoneses direcionarem suas lealdades, antes condicionadas aos senhores locais, ao pai da nação. E os japoneses não eram meros cidadãos. Como filhos do Imperador, faziam parte da linhagem imperial e, por isso, cabia a eles servir e dar a vida a fim de garantir a eternidade do grande Império Japonês. É importante enfatizar que o *Kokutai* não se vendia como ditadura, mas uma verdade moral e biológica, pois não se esperava lealdade ao Imperador por imposição, e sim por espontaneidade; não era opressivo, era a natureza japonesa (Takashi, 2019). Se não partia do indivíduo o desejo genuíno de servir e ser leal, o problema estava no indivíduo, não no sistema. Dessa forma, vemos que o Ministério da Educação foi uma ferramenta indispensável ao que Foucault (2025) chama de poder disciplinar. O Estado japonês pretendia fabricar indivíduos dóceis e úteis ao funcionamento e à manutenção da sociedade, que se tornava cada vez mais capitalista, mas sabia que o poder não poderia ser somente opressor ou então não se sustentaria, focando em adestrar a mente da população a partir de um discurso que coloca o Japão como uma grande e sagrada família liderada por um pai justo e misericordioso, onde todos são importantes à sua maneira.

Conforme apontado anteriormente, a construção do súdito ideal abrangia a mente e o corpo, de modo que, paralelamente ao trabalho sobre a mente, o corpo dos japoneses se tornou objeto de intervenção. À luz das inúmeras discussões europeias sobre saúde e higiene durante o século XIX, conceitos vistos como sinônimos de países civilizados, regidos pela ordem e pelo progresso, uma das prioridades do Estado Imperial era criar um sistema público de saúde (Anesaki, 2008). Nesse sentido, as elites médicas do país buscaram conhecimento sobre medicina moderna ocidental no exterior, sobretudo na Alemanha, substituindo o estilo tradicional chinês, e essa jornada revelou que não bastava apenas criar um sistema de saúde para o cuidado dos filhos do Imperador como parte de seus direitos; boa saúde também significava a manutenção de recursos humanos para o desenvolvimento do país. Assim, a necessidade de uma gestão biopolítica da população se tornou clara, culminando, em 1875, na criação do Departamento de Higiene (Anesaki, 2008). Inicialmente chamado de Divisão de Assuntos Médicos, pertencente ao Ministério da Educação, o órgão ganhou mais relevância ao ser movido para o Ministério do Interior, onde se definiu que o assunto da higiene também pertenceria à polícia com a criação da Polícia Sanitária (Ward, 2023).

Desde então, o Japão passou a investir na administração das taxas de natalidade e mortalidade, nas condições ambientais, a exemplo do saneamento urbano, e no controle

sanitário e epidêmico do país, que há séculos sofria com ciclos epidêmicos de doenças a exemplo da varíola, cólera, febre tifoide, disenteria, tifo, tuberculose, entre outras (Anesaki, 2008). Além de causar pânico na população, tanto pela aparência dos doentes quanto pela disseminação popular de informações falsas ou equivocadas, tais doenças atrapalhavam o processo de modernização, pois diminuía a mão de obra da população e causavam mais gastos aos cofres do Estado com medidas de tratamento e contenção, significando uma mancha na civilidade. Portanto, através da inserção dos médicos na engrenagem estatal, preceitos médico-higienistas foram estabelecidos nas mais diferentes esferas, a começar pela educação básica, onde a introdução da higiene como matéria moral e cívica nos currículos fomentava a noção de que saúde individual era um dever público a ser aprendido desde a infância.

Vemos, então, que a preocupação sanitária não demorou a evoluir para a implementação do higienismo como política de Estado. Torna-se crucial enfatizar que ‘higiene’ não significa somente limpeza, e sim modernidade, civilidade aos moldes europeus, ordem, moralidade, controle estético, etc. Por exemplo, agentes da Polícia de Higiene tinham permissão para intervir na vida privada/doméstica da população e, se decidissem que certas moradias (sempre das camadas mais pobres) representavam risco sanitário, poderiam simplesmente invadir e destruir, resguardando-se sob a justificativa de que estavam protegendo a vitalidade nacional (Ward, 2023). E considerando que o higienismo anda de mãos dadas com a eugenia, não é surpresa que, durante as décadas de 1870–80, o Darwinismo Social também tenha crescido no país, fomentando calorosos debates entre intelectuais, como Yukichi Fukuzawa, sobre o aprimoramento da “raça” japonesa em função de um ideal normativo ocidental (Nakayama, 2012).

Inclusive, a busca pela equiparação com o Ocidente e a validação das teses do Darwinismo Social teve palco na Primeira Guerra Sino-Japonesa. Ocorrido entre 1894-1895, motivado pelo interesse de China e Japão em controlar a Coreia, esse foi o primeiro conflito moderno travado pelo Japão contra um país estrangeiro e, mesmo derrotando a China e anexando Taiwan e a Península de Liaodong, a vitória teve um gosto amargo ao revelar a vulnerabilidade do Exército Imperial em lidar com doenças infectocontagiosas, visto que quase 290.000 soldados e civis japoneses enviados à China e à Coreia faleceram por doenças como cólera, febre tifoide e disenteria (Tamai, 2018). O retorno de doentes ao Japão, em particular à base militar de Hiroshima, que sofria com superlotação e uma precária estrutura sanitária em favor dos esforços para a guerra, causou surtos epidêmicos na região, ocasionando até na morte do Príncipe e General Taruhito por febre tifoide (Tamai, 2018). A

guerra “confirmou” a superioridade japonesa sobre os “atrasados” chineses, mas chamou atenção para a importância da logística sanitária militar e reforçou a necessidade de mais estudos sobre higiene e saneamento, impulsionando a medicina laboratorial japonesa.

Como sugere Foucault (2025), a ciência médica configura-se como um campo de saber-poder complexo. No núcleo desse campo, estão os ramos da medicina hospitalar e laboratorial. No hospital, a investigação patológica tem uma perspectiva anatômica; no laboratório, a perspectiva muda para os processos biológicos invisíveis a olho nu (Oberländer, 2005). Em um cenário fictício do final do século XIX para o século XX, ao receber um paciente sofrendo com tosse e febre persistentes, o médico utilizaria o estetoscópio para ouvir os pulmões, percebendo a produção de um som atípico. Se o paciente viesse a óbito mesmo com tratamento, indicando o fracasso do médico em curá-lo, uma autópsia poderia ser feita e seus pulmões confirmariam a suspeita de tuberculose. O médico veria as consequências da doença, a exemplo das lesões nos pulmões; não o que causou a tuberculose, o que o faria cogitar causas como miasmas, saúde fraca ou hereditariedade. No laboratório, o paciente é um objeto de estudo e sua morte seria vista não como um fracasso, e sim como uma oportunidade científica. Uma amostra de seus fluidos pulmonares passaria por análises e experimentos, fundamentando a ideia de que a tuberculose é causada por um microorganismo específico, isto é, a bactéria *Mycobacterium tuberculosis*, descoberta pelo patologista alemão Robert Koch, em 1882, e isso permitiria o estudo de uma nova forma de tratar a doença, não apenas seus sintomas.

Embora tenha uma utilidade inquestionável, já que é por meio dela que remédios e vacinas se originam, a medicina laboratorial pode ser controversa. No exemplo acima, percebe-se que o paciente perdeu suas características humanas, uma vez que o patologista não o vê falando ou sentindo dor. No laboratório, ele se resume a um material, o hospedeiro de um patógeno. Essa lógica utilitária, onde a empatia cede espaço à neutralidade dos dados, encontrou seu ápice no Exército Imperial Japonês, âmbito de onde saíram os principais cientistas médicos do país, como Mori Ōgai. Kim (2014) indica que a medicina na Oligarquia Meiji não servia ao povo, e sim à modernidade, e essa área deveria progredir rapidamente para fortalecer o Japão, cuidando especialmente das Forças Armadas, valorizadas como a linha de defesa contra as potências ocidentais. Influenciados por cientistas alemães, cientistas militares japoneses passaram a venerar a medicina laboratorial em detrimento da hospitalar, julgando-a defasada e passiva demais. Por essa ótica, enquanto a medicina hospitalar perdia tempo com o paciente em seu leito, a laboratorial era capaz não apenas de descobrir a causa de sua enfermidade e tratá-la de acordo, mas de compreender, monitorar e melhorar a “raça” e

o corpo nacional japonês (Kim, 2014). Ignorou-se completamente que esses dois ramos da ciência médica não são opostos, se complementam.

Ironicamente, essa arrogância epistemológica foi responsável por grandes discussões entre médicos do Exército (adeptos da medicina laboratorial alemã) e da Marinha (adeptos da medicina hospitalar britânica) na corrida pela cura do beribéri, uma doença que vitimou inúmeros civis e soldados japoneses, já que se demorou a aceitar que a doença é causada por falta de nutrientes e não por um germe específico (Kim, 2014). A mesma obsessão laboratorial, entretanto, também foi responsável pelo triunfo sanitário do Exército Imperial contra doenças infectocontagiosas, impressionando até observadores internacionais. Em seu diário de viagem, publicado em 1906, o Major Médico estadunidense Louis L. Seaman descreve a experiência de ter acompanhado de perto o Exército Imperial Japonês, visando obter novos conhecimentos para levar ao Departamento Médico do Exército dos EUA. Em dois capítulos focados inteiramente na higiene do Exército Imperial, Seaman corrobora com as informações pontuadas até aqui ao observar que

por meio do treinamento militar, incute-se no recruta japonês que sua **saúde é de suma importância**. Ele é ensinado não apenas a respeitar, mas **obedecer implicitamente o médico-cirurgião**. Ele é instruído de que seu corpo é uma máquina de luta que **pertence ao Imperador**; que ele é um elemento de uma grande organização, o **exército, composto pelos filhos do Imperador**, e é função dessa organização defender e proteger o Imperador e seu povo. Ele é imbuído da ideia de que **é tão necessário manter seu corpo no melhor estado físico quanto manter seu rifle eficiente**; e permitir que qualquer um deles se deteriore por própria negligência ou má conduta equivale a danificar a organização que ele faz parte, constituindo um **ato de deslealdade ao Imperador** (Seaman, 1906, p. 143, tradução e grifos nossos).

Segundo Seaman (1906), os médicos do Exército Imperial, que recebiam cursos especiais de higiene, exerciam um papel crucial porque tinham carta-branca para avaliar as roupas, a comida, a água, os abrigos e os hábitos dos soldados, assim como prescrever esportes e divertimentos que reduzissem o risco de desenvolvimento de doenças físicas e mentais. Além disso, por vezes atuavam em mais de uma função, seja como clínicos gerais, cirurgiões, inspetores sanitários, técnicos em radiologia e até químicos e entomologistas. Lastimando-se pela forma zombeteira com que os médicos eram tratados no exército norte-americano, Seaman observa, admirado, que os médicos militares japoneses eram, de fato, uma autoridade investida de poder disciplinar e recebiam grande apoio de outros oficiais, sobretudo os generais. Eles não estavam ali para cuidar do bem-estar dos soldados, e sim para resguardar o *Kokutai*, ou seja, o corpo nacional, e validar se um súdito era apto ou não a servir o Imperador. O conhecimento diverso do médico o colocava em uma posição perigosa de saber-poder onde “sua opinião em relação à água, vestimenta, territórios, tudo que afete a

saúde dos soldados, era aceita sem questionamentos e praticamente não havia quem lhe dissesse não” (Seaman, 1906, p. 160, tradução nossa).

Uma das conclusões de Seaman (1906) é que a preocupação dos médicos japoneses em microbiologia manteve as tropas biologicamente ativas em um contexto onde uma quantidade alarmante de soldados perecia mais por doenças que poderiam ser evitadas, a exemplo da disenteria, do que pela violência dos combates armados, e isso permitiu que o Japão pudesse desafiar e vencer a Rússia durante a Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), forçando o Império Russo a reconhecer a influência japonesa na Coreia e em parte da Manchúria. Além de tornar a Coreia um protetorado do Japão, a vitória contra a Rússia foi crucial para as elites políticas e intelectuais japonesas: primeiro porque já havia uma relação tensa com o país, uma vez que a Rússia, logo após a Primeira Guerra Sino-Japonesa, estava preocupada com o avanço do “perigo amarelo”, já que também tinha interesses expansionistas na China, e liderou a aliança que obrigou o Japão a devolver Liaodong à China; segundo porque a vitória japonesa contra uma potência imperialista europeia, poucos anos após a vitória na Primeira Guerra Sino-Japonesa, elevou a posição do país no cenário internacional (Cai, 2024). O Japão já se enxergava como uma nação distinta dos vizinhos asiáticos, mais civilizada e poderosa. A vitória contra uma nação branca, que se posicionava como superior e que durante o Período Tokugawa forçou o país a um tratado desigual, revigorou o nacionalismo japonês. Esse vigor se traduziu na anexação total da Coreia, em 1910, e na revisão do último tratado desigual, em 1911.

2.3. A fragilidade democrática e a construção do inimigo interno na Era Taishō (1912-1926)

O falecimento do Imperador Meiji, em 1912, aos 59 anos, causou comoção nacional e representou o fim de uma era marcada por uma modernização acelerada e ocidentalizada que estabeleceu as bases para que o Japão se tornasse uma potência imperialista ao longo do século XX. A modernização, entretanto, teve um custo elevado, especialmente pelo foco nas indústrias e nas Forças Armadas, ou seja, nos dois pilares do *Fukoku Kyōhei*. No prédio do Parlamento, estabelecido após a criação da Constituição do Império do Japão (ou Constituição Meiji de 1889), as discussões entre poder militar e civil ocorriam em clima de tensão. Enquanto líderes do Exército e da Marinha exigiam mais recursos, políticos civis, insatisfeitos com o orçamento exorbitante destinado às Forças Armadas, advogavam pela austeridade fiscal, chamando atenção para a necessidade de reduzir gastos. Nas ruas, manifestações populares contra o aumento de impostos e a inflação começaram a emergir. Diante desse

cenário turbulento, o príncipe herdeiro Yoshihito, de 32 anos, assumiu o trono, dando início a Era Taishō, marcada pelo relativo liberalismo e por uma suposta democracia (Meyer, 2009)

De um lado, a participação política aumentou mediante a ascensão de partidos políticos e do sufrágio masculino, além do colapso dos *Genrō*, o grupo de oligarcas anciãos que serviam de conselheiros ao Imperador Meiji. Pela primeira vez, um civil assumiu o cargo de Primeiro-Ministro. Ao passo em que jovens urbanos aceitavam menos as convenções sociais tradicionais, como o casamento arranjado, e consumiam mais elementos da cultura ocidental, a exemplo do cinema, música e esportes, também houve uma efervescência cultural (Meyer, 2009). Com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), enquanto as potências europeias investiam recursos econômicos, bélicos e humanos no conflito, o Japão, aliado dos britânicos, continuou seu processo de industrialização sem grandes empecilhos, tendo sido orientado a assumir mercados na Ásia, África e Europa. Em pouco tempo, o Japão “desbancou a Grã-Bretanha como a principal potência econômica estrangeira na China e, ao atender os pedidos de guerra dos Aliados, passou de uma nação devedora a uma nação credora no comércio internacional” (Meyer, 2009, p. 181, tradução nossa).

Na contramão, a opressão política, cujas bases foram montadas na Era Meiji, evoluiu, e o Exército desempenhou um papel central nesse processo. A partir de 1900, estabeleceu-se que apenas generais e almirantes da ativa poderiam ocupar os cargos de Ministros do Exército e da Marinha; caso seus interesses não fossem correspondidos, os militares poderiam exigir a renúncia de seus ministros e não indicar substitutos, utilizando-se de mecanismos legais para derrubar ou impedir a formação de novos governos, diante da inconstitucionalidade de manter um gabinete sem tais ministérios (Meyer, 2009). Isso nos leva ao primeiro capítulo da Constituição Meiji, que dos artigos 11 a 16 estabelece que cabia ao Imperador, o Comandante Supremo das Forças Armadas, determinar a organização do Exército e da Marinha em tempos de paz, bem como declarar guerra, firmar a paz, concluir tratados, e conceder títulos, anistia, comutação de penas e reabilitação (JAPÃO, 1889).

Embora o Imperador Meiji não exercesse, na prática, o controle absoluto de tais órgãos, visto o poder oligárquico daqueles que o cercavam, sua pessoa era venerada como um símbolo de autoridade e unidade, permitindo-nos considerá-lo uma âncora política. O mesmo não pode ser dito sobre o Imperador Taishō, acometido por sequelas físicas e neurológicas decorrentes de uma meningite cerebral contraída no nascimento e que apenas pioraram ao longo dos anos (Meyer, 2009). O Imperador ocupou uma posição muito mais simbólica, mantendo-se longe do olhar do povo e das decisões do país. Portanto, era respeitado mais por razões de decoro social e institucional do que por reverência legítima. Inclusive, foi durante

seu reinado que cresceu entre intelectuais e políticos japoneses a ideia de que o Imperador era o mais importante órgão estatal, sim, mas não um ser divino, mostrando-nos como sua figura estava desprestigiada (Henshall, 1999). Dessa forma, utilizando a prerrogativa de que respondiam somente ao Imperador, cujo poder era meramente nominal, as Forças Armadas ignoravam o Parlamento e o governo civil, tornando-se cada vez mais independentes.

O Exército Imperial confiava tanto em sua independência que se viu no direito de interferir em outros órgãos do governo, como o das políticas externas. Um ano após o início da Primeira Guerra Mundial, oficiais de alta patente do Estado-Maior do Exército, como Akashi Motojirō, entraram em conflito com o Ministério das Relações Exteriores, chefiado pelo ministro civil Katō Takaaki, sobre a relação com a China. Mediante o ultimato intitulado Vinte e Uma Exigências, o Japão tentou tornar a China um protetorado enquanto as potências europeias estavam distraídas (Naraoka, 2014). Embora tivessem interesses imperialistas em comum e defendessem a hegemonia japonesa sobre a China, o governo civil e o Exército possuíam métodos divergentes: o primeiro acreditava no controle econômico e tarifário, especialmente na região estratégica ao sul da Manchúria, e tentava suavizar as exigências, tratando-as como simples “desejos” para não causar maiores problemas com forças estrangeiras; já o segundo preferia uma abordagem diretamente agressiva e desejava subjugar totalmente o Estado chinês, cujo nacionalismo se via em desenvolvimento, controlando a administração, as finanças e o exército, violando abertamente a soberania chinesa sob a ideia de que era necessário acabar com a influência estrangeira no continente asiático (Naraoka, 2014).

Devido à resistência chinesa, com destaque à estratégia do líder Yuan Shikai, que propositalmente estendeu as negociações com os japoneses enquanto vazava informações para a imprensa estrangeira, gerando desconfiança entre Grã-Bretanha e Estados Unidos sobre o Japão, a tentativa de transformar a China em um protetorado fracassou. Apesar disso, o Japão obteve três ganhos imprescindíveis: a extensão do arrendamento na região sul da Manchúria por mais 99 anos, a expansão na província de Shandong, garantindo todos os direitos e concessões que antes pertenciam à Alemanha, e a sociedade com a Companhia Hanyeping, uma das principais empresas chinesas de mineração, tornando-se co-protagonista no controle de recursos minerais essenciais (Naraoka, 2014). Entre os chineses, esse momento ficou conhecido como o Dia de Humilhação Nacional, alimentando o sentimento anti-japonês. Por outro lado, em território japonês, também crescia um sentimento anti-chinês, disseminado na imprensa nacional, que colocava os chineses na posição daqueles que desejavam atrapalhar as negociações de amizade entre os dois países.

Essa criação de um inimigo, de um “outro”, acompanhou o desenvolvimento do totalitarismo japonês nos anos seguintes. Paralelamente, a saúde do Imperador Taishō se deteriorou tanto que ele chegou ao ponto em que mal conseguia falar ou andar (Henshall, 1999). Considerando o *Kokutai*, onde o Imperador é um Deus Vivo, o choque entre a realidade biológica de um homem doente e a mitologia política do pai da nação expôs a fragilidade do dogma nacional. Em 1921, a fim de salvar a mística do *Kokutai*, o Príncipe Herdeiro Hirohito, de 20 anos, se tornou Príncipe Regente. Cercado de tutores militares, o período de sua regência foi marcado por mais opressão político-social atrelada ao discurso de segurança nacional, sendo o Terremoto de Kantō, em 1923, o primeiro grande teste. Mesmo que a magnitude da devastação humana desse desastre natural permaneça objeto de debate historiográfico, Hasegawa (2020) sugere que o número de vidas ceifadas em desabamentos e incêndios, especialmente nas cidades de Yokohama e Tóquio, as mais afetadas, pode ultrapassar 140.000. Pelo alto poder destrutivo, o terremoto se tornou uma memória traumática, sendo considerado um dos momentos mais críticos da história japonesa.

Contudo, os problemas não se limitaram à destruição causada pelo desastre. O Estado logo utilizou a tragédia como ferramenta de mobilização contra “inimigos internos”, ou seja, os imigrantes coreanos, em particular, e chineses. Diante da anexação da Coreia (1910) e a expansão industrial japonesa, a demanda por mão de obra barata cresceu e os imigrantes chegaram em peso ao Japão. Porém, as condições no país eram desumanas e esses grupos ficavam com os piores e mais exaustivos empregos, totalmente desamparados em caso de acidente laboral, recebiam bem menos que trabalhadores japoneses (quando chegavam a receber alguma remuneração) e viviam em alojamentos/quetos onde ficavam expostos à superlotação, insalubridade e doenças (Hasegawa, 2020). Em outras palavras, ocupavam a posição mais baixa na hierarquia social japonesa.

Do ponto de vista higienista, os imigrantes estavam entre os principais alvos da Polícia Sanitária por serem socialmente percebidos como sujos, propagadores de doenças, agentes biológicos nocivos que ameaçavam a pureza e o corpo nacional japonês, e o fato de o país ter passado anos antes por epidemias de gripe espanhola (Otsubo, 2016) e cólera (Chung, 2014) reforçou o estigma contra tais grupos. Do ponto de vista político, à medida que se engajavam com atividades sindicais, reivindicando melhores condições de trabalho e tratamento digno, os imigrantes se tornaram alvo de desconfiança do Estado, que passou a enquadrá-los como desordeiros socialistas/comunistas, agentes de risco à segurança nacional. A combinação das duas visões, higienista e política, em um cenário marcado por tensões relacionadas à

circulação de ideias marxistas no país formou o escudo perfeito para a violência estatal que seguiu o Terremoto de Kantō.

Além de serem obrigados a trabalhar na reconstrução das estruturas danificadas e na remoção dos cadáveres para demonstrar publicamente lealdade e sujeição ao Império, imigrantes foram alvo de rumores que os culpabilizavam de estarem se aproveitando da vulnerabilidade do momento para sabotar reservatórios de água com veneno, provocar incêndios, saquear casas, cometer assassinatos e estuprar mulheres japonesas, bem como se organizarem para explodir o que restava das cidades e derrubar o regime imperial (Hasegawa, 2020). Essa situação já é, por si só, profundamente absurda, ainda mais quando pensamos que os imigrantes também foram vítimas do desastre. Porém, é pior quando há a comprovação de que o próprio Estado disseminou tais rumores com o auxílio da polícia e de milícias, conscientemente incitando o ódio na população japonesa contra grupos marginalizados e dissidentes políticos (Hasegawa, 2020). Em virtude disso, inúmeros imigrantes, sobretudo coreanos, foram assassinados por agentes governamentais, civis e até detentos libertos temporariamente em decorrência do terremoto. Alguns julgamentos foram conduzidos, mas as sentenças eram minúsculas, desdenhosas, e esse teatro jurídico serviu de fachada para transmitir uma imagem de justiça perante o Ocidente. Como enfatiza Hasegawa (2020), a violência pós-terremoto foi um meio de aumentar o aparato repressivo e desestabilizar o movimento socialista japonês, incutir um senso de honra na “afeminada” juventude masculina urbana e demonstrar a hegemonia japonesa. E é imprescindível notar que o massacre também representou uma mensagem extremamente perigosa: a violência contra o “outro” é tolerável e, a depender da situação, até mesmo uma nobreza patriótica.

Inclusive, em 1925, ano em que o Estado japonês determinou o sufrágio masculino e reconheceu diplomaticamente a União Soviética, o “patriotismo” se tornou uma questão jurídica após a promulgação da Lei de Preservação da Paz. Conforme afirma Ward (2025), os acontecimentos da Revolução Russa (1917) deixaram as elites políticas japonesas em estado de alerta e a disseminação de preceitos socialistas e comunistas entre políticos de partidos proletários, sindicalistas e estudantes foi encarada como um vírus ideológico a ser exterminado antes de contaminar o *Kokutai*. O Terremoto de Kantō agravou essa tensão político-intelectual, mas a tentativa de assassinato ao Príncipe Regente Hirohito, quatro meses após o desastre, combinada à descoberta de um partido comunista atuando ilegalmente no país, deram ao Estado a legitimidade para combater o espectro do comunismo. Fundamentada por uma forte perspectiva anticomunista, a Lei de Preservação da Paz surgiu a partir da premissa de que o código de lei japonês, embora punisse atos violentos, era insuficiente para

conter a infiltração de “pensamentos perigosos” que distorciam tanto a ordem imperial interna quanto externa, uma vez que tais pensamentos poderiam servir de combustível a movimentos de independência nos domínios coloniais da Coreia e de Taiwan (Ward, 2025).

É uma ironia histórica bastante interessante que no mesmo ano, enquanto o Estado japonês convertia a liberdade política em delito, punindo indivíduos considerados subversivos com prisões e trabalho forçado, a Liga das Nações se reunia para discutir a brutalidade da Primeira Guerra Mundial, cuja memória ainda era fresca. A guerra deixou um rastro de destruição até então desconhecido, assim como promoveu o desenvolvimento de novas tecnologias militares, sendo as armas bioquímicas uma delas. Diante desse cenário, assinado por diversos países, incluindo o Japão, surgiu o Protocolo de Proibição do Uso na Guerra de Gases Asfixiantes, Tóxicos ou Similares, e de Métodos Bacteriológicos de Guerra, comumente conhecido como Protocolo de Genebra de 1925⁷. As potências mundiais chegaram à conclusão de que armas químicas e biológicas, responsáveis por vitimar inúmeros soldados e civis durante a guerra, eram instrumentos bárbaros de destruição em massa, incompatíveis com a humanidade, o que chamava atenção para a necessidade de políticas que impedissem a recorrência de seu uso. No entanto, o tratado é um documento bastante raso e repleto de lacunas, permitindo diversas interpretações, inclusive as que distorcem a intenção original, tendo em vista que não expressa a proibição do desenvolvimento e da posse de tais armamentos, somente seu uso em contextos de guerra.

2.4. A instrumentalização da ciência e a metástase da pureza na Era Shōwa (1926-1989)

Durante as décadas de 1880-1890, conhecidas como a Era de Ouro da bacteriologia, Shibasaburō Kitasato passou quase sete anos sob a orientação direta de Robert Koch em Berlim, Alemanha; quando retornou ao Japão, seu sobrenome era muito mais relevante do que quando partiu. Isso porque, em parceria com Emil von Behring, descobriu como obter em cultura pura⁸ a bactéria causadora do tétano, *Clostridium tetani*, e desenvolveu um soro antitóxico para o tratamento da doença. Sua descoberta também resultou na criação de uma metodologia que facilitou o estudo de outras doenças cujas toxinas são semelhantes, como o botulismo, proveniente da bactéria *Clostridium botulinum*, garantindo-lhe uma posição de

⁷ O documento na íntegra, mais a lista de países signatários, está disponível pelo International Humanitarian Law Databases: <https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/geneva-gas-prot-1925>.

⁸ Ato de isolar e cultivar um microorganismo em laboratório, separando-o da complexa comunidade microbiana a que pertence originalmente. É impossível realizar experimentos sem antes isolá-lo, e isso é um desafio porque muitos exigem condições nutricionais e ambientais específicas (Xu *et al.*, 2024)

prestígio tanto nas decisões sanitárias da Oligarquia Meiji quanto no seletivo grupo de bacteriologistas internacionais (Kim, 2014).

Em 1892, então conhecido como o “pai da bacteriologia japonesa”, Kitasato fundou o Instituto de Doenças Infecciosas e, posteriormente, o Instituto Kitasato, revolucionando a ciência do país (Kim, 2014). Sob sua mentoria, cientistas brilhantes ganharam destaque. Entre eles: Kiyoshi Shiga, quem identificou a bactéria *Shigella dysenteriae*, fornecendo as bases científicas para o manejo sanitário da população e a epidemiologia militar, ocasionando na redução da mortalidade de soldados por disenteria; e Hideyo Noguchi, que embora não tenha descoberto a *Treponema pallidum*, bactéria da sífilis, estudou os efeitos da doença no sistema nervoso central, criando uma ponte até então hipotética entre a microbiologia e a psiquiatria. Através de suas pesquisas, Noguchi comprovou que a Paralisia Geral Progressiva, doença com grande incidência nos manicômios dos séculos XIX-XX, é uma consequência tardia da sífilis, e não de uma suposta “falha hereditária” ou uma punição divina pela “degeneração moral” dos pacientes, desafiando o prognóstico predominante (Lederer, 1995). Mesmo não ganhando nenhuma das diversas indicações ao Prêmio Nobel por seus trabalhos relacionados à sífilis e à febre amarela, Noguchi se tornou uma figura tão importante que as cédulas de 1.000 ienes estamparam seu rosto de 2004 até 2024, sendo gradualmente substituídas pela impressão de seu antigo mentor, Shibasaburō Kitasato.

Todavia, Lederer (1995) chama atenção para a natureza das pesquisas de Noguchi. Um dos primeiros cientistas a compor o Rockefeller Institute for Medical Research, fundado em 1901 por uma das famílias mais hegemônicas do capitalismo norte-americano, Noguchi virou alvo de associações pró-direitos humanos após publicar, em 1911, resultados de um teste cutâneo desenvolvido por ele para diagnosticar a sífilis, uma das doenças mais pesquisadas pela instituição. Consistindo em injetar um extrato de bactérias supostamente inativas da sífilis na pele do paciente via injeção intradérmica, esperando que houvesse uma reação, o teste foi duramente criticado quando se percebeu, mediante análise do próprio relatório de Noguchi, que o bacteriologista exerceu práticas antiéticas com as 400 pessoas testadas, ludibriando-as para conseguir seus consentimentos e até submetendo indivíduos em situação de vulnerabilidade, claramente inaptos para compreender e consentir.

Por exemplo, ao utilizar uma linguagem bastante fria e objetificante para detalhar os grupos de pessoas utilizadas nos testes, tratando-as como simples materiais de pesquisa, Noguchi confirma a existência de “[...] 46 indivíduos normais, principalmente crianças entre dois e dezoito anos [...]” (Noguchi, 1911, p. 566, tradução nossa) quando se refere ao grupo cujos resultados foram negativos. É importante notar que com “normais” ele se refere a

peessoas saudáveis, então Noguchi assumiu um risco biológico e imunológico, considerando a impossibilidade à época de garantir que as bactérias estavam realmente inativas e até a própria esterilização segura das seringas, apenas para provar que seu teste era funcional.

Em outro momento do relatório, vemos Noguchi agradecendo aos colaboradores e instituições de onde surgiram os sujeitos de teste, tais como o Randall's Island Asylum, na cidade de Nova Iorque, o City Hospital, na Ilha de Blackwell (hoje Ilha Roosevelt), e o próprio hospital do Instituto Rockefeller. Enquanto a primeira instituição era conhecida por abrigar crianças órfãs e abandonadas, a segunda, situada em uma ilha famosa pelas prisões e asilos, era destinada a pessoas com transtornos mentais graves, pobres e indigentes (Lederer, 1995), ou seja, indivíduos que o Estado norte-americano não estava disposto a lidar e optou por excluir da sociedade. Sob a perspectiva atual, parece inacreditável que o próprio Noguchi tenha exposto práticas que hoje seriam criminosas. Entretanto, é preciso notar que estamos nos referindo a 1911 e, mesmo causando certa polêmica à época, não havia legislação específica para a regulamentação de pesquisas com seres humanos, pois se presumia que o pesquisador naturalmente saberia os limites éticos. Somada a isso, a escolha de indivíduos marginalizados como alvo dos experimentos contribuía para normalizar essas práticas.

Devido à falta de regulamentação, quando os protestos contra Noguchi começaram, grupos pró-direitos humanos utilizaram as leis de agressão física comum para tentar atacá-lo; e o Instituto Rockefeller, que também enfrentava alegações de vivisseção em suas pesquisas, não demorou a sair em sua defesa, tratando de transformar sua nacionalidade em um escudo. Representantes alegaram que o japonês era um simples admirador da ciência ocidental, genioso e dedicado, mas ingênuo quanto às normas políticas e sociais do Ocidente (Lederer, 1995). Como se não bastasse a evidente impunidade, especialmente pela influência dos Rockefeller, esse acontecimento nos mostra a lógica predominante do início do século XX de que praticamente tudo era válido se fosse por um bem maior: o avanço científico.

O ano de 1892 marcou não apenas a criação do Instituto de Doenças Infecciosas, mas, ironicamente, o nascimento de Shirō Ishii, aquele que se tornaria o principal bacteriologista do Exército Imperial Japonês. Filho mais novo de uma família politicamente conservadora e latifundiária que exercia um controle quase feudal sobre o antigo vilarejo de Chiyoda, situado na província de Chiba, ele viu as portas abrirem para si desde cedo. Yang e Tam (2018) argumentam que Ishii sempre frequentou ótimas escolas e, em 1916, aos 24 anos, enquanto jovens humildes de sua idade aderiram ao serviço militar obrigatório já sem esperança de conseguirem vaga nas super estratificadas instituições de ensino superior (Morikawa, 2017),

Ishii adiou o alistamento ao ingressar na rigorosa e disputada Universidade Imperial de Quioto, instituição pela qual obteve formação em Medicina em 1920.

Durante esse tempo, influenciado por um meio acadêmico previamente consolidado por figuras como Kitasato, Shiga e Noguchi, Ishii percebeu que a perspectiva dos microscópios da medicina laboratorial lhe despertava mais interesse que os pacientes dos leitos da medicina hospitalar, tornando a bacteriologia sua área de estudos a partir de pesquisas sobre a *Streptococcus pneumoniae* (Yang; Tam, 2018). Shirō Ishii faz parte de uma geração de jovens que cresceram sob um sistema educacional criado especificamente para formar súditos leais e funcionais ao progresso do Império. No entanto, ao atingir a maturidade intelectual, ele não apenas manteve esse referencial, como passou a aderir a ele de forma consciente e ativa. Portanto, sua ascensão no Exército Imperial serve-nos como uma janela para a Era Shōwa, um dos períodos mais conturbados e violentos do Japão.

Harris (1995) expõe que ainda durante a Era Taishō, após receber o diploma de Medicina, Ishii se apresentou ao Exército Imperial Japonês não por obrigação, mas pelo desejo de criar um nome no órgão que ele genuinamente admirava, e levou cerca de cinco meses para alcançar a posição de Primeiro-Tenente Médico no 3º Regimento da Divisão da Guarda Imperial, unidade de elite responsável desde a Era Meiji pela segurança do Imperador e do Palácio Imperial. Tanto Harris (1995) quanto Yang e Tam (2018) apontam que Ishii era conhecido por se envolver com prostíbulos que mantinham esquemas de exploração sexual de menores e por andar bêbado pelas ruas noturnas de Tóquio, comportamento que vergonhosamente chegava aos ouvidos de sua família. Ex-colegas estudantes o desprezaram como uma pessoa extremamente competitiva e de difícil convivência, julgando-se tão acima dos demais que tinha o péssimo hábito de utilizar ferramentas laboratoriais que seus colegas higienizaram, a exemplo dos tubos de ensaio, e deixá-los sujos só para que outros limpassem (Harris, 1995). Em desacordo com os valores da profissão, Ishii ainda apresentava um distanciamento emocional preocupante para os ex-colegas, sempre parecendo apático ao executar tarefas corriqueiras como ouvir as queixas dos pacientes, receitar remédios, acompanhar as rondas nas enfermarias, etc (Harris, 1995).

Por outro lado, os autores salientam que Ishii também foi descrito por antigos professores e oficiais superiores como um homem de energia quase inesgotável, inteligente, carismático, empenhado e ousado, que se destacava tanto na função de médico clínico, tratando dos soldados e prescrevendo medidas higiênico-sanitárias, quanto na de médico pesquisador. Ishii também era abertamente ultranacionalista e compactuava com as medidas autoritárias tomadas durante a Era Taishō. Demonstrando competência técnica, ambição

política e habilidade de persuasão, ele logo conquistou a simpatia de seus superiores, que viram nele um futuro cientista de ponta, capaz de compor o projeto do Estado de militarizar a academia e cientificar os conflitos que inevitavelmente acompanhariam o expansionismo japonês. Sendo assim, o próprio exército enviou Ishii de volta à Universidade Imperial de Quioto em 1924, apoiando sua especialização em “[...] bacteriologia, sorologia, patologia e medicina preventiva” (Harris, 1995, p. 16, tradução nossa). Na instituição, apesar de continuar causando discórdia com colegas que não lhe beneficiariam de alguma forma, Ishii aumentou sua rede de contatos com pessoas importantes, conquistando desde os professores até o influente reitor da universidade, Torasaburo Araki (posteriormente seu sogro), e ganhou mais respeito e espaço conforme publicava artigos em revistas médicas. Exemplo disso é que quando uma epidemia causada por uma doença misteriosa (hoje conhecida como encefalite japonesa) tomou proporções assustadoras na Ilha de Shikoku, Ishii foi chamado para localizar e isolar o agente contagioso, aproveitando para participar da criação de sistemas de purificação de água (Harris, 1995).

Em 1926, mesmo ano em que Ishii finalizou sua pós-graduação, o Imperador Taishō faleceu e o Príncipe Regente Hirohito assumiu oficialmente o trono. Conhecido como Era Shōwa, seu reinado se iniciou em um contexto de crise democrática herdada da Era Taishō e intensificada pela ascensão de duas facções militares ultranacionalistas, que passaram a disputar abertamente o curso da política nacional sob o discurso de que o país estava preso a uma rede de corrupção oriunda dos parlamentares e de grandes conglomerados financeiros, como Mitsui e Mitsubishi (Meyer, 2009). Tais facções compartilhavam certos ideais, a exemplo da tomada do governo pelo exército, a expansão supremacista japonesa, a veneração ao Imperador e a rejeição ao liberalismo ocidental; havia, entretanto, discordâncias quanto à forma de agir. *Tōseiha* (統制派), a primeira facção, era formada por oficiais de Estado-Maior, generais e burocratas que defendiam o controle estatal via meios legais, continuando a explorar as brechas da Constituição Meiji e criando mais leis totalitárias. Posicionados como tecnocratas e contrários ao capitalismo liberal, esses indivíduos eram a favor de uma espécie de capitalismo de Estado porque viam na capacidade de produção das indústrias algo imprescindível aos esforços expansionistas, tecnológicos e científicos do país, então desejavam subordinar os grandes conglomerados aos interesses nacionais (Meyer, 2009).

Já *Kōdōha* (皇道派), a segunda facção, tão extremista quanto a primeira, era mais insurrecional e desejava restaurar as estruturas políticas, administrativas, econômicas e sociais japonesas. Oficiais de patentes mais baixas, muitos advindos das tradicionais zonas rurais, acreditavam que durante o processo de modernização o Japão se permitiu influenciar demais

pelas “doenças do Ocidente”, ou seja, os ideais de monarquia parlamentarista, liberalismo, internacionalismo, capitalismo, marxismo, democracia, entre outros (Henshall, 1999). Eles argumentavam que a incorporação excessiva de aspectos ocidentais era responsável pela perda da essência japonesa e, por isso, surgiu a corrupção, a fragmentação social, o individualismo, o materialismo, as crises econômicas e o afastamento entre o Imperador e seus “filhos”. Portanto, podemos dizer que essa facção tinha uma postura regressiva a partir da idealização de um passado japonês que sequer existiu. Sob essa perspectiva, a solução para os problemas do Estado envolvia devolver o poder absoluto ao Imperador extinguindo o Parlamento, bem como nacionalizar a indústria e abolir as sociedades capitalistas, elevar os camponeses à posição de pilares morais e sociais, e reconhecer a violência direta como uma ferramenta mais efetiva que a covarde burocracia para “purificar” o país das “más influências” (Meyer, 2009).

Na virada de 1927, em um contexto já marcado pela complexidade das tensões políticas citadas anteriormente mais a nomeação do General Giichi Tanaka ao cargo de Primeiro-Ministro, Ishii, agora promovido a Capitão Médico, foi designado para atuar no Hospital Militar de Quioto. Mesmo assim, sua vida acadêmica não apenas prosseguiu, como também se fortaleceu. Ele se aproximou dos principais pesquisadores da Universidade Imperial de Tóquio, publicou estudos sobre a bactéria *Neisseria gonorrhoeae* no intuito de fundamentar o tratamento da gonorreia, realizou exposições em congressos médicos e integrou diferentes programas de seleção e formação de jovens cientistas (Harris, 1995). Considerando que esse era um momento em que o Japão já havia saído da posição de aprendiz para ocupar uma posição de destaque no campo microbiológico internacional, rivalizando diretamente com países como Alemanha e França, não há dúvidas de que a atuação de Ishii foi decisiva para a projeção de seu nome, que chegou aos ouvidos de alguns dos membros do Ministério da Guerra (Harris, 1995).

Ishii era um homem inquieto, de muitas ideias, e pensava em como seu trabalho contribuiria para o desenvolvimento do país. Ele poderia cuidar dos soldados que, como vimos no tópico sobre a Era Meiji, eram recursos biológicos que honrosamente serviam ao Imperador e à segurança nacional, ou poderia continuar pesquisando as doenças infectocontagiosas que mais afetavam a população japonesa. Todavia, essas ideias pareciam simplórias a um cientista ultranacionalista ambicioso que buscava horizontes mais amplos. Não era segredo para os que conviviam com Ishii que ele possuía interesse em armas biológicas, um tema pouco discutido entre a comunidade científica japonesa, pois ele frequentemente manifestava isso, especialmente após ter acesso ao Protocolo de Genebra

(Harris, 1995). Para Ishii, a bacteriologia era tão útil à manutenção da saúde quanto ao extermínio dos inimigos do Império, e o fato de a Liga das Nações ter se reunido para proibir o uso de armas químicas e biológicas era um sinal de que sua percepção estava correta.

Ainda em 1927, impulsionado pela efervescência científica nacional, o bacteriologista encaminhou aos supervisores a sugestão de um programa voltado à produção de armas biológicas. Desdobrando-se entre suas obrigações no hospital e nas pesquisas, ele insistentemente transitou entre Quioto e Tóquio em busca de apoio; a frustração veio quando Ishii percebeu que os militares, sobretudo os mais tradicionais, não compartilhavam seu entusiasmo (Yang; Tam, 2018). Consideravam-no competente, porém fantasioso. É importante destacar, no entanto, que mesmo sem sucesso imediato sua iniciativa não foi em vão, pois logo no ano seguinte, 1928, Ishii embarcou em um intercâmbio de dois anos, passando por Egito, Turquia, Itália, França, Alemanha, Noruega, União Soviética, Polônia, Canadá, Estados Unidos, entre outros. Até o momento, a historiografia não conseguiu precisar a origem dos recursos que viabilizaram a viagem, porém Harris (1995) e Yang e Tam (2018) discutem ser improvável que Ishii tenha ido por conta própria, considerando que o rigoroso Exército Imperial não tolerava ausência sem justificativa convincente e o bacteriologista dificilmente arcaria sozinho com os custos de uma viagem tão longa. Não seria impreciso sustentar que apesar da indiferença inicial, Ishii conquistou aliados de peso no Ministério da Guerra, no Exército Imperial ou até em ambos.

Enquanto Ishii coletava dados sobre armas químicas e biológicas que estavam a seu alcance, visitando laboratórios e interagindo com outros cientistas, tentando burlar limitações para descobrir se havia países envolvidos em tais tipos de pesquisa, os anos de sua ausência foram ainda mais conturbados para o Japão. Em 1928, sem esperar pelo voto do Parlamento, o Primeiro-Ministro Tanaka, conhecido como “linha dura”, promulgou um decreto de emergência que endureceu a Lei de Preservação de Paz e ampliou a rede de capturas do Estado (Ward, 2025). Sob a justificativa de que representantes soviéticos estavam atuando no país e medidas mais rigorosas eram urgentes, estabeleceu-se pena de morte para quem se envolvesse em organizações comunistas ou apresentasse pensamentos inclinados à ideologia (Ward, 2025). Assim, a sociedade civil vivia entre o temor da *Tokkō* (特高), a polícia especial responsável pela caça aos “subversivos”, e o receio de ser enquadrada por uma legislação de critérios arbitrários.

Após a suspensão de direitos civis, o Japão rompeu secretamente com o Protocolo de Genebra. Em 1929, na ilha Ōkunoshima, uma fábrica de gases tóxicos, sobretudo gás mostarda, foi fundada em sigilo. Paralelamente, o Instituto de Pesquisa Científica do Exército

construiu quarenta laboratórios destinados ao desenvolvimento de armas químicas e capacitou equipes de cientistas e técnicos para atender à alta demanda de produção e manuseio desses materiais (Guillemin, 2017). Convém lembrar que nesse período a economia mundial atravessava a crise da Grande Depressão; diante disso, parece contraditório que o Japão tenha iniciado um investimento de tal magnitude. Afinal, podemos deduzir que construir um complexo industrial químico do zero implica em gastos com infraestrutura, tecnologia (importada, a depender da situação), produção energética, matéria-prima, pessoal habilitado, etc. Entretanto, essa iniciativa compõe a estratégia adotada pelo país para minimizar os impactos internos da crise econômica. Enquanto outras potências optaram por uma postura mais cautelosa, o Estado japonês propositalmente se endividou para investir em sua própria economia, aumentando o orçamento de setores como a indústria pesada e, acima de tudo, bélico-militar, ocasionando sua rápida recuperação e a modernização/ampliação de seu arsenal (Meyer, 2009). Considerando que gases demandavam menos recursos financeiros e tempo de produção do que as munições convencionais, a lógica para a criação da fábrica é a de que os resultados a longo prazo seriam mais expressivos que os custos do momento.

Essa lógica foi crucial para Ishii. Quando retornou ao Japão, em 1930, ele foi recebido com uma promoção a Major Médico, transitando da posição de oficial subalterno à de oficial superior, e uma vaga no corpo docente da conceituada Escola Médica do Exército (Harris, 1995), destinada à especialização em medicina militar. Já estabelecido em suas novas funções, Ishii se apresentou ao Alto Comando do Exército com um relatório enviesado da missão em mãos. Recorrendo ao medo como uma ferramenta discursiva, pois conhecia a paranoia do Exército em relação à segurança nacional, Ishii assegurou aos superiores que as potências ocidentais se engajaram secretamente em uma corrida armamentista bacteriológica (Harris, 1995), o que significa que o Japão já estava atrasado. Voltando a citar o Protocolo de Genebra, Ishii vendeu a ideia de que as armas biológicas revolucionariam a ciência da guerra e, assim como os gases tóxicos, combinavam alta letalidade com baixo custo operacional, algo bastante atraente para um país pobre em recursos naturais. À luz das experiências sanitárias anteriores, onde tanto soldados quanto civis japoneses faleceram durante surtos epidêmicos, Ishii também argumentou que seu projeto oferecia tanto medidas ofensivas contra os inimigos quanto medidas de defesa sanitária e de saúde pública (Gold, 1997), indicando que os resultados das pesquisas seriam futuramente benéficos à “raça” japonesa e, por consequência, ao desenvolvimento nacional.

Convém destacar que Ishii não possuía um poder especial de persuasão. Trata-se mais de uma habilidade estratégica de articular-se com os grupos e indivíduos certos, mobilizando

interesses já existentes e explorando-os em benefício próprio. E é essencial ter em mente que sua formação e experiência médica, mais a apresentação de motivos sólidos e um plano bem estruturado, tiveram um peso enorme, uma vez que, como vimos anteriormente neste capítulo, o saber médico operava como um mecanismo de legitimação de autoridade no Estado e no Exército Imperial Japonês. Ishii transmitiu confiança, embora, é claro, seja necessário reforçar que os oficiais do Alto Comando não eram inocentes, somente leigos na capacidade microbiológica. Resultante disso, sua proposta eventualmente obteve aprovação e a Escola Médica do Exército criou o Departamento de Imunologia como um espaço onde o bacteriologista poderia iniciar suas pesquisas, nomeando-o coordenador. Pouco tempo depois, ele desenvolveu um equipamento que revolucionou a experiência sanitária do Exército Imperial até 1945: um filtro móvel, capaz de transformar água contaminada em água potável, produzido em massa e distribuído às unidades militares quando sua eficácia se tornou comprovada (Harris, 1995). Substituindo os já conhecidos procedimentos de fervura da água e de aplicação de agentes químicos para sua purificação, Ishii chamou a atenção da pessoa que mais o apoiou durante sua carreira, o Tenente-General Chikahiko Koizumi, reitor da instituição, referência na comunidade médica militar e, posteriormente, Ministro da Saúde (1941-1944).

Koizumi, que desde a Primeira Guerra Mundial conduzia pesquisas sobre gases tóxicos e se envolveu na fundação da fábrica de Ōkunoshima, ganhando o título de “pai da guerra química japonesa”, valorizou tanto as ideias de Ishii que se tornou seu mentor e protetor político, chegando até a ceder, em 1932, um de seus terrenos privados para a construção de um laboratório maior quando o da Escola Médica do Exército se tornou pequeno. Ele também ajudou Ishii a se conectar com outras figuras extremamente poderosas, a exemplo do Ministro da Guerra, o General Sadao Araki, e o General Tetsuzan Nagata (Harris, 1995). É interessante notar que apesar de Araki e Nagata serem rivais, pois lideravam lados opostos nas facções citadas anteriormente (*Kōdōha* e *Tōseiha*, respectivamente), ambos apoiaram Ishii, evidenciando sua habilidade de articulação política. Tal conjuntura permite-nos entender a razão pela qual houve liberação de verbas quando Ishii, em 1933, solicitou um espaço com maior potencial de desenvolvimento para suas pesquisas. Coincidentemente, há não muito tempo, as tropas japonesas assumiram o controle integral da Manchúria, a mesma região que o bacteriologista havia visitado, por iniciativa própria, em 1932.

3. O teatro anatômico do Império: a metodologia da crueldade e a industrialização da morte na Manchúria

3.1. A geografia da abundância e o horizonte estratégico da Manchúria, a ‘Eldorado’ asiática

Nos anos que se seguiram a 221 a.C., quando Qin Shi Huang fundou a Dinastia Qin e instaurou o primeiro império centralizado da história chinesa, encerrando o longo e violento período dos Estados Combatentes, a primeira versão do que conhecemos hoje como Grande Muralha da China tomou forma. Buscando proteger suas fronteiras, o Imperador Qin mobilizou esforços para criar uma barreira física entre o Império Qin, concebido pela máquina estatal como o mundo agrário e civilizado do sul, e o “bárbaro” mundo das variadas tribos nômades, conforme expõe Wood (2022). Durante milênios, outras dinastias se consolidaram, notadamente Han, Tang e Song, resultando em inúmeras transformações políticas, sociais, econômicas, intelectuais e culturais. Porém, como é próprio dos processos históricos, essas transformações não ocorreram sem momentos conflituosos e instáveis, e a Grande Muralha nem sempre conseguiu conter o avanço dos povos bárbaros. Exemplo disso é a campanha militar liderada por Kublai Khan, neto de Gengis Khan, que derrotou as forças Song e estabeleceu, em 1271, a Dinastia Yuan, iniciando o período de domínio mongol sobre o território chinês (Wood, 2022).

Embora os relatos do mercador italiano Marco Polo tenham eternizado a grandiosidade da China sob domínio mongol, a Dinastia Yuan foi breve, incapaz de resistir às mudanças climáticas, rebeliões, surtos epidêmicos, conflitos de sucessão, entre outros fatores (Wood, 2022). Em 1368, a Dinastia Ming, composta por chineses Han, a etnia predominante entre a população desde a Dinastia Han (206 a.C.–220 d.C.), assumiu as rédeas do império e promulgou decretos dos mais variados tipos a fim de apagar os vestígios dos Mongóis. Sabia-se, no entanto, que a ameaça dos bárbaros persistia, o que levou à reestruturação da Grande Muralha, já deteriorada pela passagem do tempo, como uma forma de reforçar as defesas contra invasores. Apesar disso, quase três séculos mais tarde, outro grupo de origem considerada bárbara ascendeu: os Manchus.

Gamsa (2020) argumenta que o processo de formação da identidade manchu remonta à segunda metade do século XVI, quando o líder guerreiro Nurhaci, do clã Aisin Gioro, iniciou a unificação das tribos nômades Jurchen. Os jurchens, posteriormente rebatizados ‘manchus’ por Hong Taiji, filho de Nurhaci, passaram por uma reorganização social e, principalmente, militar, tornando-se uma potência fora dos limites do império. Após se

rebelarem contra a Dinastia Ming, fundando uma dinastia própria, a Qing, os Aisin Gioro lideraram o exército manchú em uma série de campanhas militares em direção a Pequim, o centro do poder imperial. Ironicamente, quando os manchus chegaram ao Passo de Shanhai, a principal passagem da Grande Muralha, não foi preciso forçar a entrada, pois o dissidente chinês Wu Sangui abriu os portões, facilitando o colapso dos Ming (Gamsa, 2020). Em 1644, com a ocupação de Pequim, a Dinastia Qing consolidou-se como a nova detentora do Mandato do Céu⁹, colocando o clã Aisin Gioro à frente do Império Chinês. Sob os reinados de imperadores manchus como Kangxi, Yongzheng e Qianlong, a China viu sua extensão territorial duplicar, registrou um aumento demográfico significativo e prosperou economicamente, atingindo um grau de estabilidade tão elevado que o aprimoramento do exército foi posto em segundo plano, dada a ausência de rivais à altura no continente, e viajantes europeus retratavam o império como um modelo de ordem monárquica (Wood, 2022).

Porém, ao passo em que as províncias centrais chinesas se desenvolviam, o berço da Dinastia Qing era mantido à margem, submetido a políticas isolacionistas, contrariando a expectativa de que seria uma das primeiras áreas contempladas pelo investimento governamental. O território manchú recebia, entre os nativos, a denominação de *Long Xing Zhi Di* (龍興之地, ‘Terra onde o Dragão se Levantou’), referenciando a ascensão Qing, mas se popularizou no Ocidente como ‘Manchúria’, termo criado e difundido por cartografistas jesuítas do século XVIII, indica Gamsa (2020). Segundo o autor, esse território consiste em uma região bastante extensa, abrangendo todo o nordeste da China, cujas principais províncias são Heilongjiang, Jilin e Liaoning. É atravessado por rios importantes, como o Amur, fronteiro com a Rússia, e o Yalu, fronteiro com a atual Coreia do Norte. O clima é diverso, podendo variar entre o frio extremo de Heilongjiang e o calor moderado de Liaoning, contribuindo para a agricultura local. O solo é, em geral, extremamente fértil, permitindo uma produção agrícola variada, com destaque para a soja e o ginseng¹⁰, presente nas inúmeras e densas áreas florestais. Além da flora, a fauna se destaca pela diversidade de espécies que forneciam carne, pele, entre outros recursos, como os chifres dos cervos, utilizados na medicina tradicional chinesa (Gamsa, 2020).

⁹ Fundamentação político-filosófica originária da Dinastia Zhou (1046-256 a.C.), na qual o poder do soberano era condicional à sua virtude e capacidade de manter a harmonia (Zhao, 2025). Os Qing utilizaram esse princípio para legitimar seu domínio, argumentando que o Céu lhes transferiu o mandato para restaurar a ordem arruinada pela Dinastia Ming.

¹⁰ Erva medicinal chinesa altamente valorizada, considerada um produto de luxo até hoje.

Curiosamente, o isolamento do território manchu ocorreu em razão de os Qing não o enxergarem como um alvo de exploração econômica. É possível afirmar, considerando a abundância de recursos, que houve extração e comércio, sendo as pérolas de água doce um exemplo de produto requisitado pela corte. Gamsa (2020) enfatiza, no entanto, que tais atividades eram controladas e não objetivavam a maximização de lucros, pois a região ocupava um lugar sagrado no imaginário manchu: segundo a narrativa mitológica, o nascimento de Nurhaci, reverenciado na historiografia oficial Qing¹¹, teria ocorrido às margens do rio Songhua, ligando diretamente a linhagem Qing ao solo da Manchúria, que deveria permanecer puro, livre de influências externas, evitando que a identidade guerreira fosse absorvida pelos costumes sedentários e burocráticos chineses.

Dentro dessa lógica, mesmo que chineses de etnia Han fossem integrados à administração do império¹², a presença deles era proibida na Manchúria¹³; tanto que o primeiro imperador Qing a governar a partir de Pequim, Shunzhi, iniciou, em 1661, a construção de um complexo sistema de controle fronteiriço a fim de restringir a entrada dos Han e monitorar atividades comerciais, finalizado em 1681 pelo Imperador Kangxi. Manter a pureza cultural dessa região também tinha a ver com torná-la um espaço onde os imperadores Qing, normalmente reclusos em Pequim, poderiam manter viva a memória da origem manchu, como adiciona Gamsa (2020). Durante o verão, por exemplo, era comum que os imperadores se deslocassem em direção à Manchúria para treinar as habilidades de caça, arquearia e equitação, honrando a ancestralidade nômade.

Permeada pela misticidade, a Manchúria se manteve uma área “intocada”, propositalmente subdesenvolvida, reservada à população manchu, outros pequenos grupos originários com culturas próprias e à parcela de militares responsáveis por guardar as fronteiras, sendo que todos seguiam normas rigorosas para a permanência na região. Atividades como garimpo, mineração, agricultura intensiva e caça comercial eram tão proibidas pelo governo Qing quanto a construção de estradas modernas e grandes cidades, com exceção de alguns palácios imperiais, mausoléus ancestrais e fortificações para abrigar os soldados e suas famílias (Gamsa, 2020). Assim, isolada do resto do império, tendo uma baixa densidade demográfica concentrada nas três províncias citadas e contando com pouca infraestrutura, a Manchúria era marcada por uma vasta reserva de terrenos praticamente

¹¹ Por elevar o clã Aisin Gioro à posição de casa imperial.

¹² Maneira de contornar o fato de os Manchus serem um grupo étnico minoritário, garantindo a lealdade da elite letrada Han sem abdicar o controle político. Assim, para cada cargo governamental ocupado por Manchus, haveria um número correspondente de chineses Han (Wood, 2022).

¹³ Havia quem tentasse burlar o isolamento, então a política nunca foi absoluta. Apesar disso, o número de migrantes ilegais não era tão expressivo (Gamsa, 2020).

vazios, tomados pela fauna e pela flora, e possuía uma extensa costa com acesso ao Mar do Japão, apresentando um amplo potencial de aproveitamento. Na virada do século XIX, porém, o Império Qing se mostrou incapaz de continuar sustentando o isolamento da ‘Terra onde o Dragão se Levantou’. A maior ameaça a esse santuário viria de uma grande aliada desde o século XVII: a Rússia.

O Império Russo, agora modernizado e expansionista, acompanhou de perto as fraturas políticas e sociais que pavimentaram o colapso chinês, enxergando na fraqueza do vizinho a conjuntura ideal para suas ambições territoriais. Crises econômicas, corrupção estatal, sobrecarga populacional, guerras civis contra e a favor do governo manchú são exemplos dos problemas que formaram a base para o declínio da Dinastia Qing (Wood, 2022). O advento do imperialismo ocidental, somado à eclosão das Guerras do Ópio (1839-1842 e 1856-1860) e seus subsequentes tratados desiguais, resultou em um cenário ainda mais desfavorável para aquela que há séculos se consolidou como a potência hegemônica da Ásia, detentora de uma das principais economias mundiais, agora presa a uma posição de inferiorização simbólica e política. Enquanto Grã-Bretanha e França exerciam pressão militar direta sobre a China durante a Segunda Guerra do Ópio, a Rússia, que havia perdido a Guerra da Crimeia (1853-1856) e via na expansão pelo Extremo Oriente uma forma de restaurar seu prestígio internacional, agiu de forma oportunista. Explorando a inexperiência chinesa com as políticas europeias e apoiando-se no histórico da diplomacia sino-russa, o império czarista posicionou-se como mediador entre a corte Qing e as potências agressoras, prometendo interceder pela retirada das tropas estrangeiras (Gamsa, 2020). O preço dessa suposta proteção, contudo, seria a concessão territorial na Manchúria.

Por meio dos Tratados de Aigun (1858) e Pequim (1860), a China, fragilizada militarmente, alheia às reais intenções russas e preferindo lidar com uma força já conhecida a enfrentar a imprevisível aliança anglo-francesa, relutantemente cedeu à Rússia uma parte da região manchú. Em decorrência disso, o território ancestral foi dividido em duas partes: Manchúria Interior e Exterior. Gamsa (2020) detalha que a China, permanecendo com a Manchúria Interior, conseguiu resguardar as províncias de Heilongjiang, Jilin e Liaoning, além de certas áreas da Mongólia, englobando cerca de 1 milhão de km²; a Rússia, por outro lado, adquiriu a Manchúria Exterior, anexando uma região quase tão extensa quanto a que restou à China. Assim, além de ganhar acesso aos recursos, às terras e à costa desse lado da Manchúria, o Império Russo pôde estabelecer a cidade portuária de Vladivostok e utilizar o Rio Amur como via de transporte comercial e militar (Gamsa, 2020).

Na tentativa de blindar a Manchúria¹⁴ contra o avanço russo e aliviar os problemas pré-existentes nas demais regiões do império, como a fome e a superpopulação, a Dinastia Qing gradualmente liberou e incentivou a migração de chineses Han ao território, já a partir da década de 1860, fundamentando-se na percepção de que o manter subdesenvolvido e pouco povoado durante séculos facilitou a anexação estrangeira (Gamsa, 2020). Tendo em vista que os cofres públicos estavam comprometidos, especialmente após os acontecimentos da violenta Rebelião Taiping (1851-1864), a abertura ao comércio e à agricultura em larga escala também se tornaram um meio de fortalecer as finanças estatais. Essas medidas se mostraram eficazes para impedir que a Manchúria fosse diretamente anexada pela Rússia, mas não o suficiente para impedir que nos anos seguintes, mediante a combinação de coerção diplomática e grandes subornos em contratos de arrendamento¹⁵, o território se transformasse em uma esfera de influência colonial com a fundação da gigantesca Ferrovia Chinesa do Oriente (1897), a metrópole de Harbin (1898), a fortificada base naval de Port Arthur (1898) e a cidade portuária de Dalian (1899), infraestruturas construídas com mão de obra barata chinesa e controladas pelos russos, o que contribuiu para que a Manchúria se tornasse conhecida entre os invasores como a “Rússia Amarela” (Gamsa, 2020).

O desenrolar de tais eventos gerou insatisfação e preocupação entre as elites políticas em Tóquio, pois o conceito de “Rússia Amarela” era percebido como um obstáculo ao projeto de expansão japonesa pela Ásia, já que evidenciava o interesse russo em assumir o controle político e econômico da China, aproximando-se perigosamente dos domínios nipônicos. A própria geografia atestava essa ameaça: a base naval de Vladivostok projetava o poderio russo diretamente sobre o Mar do Japão. Diante da tensão desse cenário, o conflito de interesses entre os dois impérios deu lugar à Guerra Russo-Japonesa (1904-1905), citada no primeiro capítulo, onde a vitória do Japão impactou a política internacional e encerrou a hegemonia russa na Manchúria. No Tratado de Portsmouth, em 1905, a Rússia cedeu, a contragosto, seus ativos mais valiosos ao Japão.

Assim, o Império Japonês assumiu boa parte dos arrendamentos russos na região, o que incluía Dalian, Port Arthur e, sobretudo, todo o trecho sul da Ferrovia Chinesa do Oriente

¹⁴ Após a anexação da ‘Manchúria Exterior’, que se tornou parte do Extremo Oriente Russo em definitivo, a historiografia normatizou o termo ‘Manchúria’ para designar apenas a região remanescente sob o domínio chinês, ou seja, a ‘Manchúria Interior’. Este trabalho seguirá esse ajuste.

¹⁵ Gamsa (2020) define os arrendamentos como tratados desiguais. Endividada pela derrota na Primeira Guerra Sino-Japonesa (1894-1895), a China aceitou empréstimos e proteção militar russa em troca de direitos de construção. Na teoria, a Rússia apenas alugava o território sem ferir a soberania Qing; na prática, mediante subornos e coerção, exercia controle judicial, militar e econômico nas zonas arrendadas. Sem receber compensações justas e destituída de poder real, a China afundou em um ciclo de dívidas com a Rússia, agravado durante a Rebelião dos Boxers (1900-1901), quando o exército czarista aproveitou a instabilidade para ocupar toda a Manchúria.

(Gamsa, 2020). Um ano depois, objetivando administrar e proteger esses ganhos, o Estado japonês constituiu uma rede de poderes na Manchúria. A autoridade política da região ficou a cargo do recém-fundado Governo Geral de Guangdong e, para gerir a exploração econômica e o desenvolvimento estrutural, surgiu a Companhia da Estrada de Ferro do Sul da Manchúria (ou Mantetsu); por fim, o Exército de Guangdong, uma nova divisão de elite do Exército Imperial Japonês, foi criado e posicionado ao longo do território sob influência japonesa.

A Rússia, apesar das circunstâncias, resistiu, mantendo Harbin e o trecho norte da ferrovia. Ao mesmo tempo, argumenta Gamsa (2020), a presença japonesa no território manchú se enraizava de forma cada vez mais sólida através da Mantetsu. Ultrapassando o sentido convencional de uma empresa ferroviária, ela administrava trens, portos, minas de carvão, fábricas, siderúrgicas, produção e exportação agrícola¹⁶, além de cidades inspiradas nos modelos ocidentais, providas de hotéis, instituições de ensino básico e superior, hospitais e até um instituto voltado às pesquisas sobre potencial agrícola, medidas sanitárias, condições naturais e costumes locais, formando uma base de dados que otimizava a exploração colonial com mais ênfase que os russos. Consequentemente, disseminou-se a narrativa de que os japoneses retiraram o sul da Manchúria de seu “estado selvagem”, ofertando qualidade de vida às populações chinesas, japonesas e russas que ali habitavam. O livro *Manchuria: Land of Opportunities*, produzido pela companhia e publicado nos EUA a fim de apresentar aos ocidentais as mudanças promovidas pelos japoneses, evidencia essa narrativa no seguinte trecho:

a outrora “Terra Proibida” se abriu não apenas ao mundo exterior, mas, particularmente, aos próprios chineses, que jamais imaginaram que oportunidades tão valiosas estivessem literalmente à sua porta. Há menos de uma geração, os russos abriram determinadas regiões do país; foram os japoneses, porém, que tornaram essa uma terra de oportunidades para o mundo (SOUTH MANCHURIA RAILWAY, 1922, p. 6, tradução nossa).

Na mesma obra, podemos perceber que o Exército de Guangdong também ocupou uma posição central na propaganda criada para legitimar a atuação japonesa na Manchúria. Defendido como um dispositivo essencial à manutenção da ordem e da segurança, agindo em conjunto com a polícia, ele surge como responsável por impedir que o sul da Manchúria se tornasse semelhante ao norte, controlado pela agora Rússia Soviética, cuja má administração permitiu que as províncias se encontrassem “[...] infestadas por bandidos armados” que atacavam a zona ferroviária “[...] frequentemente desde 1907” (SOUTH MANCHURIA RAILWAY, 1922, p. 100, tradução nossa). O destaque à atuação militar perante estrangeiros se manifesta em outras ocasiões. Em um relatório de higiene e saúde pública, posteriormente

¹⁶ Durante a década de 1920, a Manchúria produziu cerca de dois terços da soja mundial (Gamsa, 2020).

produzido pela Liga das Nações durante expedições oficiais ao Japão, à Coreia e à Manchúria, vemos que os agentes da organização, recebidos por representantes da companhia ferroviária, reforçando a influência política, econômica e ideológica da empresa na região, enfatizam que

quando o Japão assumiu os interesses da Rússia na Manchúria, o país, incluindo a zona ferroviária, encontrava-se **muito instável, abrigando inúmeros indivíduos indesejáveis** que possuíam pouco respeito pelas vidas e propriedades alheias. Sob a administração militar, esses elementos perigosos foram removidos da zona, e **a lei e a ordem foram estabelecidas** (LIGA DAS NAÇÕES, 1927, p. 49, tradução e grifos nossos).

Construiu-se, portanto, uma imagem heroica em torno do Exército de Guangdong, reforçada pela retórica da luta contra o banditismo local, apresentando-o não como uma força interventora, e sim como um agente modernizador. O que os documentos ocultam, por outro lado, é que a divisão, estacionada fora do Japão, se expandiu tanto que evoluiu de um contingente de guarda para uma instância política autônoma, atravessada por múltiplas relações de poder internas. Demonstrando insubordinação a determinadas ordens advindas de Tóquio, não era incomum que o Exército de Guangdong se envolvesse em disputas com o governo civil japonês. Por exemplo, em 1928, o assassinato de Zhang Zuolin, general-governante da Manchúria, ocorreu sem qualquer conhecimento prévio do gabinete civil. Quando o Primeiro-Ministro Giichi Tanaka tentou punir os oficiais envolvidos, acabou forçado a renunciar, tornando explícita a impotência dos políticos diante do radicalismo militar (Meyer, 2009). Esse vácuo de autoridade e a instabilidade que se seguiu prepararam o terreno para o Incidente de Mukden. Em setembro de 1931, oficiais radicais, liderados pelo Tenente-Coronel Kanji Ishiwara, aproveitaram-se do anoitecer para sabotar um trecho da ferrovia sob controle japonês. Novamente à revelia de Tóquio, os militares utilizaram a explosão forjada para criar uma narrativa que culpabilizava dissidentes chineses. A base para uma invasão total relâmpago estava, assim, montada.

3.2. Manchukuo, a construção de um Estado-laboratório e o paradoxo da harmonia racial

No ano seguinte ao Incidente de Mukden, o Japão, em resposta às pressões do Exército de Guangdong, anunciou oficialmente o estabelecimento do Estado independente de Manchukuo. A Liga das Nações, procurada pela China, se recusou a reconhecer as alegações japonesas de que a invasão teria sido um ato de legítima defesa. O órgão também rejeitou o argumento de que, historicamente, a Manchúria pertencia aos povos manchus e não aos chineses Han, uma separação que Tóquio tentava justificar pela posição do território além da Grande Muralha. Gamsa (2020) adiciona que o Japão ainda instrumentalizou a instabilidade

política chinesa, defendendo que a República era incapaz de administrar a região, que corria o risco de ser absorvida pelo comunismo. A busca por legitimação internacional para Manchukuo não obteve êxito, visto que apenas um número reduzido de países o reconheceu diplomaticamente; o que prevaleceu foi a certeza de que a Manchúria era um território chinês sob ocupação ilegal (Gamsa, 2020). Mesmo assim, nenhuma sanção prática foi imposta ao Japão. A União Soviética, potência com capacidade real de intervenção, optou pela neutralidade tática, pois enfrentava seus próprios desafios de consolidação interna. Diante desse vácuo de apoio, coube à China aceitar o fim de sua soberania imediata na região, assinando o Tratado de Tanggu (1933) em troca da não invasão japonesa a Pequim (Gamsa, 2020).

Considerando os empecilhos políticos para uma anexação total, como na Coreia, Manchukuo foi desenhado para ser um país modelo, atuando em cooperação com o Império Japonês, não uma colônia extrativista. Gamsa (2020) descreve que, buscando moldar uma identidade distinta da “caótica” China republicana, Manchukuo logo recebeu uma capital, a moderna Xijiang, cuja arquitetura misturava o *Art Nouveau* europeu com elementos tradicionais. O Xintoísmo seria imposto futuramente como a religião oficial do Estado, mas o Confucionismo, então criticado por nacionalistas e comunistas chineses como um resquício da China Imperial, foi estrategicamente resgatado. Ele se tornou peça-chave na manobra japonesa de gestão social da população, instrumentalizando a ética confuciana de harmonia, hierarquia e obediência filial sob a aparência de respeito aos antigos valores locais. Com cinismo político, o dia 18 de setembro, quando ocorreu o Incidente de Mukden, entrou na lista de datas comemorativas oficiais do novo “país”. Em instituições de ensino, transmitia-se à juventude o ideal de *Jianguo Jingshen* (建国精神, ‘espírito de construção nacional’), responsável por justificar a injeção massiva de capital japonês no território. Embora o Estado-fantoches fosse fruto do imperialismo, seu principal símbolo ideológico foi a união: exibindo as cores amarelo, vermelho, azul, branco e preto, a bandeira nacional representava manchus, japoneses, chineses Han, mongóis e coreanos, fomentando o mais disseminado lema do regime, *Minzoku Kyōwa* (民族協和, ‘harmonia racial’).

Figura 2: Cartaz propagandístico de Manchukuo

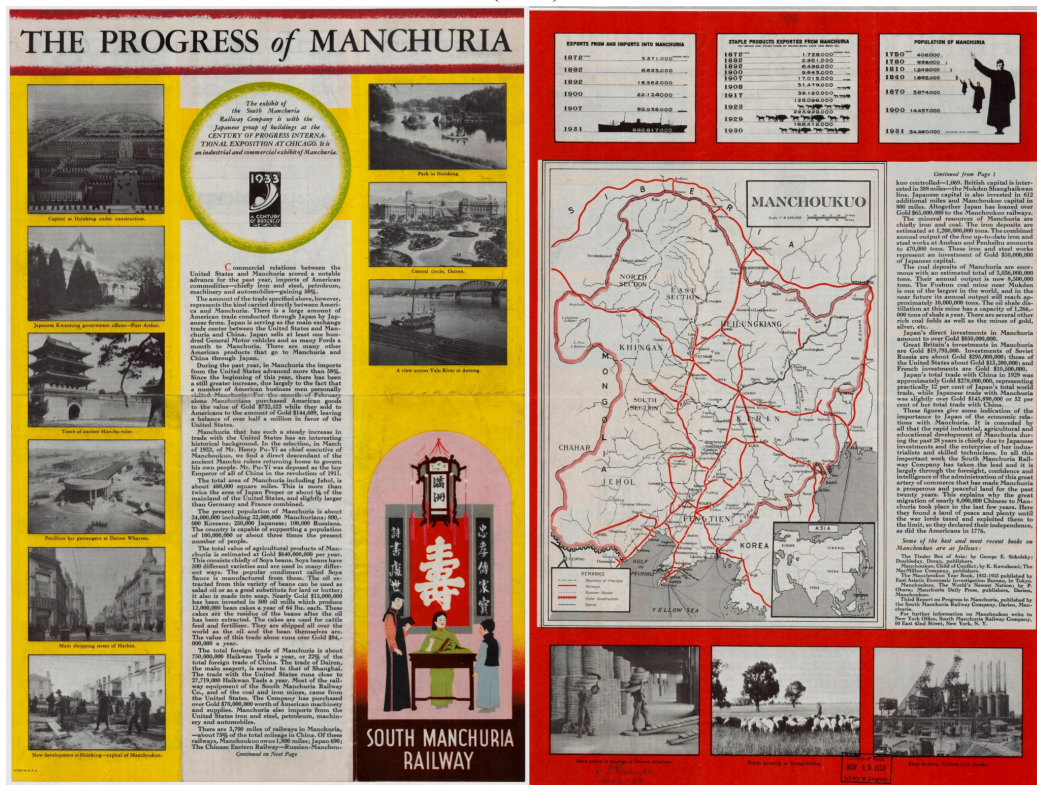
Fonte: Nagoya City Museum (*apud* Suzuki, 2023)

Manchukuo se constituiu em uma lógica política que tornava essencial a figura de um governante. Por um lado, ele não poderia ser japonês, senão o discurso de “independência da Manchúria” perderia qualquer coerência; por outro, assim como o sol ocupa uma posição superior no cartaz acima, iluminando os cinco povos, o Japão deveria exercer controle total sobre o indivíduo escolhido. A preferência foi dada ao jovem Puyi, o último imperador da Dinastia Qing, expulso da Cidade Proibida¹⁷ em 1924, que, movido pelo ressentimento, depositou no Japão sua expectativa de recuperar a glória dos Aisin Gioro (Gamsa, 2020). Já na virada de 1932, Puyi foi declarado Chefe Executivo de Manchukuo e, dois anos depois, entronizado como Imperador Kangde, rapidamente apresentado à mídia internacional como o herdeiro legítimo do novo país, reiterando a narrativa legitimadora que desqualificava a ideia de ocupação militar.

O Japão, portanto, estava fazendo uma reparação histórica, não invadindo. Essa estratégia pode ser observada em um dos banners exibidos no pavilhão japonês durante a Exposição Internacional de Chicago de 1933. Além das fotografias de pontos específicos de Manchukuo, a base de mais de 34 milhões de habitantes e as informações relativas à entrada de capital estrangeiro, chama atenção um trecho onde Puyi é descrito como o “descendente direto dos antigos líderes Manchus retornando ao lar para governar seu próprio povo” (SOUTH MANCHURIA RAILWAY, 1933, tradução nossa). A realidade é que, suscetível à manipulação, Puyi era apenas um componente da engrenagem japonesa.

¹⁷ Principal palácio imperial chinês, localizado em Pequim. Apesar de ter sido destituído do cargo de imperador desde 1912, em decorrência da Revolução Xinhai (1911), Puyi ainda recebia permissão para viver no local.

Figura 3: “O progresso da Manchúria”, banner da South Manchuria Railway para a Exposição de Chicago (1933)



Fonte: Library of Congress

Outro ponto que se sobressai é o destaque dado ao fluxo migratório. Cerca de 25 milhões de pessoas, majoritariamente camponeses e chineses Han, migraram para a Manchúria/Manchukuo entre as décadas de 1890 e 1940, sendo que, inicialmente, a maioria voltava às terras natais; com a chegada do século XX, adiciona Gamsa (2020), mais migrantes se estabeleceram permanentemente na região, fugindo da superpopulação e da fome em outras áreas da China, cujos efeitos de calamidades naturais, a exemplo dos ciclos de seca, se agravaram em decorrência da atuação dos Senhores da Guerra¹⁸. À procura de condições dignas, os migrantes eram atraídos pela promessa de estabilidade, empregos e terras aráveis. Manchukuo, nesse sentido, era vendida como uma espécie de terra prometida construída do zero pelos japoneses. Encontrado no banner acima, o trecho a seguir ilustra bem essa propaganda:

É amplamente reconhecido que o rápido desenvolvimento industrial, agrícola e educacional da Manchúria nos últimos 28 anos **deve-se principalmente aos investimentos japoneses e à iniciativa de seus industriais e técnicos especializados**. Em toda essa importante obra, a Companhia da Ferrovia do Sul da Manchúria desempenhou papel de liderança, e foi em grande medida graças à visão, à confiança e à competência administrativa dessa grande artéria comercial que a

¹⁸ Wood (2022) define o período dos Senhores da Guerra (1916-1928) como a fragmentação política da China após a morte do presidente Yuan Shikai. Com o colapso da autoridade central, o país se dividiu em “feudos” militares marcados por instabilidade, disputas territoriais e severa exploração camponesa. Zhang Zuolin era um dos autocratas regionais (Gamsa, 2020).

Manchúria se tornou, nos últimos vinte anos, uma terra próspera e pacífica. Isso explica por que a grande migração de quase 8.000.000 de chineses para a Manchúria ocorreu nos últimos anos. Ali encontraram **uma terra de paz e abundância** [...] (SOUTH MANCHURIA RAILWAY, 1933, tradução e grifos nossos).

Ao cruzarem a fronteira, os migrantes encontravam um cenário que desmentia o discurso biopolítico japonês. O regime de Manchukuo operou uma verdadeira instrumentalização da miséria, recebendo-os como força de trabalho barata e descartável. Enquanto uma minoria japonesa monopolizava os melhores cargos, moradias e alimentos, restava aos migrantes o cotidiano insalubre nas construções, minas e ferrovias, com salários inferiores à metade dos pagos aos colonizadores (Gamsa, 2020). Quando a exaustão permitia, o refúgio era os “cinemas chineses”¹⁹, utilizados pela Companhia Cinematográfica da Manchúria para projetar propaganda ideológica focada no público não alfabetizado (Hong, 2013). A situação daqueles que já habitavam a região muito antes da ocupação não era menos drástica, pois a máquina colonial também avançou sobre o interior e camponeses locais foram frequentemente expropriados de suas terras para dar lugar aos colonos japoneses ou à expansão da infraestrutura ferroviária. O impacto atingiu até mesmo os povos originários de tradição nômade, como os Oroqen, que foram forçados a modificar severamente seus meios de subsistência tradicionais diante do avanço da colonização agrícola massiva e da exploração florestal (Gamsa, 2020).

Para sustentar a vitrine de ordem, modernidade e civilidade, o aparato governamental de Manchukuo operou sobre o que Mbembe (2018), partindo dos conceitos foucaultiano de Biopolítica e agambeniano de Estado de Exceção, define como Necropolítica. Inseridos em uma condição de vulnerabilidade político-social, a população local e os migrantes chineses passaram a viver em uma condição de morte em vida. Além das jornadas exaustivas de trabalho análogo à escravidão, esses grupos eram racialmente segregados sob o disfarce retórico da unidade nacional, submetidos à contínua vigilância em função da caça aos possíveis infiltrados comunistas e, em especial, política e juridicamente marginalizados. Manchukuo funcionava como um espaço onde os direitos eram privilégios reservados aos sujeitos em posições hegemônicas, cujas vidas eram consideradas dignas de proteção; isso não incluía os sujeitos de “segunda classe”, ou seja, os subalternizados. Entretanto, devemos entender isso como parte de um padrão mais amplo. Assim como vimos no capítulo anterior, a formalização da violência enquanto prática institucional japonesa antecede Manchukuo. O Massacre de Kantō e a Lei de Preservação da Paz são exemplos sólidos, mas poderíamos citar

¹⁹ A segregação em Manchukuo se estendia a diversas esferas sociais, incluindo os cinemas, que apresentavam divisões rígidas de espaço físico e de conteúdo programático para os públicos japonês e chinês (Hong, 2013).

inúmeros outros acontecendo nas colônias e, se quiséssemos permanecer em território japonês, bastaria observar as práticas disciplinares direcionadas aos Ainu, povos originários de Hokkaido, desde o início da Era Meiji.

Não surpreende, então, que a lógica autoritária e excludente tenha sido exportada à Manchukuo. Na “terra prometida”, as leis e as instituições civis eram nominais, criadas somente para mascarar o controle japonês e formar burocratas leais. A hegemonia imperial se afirmava por meio de uma rede de poder compartilhada entre as supostas forças de segurança, a exemplo da polícia militar Kempeitai e do Exército de Guangdong, que atuavam como organizações criminosas sancionadas pelo Estado (Gamsa, 2020), tornando a impunidade ainda mais normalizada que no Japão. Posicionados em uma estrutura de dominação que os habilitava a exercer controle sobre corpos e condutas, da esfera sanitária à esfera penal, policiais e militares frequentemente aproveitavam-se disso para realizar extorsões, vandalismo de moradias, estupros, prisões arbitrárias, torturas e até assassinatos de sujeitos comuns sem que houvesse punição adequada. Livres das amarras morais, sociais ou jurídicas que teriam no burocrático Japão, impulsionados por um imaginário socialmente construído de superioridade racial diante de outros asiáticos, tais agentes alimentavam uma brutalidade sistêmica que, ao despir as vítimas de sua humanidade e dignidade, servia tanto para objetificá-las quanto para neutralizar possíveis vínculos de empatia entre os colonizadores e os colonizados. Afinal, Manchukuo era, ainda que não formalmente, uma colônia, e as colônias

são zonas em que guerra e desordem ficam lado a lado ou se alternam. Como tal, as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos — a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização”. [...] O direito soberano de matar não está sujeito a qualquer regra nas colônias. Lá, o soberano pode matar a qualquer momento ou de qualquer forma. (Mbembe, 2018, p. 35-36).

Assim como ocorria na metrópole japonesa, embora intensificado pelo contexto colonial, o projeto estatal de Manchukuo mobilizou vastos recursos para o gerenciamento biológico de sua força de trabalho através da infraestrutura urbana, da educação e das medidas médico-higienistas, justificadas por argumentos estigmatizantes como a necessidade de corrigir os “hábitos insalubres dos chineses, cujas concepções sobre higiene são muito rudimentares” (LIGA DAS NAÇÕES, 1927, p. 54, tradução nossa). Porém, seguindo a perspectiva de Mbembe, podemos afirmar que o controle do território não se limitava à gestão da vida, do ‘fazer viver’ em função do desenvolvimento capitalista, que requer corpos disciplinados e funcionais. Implicava, simultaneamente, a administração da morte, o ‘fazer morrer’ dos sujeitos classificados como descartáveis, algo que se estabelece com facilidade no

interior da racionalidade capitalista. Mbembe é categórico ao afirmar que “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (2018, p. 5). Nesse sentido, em meio à violência estrutural, Manchukuo operou como uma zona cinzenta onde a modernidade biopolítica e a necropolítica colonial não se opunham, mas se complementavam, pois os dispositivos que objetivavam manter a mão de obra ativa eram os mesmos que facilitavam seu extermínio. Ou seja, o ecossistema desse Estado-fantoches se tornou perfeito para figuras como Shirō Ishii.

3.3. Arquitetura, disfarce e burocracia do extermínio no ‘Departamento de Prevenção Epidêmica e Purificação de Água’

Ao longo das comemorações do tradicional Festival da Lua, em setembro de 1934, o interior do campo prisional da Fortaleza de Zhongma, normalmente imerso em intensa vigilância, lembrava um bar decadente. Responsáveis pelo patrulhamento, soldados japoneses se viam bêbados pelos corredores, alguns até desacordados. Mesmo diante da embriaguez, possivelmente desaprovada pelos superiores, tudo indicava que essa seria apenas mais uma noite comum: cumpririam o expediente e, ao amanhecer, outros oficiais assumiriam seus postos. Por isso, quando diversos homens escaparam de suas celas, aproveitando-se do momento em que a refeição noturna era servida, o que se seguiu foi puro caos. Entre a gritaria dos soldados e os disparos de suas armas, parte dos fugitivos não conseguiu ir muito longe, seja por fraqueza extrema ou por serem atingidos; a outra parte, movida pela adrenalina e pelo pensamento de que qualquer desfecho seria melhor que retornar àquele lugar, conseguiu acessar a área externa do complexo, passando pelos sentinelas enquanto outros fugitivos eram baleados.

Contudo, Zhongma estava isolada em uma área rural de Beiyinhe, o que significa que, após pular os muros, ainda havia um longo caminho pela frente. Caçados como animais por soldados japoneses, expostos ao frio e à fome, os homens restantes seguiram em direções diferentes, rumo aos vilarejos próximos. Sete deles chegaram a Chengjiagang, onde Zemin Wu e Huamin Wu logo aceitaram escondê-los em sua casa após ouvirem batidas na porta e pedidos desesperados de socorro, mas precisaram ir embora antes mesmo que os irmãos terminassem de romper as correntes de suas pernas, pois as luzes das lanternas japonesas logo avisaram que era hora de partir. Os outros cinco continuaram em uma caminhada de três dias até serem encontrados por um velho camponês, que os guiou a um acampamento de guerrilheiros. Lá, divididos entre o estado de pânico e a debilidade física, contaram que um grupo ainda maior de pessoas chegou a sair de Zhongma, sendo que algumas foram

recapturadas e quatro não resistiram às condições do trajeto²⁰. Também contaram que, longe de uma simples prisão, aquele era o inferno na terra.

A temida Fortaleza de Zhongma, também conhecida como Unidade Tōgō²¹, foi a primeira grande vitória política e logística do projeto de Shirō Ishii em Manchukuo. O campo foi pensado para atender às demandas não contempladas pelos laboratórios convencionais de Tóquio, onde as pesquisas em microbiologia ocorriam normalmente ao mesmo tempo em que frustravam Ishii. Ao contrário de seus argumentos idealizados, utilizados para defender as armas biológicas perante o Alto Comando do Exército Imperial, ele percebeu o abismo entre manipular agentes patológicos em um laboratório e transformá-los em munições funcionais para um contexto de guerra. Esses microorganismos exigem condições específicas e não podem ser tratados como se fossem componentes de uma bala de chumbo. Ishii possuía um conhecimento excepcional das técnicas de cultivo, mutação e seleção bacteriológica; todavia, sua arrogância epistemológica esbarrou nos dois principais desafios das armas biológicas, o armazenamento e a disseminação.

Para que artefatos biológicos sejam considerados eficazes, eles devem, conforme enfatiza Jansen *et al.* (2014), preencher uma série de requisitos rigorosos. Primeiramente, precisam carregar patógenos suscetíveis a modificações que amplifiquem sua virulência, garantindo alta capacidade de contaminação, transmissão e letalidade. Além disso, a arma deve ser viável para a produção em massa e de fácil armazenamento, sem que isso comprometa seu potencial destrutivo. Nesse sentido, é crucial que suporte o processo de transporte logístico e a dispersão em áreas abertas. Por fim, ao entrar em contato com o ambiente de liberação, o agente biológico deve possuir resistência ambiental e temporal suficiente para sobreviver até infectar seus alvos humanos.

Sendo assim, como desenvolver uma bomba de bactérias, por exemplo, sem deixar que o calor as mate durante a explosão? Seria possível projetar uma espécie de pulverizador e contaminar o território inimigo com o auxílio de um avião, semelhante à aplicação de agrotóxicos em lavouras? Se sim, como chegar a uma altitude que não congele esses agentes, tampouco os exponha à dispersão pelo vento antes que eles infectem os alvos? Quanto tempo os agentes sobreviverão fora de um corpo hospedeiro até que percam sua virulência? Existia a possibilidade de utilizar técnicas de sabotagem, como a contaminação da água, algo que se

²⁰ A reconstrução narrativa dos eventos, trajetos e ações da fuga de Zhongma resulta da síntese e do cruzamento entre as pesquisas orais de Yang e Tam (2018), com a testemunha Huamin Wu, e Harris (1995), com a vítima Li, que pediu para ser referenciada assim. Embora os autores tenham trabalhado com perspectivas diferentes, elas se complementam e nos oferecem uma visão mais ampla do mesmo acontecimento.

²¹ Homenagem ao Almirante Heihachirō Tōgō por sua atuação na Guerra Russo-Japonesa.

observa desde a Antiguidade. No século XIV, quando nem se cogitava a existência da microbiologia, cadáveres infectados pela peste foram catapultados em cidades, objetivando infectar o maior número de habitantes (Jansen *et al.*, 2014). Porém, não foi isso que Ishii prometeu entregar, e sim armas sofisticadas de destruição em massa, que nada têm a ver com técnicas tão rudimentares e certamente não condiziam com as expectativas do Exército Imperial, cujo investimento era valioso.

Em Tóquio, as pesquisas de Ishii estavam restritas ao espaço dos laboratórios institucionais. Ele poderia aprofundar seu conhecimento teórico em microbiologia, desenhar protótipos de bombas e pulverizadores, reproduzir limitadas quantidades de patógenos, conduzir testes com animais de pequeno porte e, como vimos no capítulo passado, desenvolver tecnologias sanitárias, a exemplo de seu útil filtro de água. Isso, por si só, não resolvia a questão de como viabilizar a produção de armas biológicas, uma vez que a metodologia não traria resultados se não pudesse ser colocada em prática, e fazer isso se mostrava impossível no Japão. O país era pequeno, densamente povoado, e se ocorresse um acidente, como o vazamento de alguma bactéria ou vírus, poderia ser catastrófico. Então, como testar as bombas e pulverizadores sem o risco biológico de causar uma epidemia no império? Em um cenário epidêmico, os danos se estendem da dimensão humana à econômica, tornando-se um empecilho para uma potência imperialista. Além disso, Ishii também enfrentava o desafio da privacidade. Embora contasse com o suporte burocrático do exército, oficiais mais tradicionais ainda desconfiavam de seu trabalho (Harris, 1995), e havia a sombra da imprensa, dos políticos civis, dos diplomatas estrangeiros, etc. Se a informação de suas pesquisas vazasse, causaria divergência interna e repercussão internacional, considerando o contexto de instabilidade da década de 1930 e o fato de que o país era um dos signatários do Protocolo de Genebra de 1925²².

O principal obstáculo de Ishii, no entanto, residia na prática experimental. Apesar da utilidade dos animais, limitar-se a eles significava não explorar as inúmeras possibilidades que ele acreditava existir. A natureza de sua pesquisa exigia a observação empírica dos danos causados pelos patógenos, e isso, em sua perspectiva, era inconclusivo em cobaias animais. Quando Ishii retornou de sua viagem ao Ocidente, demonstrou-se profundamente fascinado pela *Yersinia pestis*, a bactéria causadora da peste, por ver nela o potencial para se transformar em arma (Yang; Tam, 2018). Sendo essa uma doença bem documentada à época, ele sabia de seus efeitos, mas desejava vê-los ocorrendo em tempo real, especialmente em humanos, já

²² Apesar de o Japão ter assinado o protocolo em 1925, o Estado apenas o tornou lei interna em 1970. Contudo, o descumprimento aberto do tratado representaria um grande tabu diplomático na década de 1930.

que seus alvos eram os “inimigos do império”, não animais. A questão era como conseguir as cobaias humanas, tendo em vista que recrutar voluntários estava fora de cogitação. Seus experimentos atuavam sobre uma lógica necropolítica, não biopolítica. Ele não desejava fazer viver, e sim fazer morrer. A única solução, então, era sequestrar as cobaias, forçá-las a participar.

Surge aí outro impasse. Quem seriam as vítimas? De um lado, havia a dificuldade de sequestrar pessoas no território japonês sem chamar atenção; de outro, os cidadãos japoneses faziam parte do *Kokutai*, da unidade nacional, então sacrificar o sangue de súditos leais ao império também era impensável e contradizia a promessa inicial de Ishii quanto a beneficiar a sociedade com suas pesquisas. Dissidentes políticos japoneses, sobretudo comunistas, eram uma opção tentadora porque, em uma visão mórbida e cruel, essa também seria uma forma de puni-los, mas não havia compatibilidade entre a quantidade de presos políticos e a escala industrial planejada por Ishii, e os problemas de conduzir experimentos na própria metrópole persistiam. Restava recorrer aos indivíduos classificados como inferiores, tanto política quanto biologicamente, ou seja, os asiáticos de “segunda classe”, que estavam na mira do Império Japonês há décadas. Portanto, quando o Exército de Guangdong impôs sua soberania sobre a Manchúria, criando Manchukuo, estabeleceu-se o cenário propício às ambições de Ishii. O Estado-fantoches se articulava sob uma racionalidade militarizada onde a supressão de direitos, a exposição contínua à violência e a objetificação humana operavam como normas, não exceções.

O Exército de Guangdong, em sua paranoia anticomunista, rapidamente aderiu e se juntou ao financiamento do projeto de Ishii. Acreditava-se que, em decorrência das tensões geopolíticas e ideológicas, uma guerra com a União Soviética seria inevitável e o fato de os soviéticos ultrapassarem os japoneses em termos de densidade demográfica se tornou uma fonte de inquietação, de tal modo que seus “líderes buscavam aumentar a capacidade do Exército de derrotar as esperadas movimentações soviéticas com qualquer arma viável” (Harris, 1995, p. 22, tradução nossa). Havia, ainda, o temor de os soviéticos já estarem desenvolvendo armas biológicas, colocando o Japão em uma posição de desvantagem. Isso nos leva de volta à Fortaleza de Zhongma. Implantada na virada de 1932 e 1933 em Beiyinhe, uma vila no interior da cidade de Wuchang, ela serviu de protótipo para o complexo industrial biológico tão almejado por Ishii.

Harris (1995) detalha que o processo de construção de Zhongma foi turbulento desde o início. Embora algumas edificações já existentes tenham sido adaptadas, diversos habitantes foram expulsos de suas terras tanto para dar lugar a novas edificações quanto para manter uma

zona de exclusão em torno do perímetro, cerca de 250 metros quadrados. A execução das obras se apoiou totalmente na mal-remunerada força de trabalho chinesa, monitorada por militares e policiais japoneses que, além de exercerem a vigilância da área, garantiam que os trabalhadores sequer soubessem, de fato, o que estavam construindo. Associando aparato carcerário à infraestrutura laboratorial, Zhongma era dividida em dois blocos. Um deles abrigava os “escritórios, alojamentos, armazéns, um refeitório e uma área destinada ao estacionamento de veículos militares” (Harris, 1995, p. 26, tradução nossa). O outro, percebido como o coração do complexo e, por isso, o mais monitorado, era composto pela “prisão, os laboratórios, um crematório para a incineração de cadáveres humanos e animais e um depósito de munições” (Harris, 1995, p. 26, tradução nossa).

A existência de um crematório já evidencia que Zhongma era, em resumo, um campo de extermínio. Sua importância residia na necessidade de ocultar as evidências do sofrimento das vítimas, expostas a experimentos desumanos que provocavam uma morte lenta e dolorosa: congelamento, drenagem de sangue, infecção induzida de agentes patogênicos no organismo, vivissecção e eletrocutamento (Harris, 1995). O lugar foi planejado e desenvolvido para que ninguém saísse com vida, permanecendo assim até a noite de 1934. Quando o medo e o desespero impulsionaram as vítimas a realizar uma rebelião praticamente suicida, deixando para trás aqueles que estavam tão debilitados que mal conseguiam se mover, os relatos sobre Zhongma começaram a se espalhar entre os moradores mais próximos, ganhando força devido aos rumores anteriores dos chineses que trabalharam em sua construção. Como mencionado anteriormente, eles não tinham conhecimento sobre o que ocorria nos laboratórios, uma vez que seriam duramente punidos se fossem pegos bisbilhotando, mas compartilhavam impressões entre si porque, de alguma forma, descobriram que havia prisioneiros chineses ali, levando-os a suspeitar que “muitos dos prisioneiros estavam sendo assassinados em segredo” (Harris, 1995, p. 26, tradução nossa). Dado o histórico japonês na região, existiam razões suficientes para sustentar tal suspeita.

O sucesso da fuga de Zhongma expôs a vulnerabilidade do complexo. Mesmo que boa parte dos guardas daquele turno estivesse bêbada, os muros de três metros, reforçados com arame farpado e cerca elétrica (Harris, 1955), deveriam ter impedido que as “matérias-primas” escapassem, e o perímetro de exclusão deveria ter sido o suficiente para permitir que o restante dos guardas pudesse capturá-las ou assassiná-las antes que alguma delas conseguisse chegar em áreas povoadas. Prolongar as atividades em Zhongma se mostrou um risco, não pela preocupação de Ishii ou do exército em relação ao que a população local acreditava ser real, e sim por implicar que a informação sobre o programa de guerra biológica

poderia chegar à União Soviética com o auxílio de espiões ou da resistência antijaponesa, composta por chineses e coreanos espalhados por Manchukuo (Gamsa, 2020). Em 1935, meses após o incidente, uma explosão no armazém de munições causou dano considerável na estrutura do bloco administrativo. Harris (1995) e Yang e Tam (2018) argumentam que a origem da explosão permanece objeto de debate na historiografia, já que ainda não há um consenso se foi um ataque premeditado por guerrilheiros, um acidente ou até uma autosabotagem. O que se sabe é que isso se tornou o fator decisivo para que, em 1936, Ishii ordenasse a completa destruição de Zhongma, exterminando as últimas vítimas e apagando os vestígios de seus crimes.

A destruição não rendeu uma punição a Ishii, tampouco cancelou seu programa. Munido de diferentes relatórios, ele apresentou os dados colhidos durante os experimentos, aproveitando-se de seu conhecimento médico e bacteriológico para defender que, apesar de se tratar de um processo que demanda tempo, a criação de armas biológicas era totalmente viável e prometia resultados ainda mais promissores se não fossem os últimos acontecimentos. Funcionou, considerando que os

superiores no Exército de Guangdong ficaram satisfeitos com as conclusões de Shirō Ishii. O mesmo ocorreu com seus apoiadores no Alto Comando do Exército Imperial, em Tóquio. E igualmente com a elite intelectual da comunidade científica japonesa. Em consequência, Ishii anunciou estar preparado para iniciar a segunda fase de seu projeto. Evidentemente, ele necessitava de uma instalação muito maior do que a de Beiyinhe para executar seus planos. Precisaria de mais homens, mais equipamentos e recursos financeiros significativamente maiores para prosseguir. Ishii recebeu a garantia de que suas necessidades seriam atendidas (Harris, 1995, p. 29, tradução nossa).

Ishii já visualizava um novo palco para a segunda fase de seu projeto: Harbin, a “Moscou do Oriente”. Capital da província de Heilongjiang, fundada em 1898 pelos russos para sediar a Ferrovia Chinesa do Oriente, a cidade se consolidou como um verdadeiro centro cosmopolita durante a década de 1930, moldada pela arquitetura europeia e pela influência cultural, social e econômica de uma população heterogênea, composta por russos (especialmente após 1917), chineses, coreanos, japoneses e judeus que fugiram da Europa (Gamsa, 2020). Vibrante, a cidade possuía uma rica produção artística, literária e musical difundida entre a imprensa, os hotéis de luxo, os restaurantes, os teatros, os circos, entre outros espaços urbanos. Mesmo diante dos desdobramentos da Guerra Russo-Japonesa e do estabelecimento de Manchukuo, Harbin permaneceu sob o controle econômico russo até 1935, quando a União Soviética, reconhecendo o forte expansionismo japonês e a impossibilidade, naquele momento, de iniciar um conflito armado sem fragilizar sua estrutura interna, concordou em vender seus direitos ferroviários ao Estado de Manchukuo (Gamsa,

2020), retirando-se diplomaticamente e permitindo que a engrenagem militar e industrial japonesa operasse sem a interferência soviética. Em vista do recuo estratégico da União Soviética, as relações de poder em toda a Manchúria se reorganizaram em torno do Exército de Guangdong. Um ano depois, em 1936, o Imperador Hirohito sancionou por decreto (Yang; Tam, 2018) a construção de uma nova instalação militar em Manchukuo, oficialmente designada como Departamento de Prevenção Epidêmica e Purificação de Água do Exército de Guangdong.

O departamento foi sediado no distrito rural de Pingfang, apenas 24 quilômetros do centro urbano de Harbin, tendo Ishii, agora promovido a Tenente-Coronel Médico, como seu comandante (Harris, 1995). Zhongma demonstrou que o maior desafio a um empreendimento dessa natureza é manter o sigilo e, à primeira vista, parece contraproducente criar uma unidade de pesquisa e experimentação científica em um local que ficava a menos de uma hora de uma cidade tão efervescente e suscetível à presença espiã. Entretanto, como é possível observar no próprio título do departamento, a linguagem da saúde pública foi instrumentalizada. Quem duvidaria de um departamento voltado à prevenção epidêmica e à purificação de água? Convém destacar que as discussões sobre armas biológicas não eram amplamente difundidas, e sequer recebiam a devida atenção no meio acadêmico japonês antes de Ishii, já que eram percebidas como complexas demais para compensar o esforço investido (Harris, 1995).

Também não podemos deixar de mencionar que a maior parte da população de Manchukuo era composta por camponeses e trabalhadores braçais empobrecidos, grupos alheios às discussões científicas. Soma-se ainda o fato de que havia outras instituições semelhantes. O relatório de higiene da Liga das Nações, de 1927, exemplifica isso ao apontar o investimento da companhia ferroviária japonesa em departamentos sanitários, chefiados por diretores médicos de higiene, no território arrendado pelo Japão. Esses departamentos atuaram durante as epidemias de peste, cólera, febre tifóide, tuberculose, entre outras, que assolaram a Manchúria desde seus estabelecimentos (LIGA DAS NAÇÕES, 1927). A nova instalação militar se vendeu como um instrumento benevolente, transformando a infraestrutura sanitária preexistente em um escudo.

Similar ao que ocorreu em Zhongma, a construção do Departamento de Prevenção Epidêmica e Purificação de Água foi uma manifestação explícita da violência soberana. Harris (1995) detalha que, após a destruição de oito vilarejos inteiros, deixando no mínimo 600 famílias desabrigadas, o Exército de Guangdong mobilizou entre 10.000 a 15.000 trabalhadores chineses em regime análogo à escravidão para erguer as instalações do

departamento, construído do zero em uma área que se estendia por 6.1 km². Não havia uma idade fixa para essa mão de obra, podendo variar entre os 16 até os 60 anos, e cada família dos vilarejos ou cidades mais próximas “com três ou mais homens era obrigada a fornecer um trabalhador para um ano de serviço” (Harris, 1995, p. 36, tradução nossa). O autor descreve a opressão do cotidiano nas obras. Todas as manhãs, uma vez identificados pelos guardas, os trabalhadores eram obrigados a se organizar em fileiras para reverenciar os soldados japoneses e, se não seguissem o protocolo adequadamente, os soldados permitiam que seus cães de guarda os atacassem. No decorrer das obras, não lhes era permitido olhar além de suas funções, tampouco conversar entre si, e eles não recebiam informações sobre o que estavam construindo. A atmosfera de vigilância era intensa e não partia exclusivamente dos guardas ou dos espões japoneses fluentes em mandarim que se dispersavam entre os trabalhadores, pois eles, os que compunham a mão de obra, também eram incentivados a denunciar uns aos outros. Reforçando a vigilância, essas pessoas eram organizadas por grupos de 10 e, se uma tentasse fugir ou cometesse falta grave, os outros nove seriam punidos.

Aos trabalhadores restavam os serviços árduos e arriscados, embora um valor insignificante fosse pago por sua força de trabalho, e aqueles oriundos de cidades mais distantes enfrentavam condições piores. Não havia alojamento para eles, forçando-os a habitar tendas próximas à construção que não ofereciam nenhuma defesa contra o clima negativo de Pingfang durante os invernos, ainda mais ao considerarmos que as únicas peças de roupa a que tinham acesso eram trapos. Morte por desnutrição era comum frente à precariedade no fornecimento de refeições aos trabalhadores; mais comum ainda era vê-los vasculhando os detritos dos japoneses em busca de comida, uma situação totalmente insalubre, degradante e passível de punição por parte dos guardas. Predominava a ideia de que seus corpos, descartáveis, poderiam ser facilmente substituídos, fazendo da violência dos guardas uma regra implícita. Exemplo disso é que quando o trabalhador Xiao Chiang Hai, doente pela exploração intensa, se tornou incapaz de continuar reparando valas ao longo de uma das estradas que daria acesso ao complexo, “seu supervisor japonês o espancou impiedosamente e, em seguida, ordenou que um dos cães de guarda o atacasse” (Harris, 1995, p. 37, tradução nossa). A precarização sistemática das condições de trabalho levou à morte de inúmeros trabalhadores, de modo que os guardas chegaram ao ponto em que simplesmente os despiam de suas vestes e pertences antes de jogarem seus cadáveres em valas comuns, expressando desprezo pela condição humana.

Em 1939, quando as obras se concluíram, a Fortaleza de Zhongma se revelou bastante modesta frente às dimensões do novo complexo bacteriológico. Pronto para se tornar o

principal braço científico do Exército de Guangdong, o departamento apresentava uma estrutura capaz de sustentar as ambições de Ishii, e agora dos militares, em escala industrial. Yang e Tam (2018) lembram que a proximidade com Harbin foi essencial por permitir que o complexo se conectasse às redes de abastecimento de água e energia elétrica da cidade, garantindo, também, a integração com um ramal ferroviário privativo que adentrava os limites da base e facilitava o fluxo constante de suprimentos, equipamentos e pessoal especializado. Harris (1995) dialoga com os autores ao descrever uma planta que nos permite constatar que qualquer pessoa que ultrapassasse o perímetro de segurança do complexo se depararia com uma espécie de cidade autossuficiente. Em um primeiro momento, vemos áreas que dizem respeito à zona administrativa e de convívio, projetadas para os funcionários japoneses. Havia um grande edifício-sede, alojamentos e instalações recreativas que incluíam um centro hospitalar, piscina, biblioteca, um pequeno bar e restaurante, um bordel e, ironicamente, um templo xintoísta. Funcionários que desejassem levar suas famílias ainda podiam contar com uma pequena escola de ensino primário e secundário. Uma fazenda fornecia frutas e vegetais frescos à equipe.

Em seguida, vemos as áreas dedicadas à logística militar e à pesquisa primária, onde operavam o armazém de armas e munições, um aeródromo, os laboratórios gerais, as instalações agrícolas, como as estufas utilizadas para pesquisa em armas biológicas botânicas, e os celeiros e estábulos destinados à criação de animais de teste. Por fim, no eixo organizador do complexo, somos apresentados ao núcleo de experimentação e descarte. Esse setor abrigava um laboratório especial para testes relacionados a congelamento, o edifício de autópsias e dissecações, uma prisão dividida em dois blocos (conhecidos como 7 e 8 ou ‘Ro’ e ‘Ha’) para confinar as cobaias humanas e três fornos industriais, desenhados tanto para a incineração de carcaça animal quanto humana. É evidente, então, que toda a estrutura física do departamento foi minuciosamente projetada para burocratizar a morte enquanto a fachada de normalidade científica, inspirada nos laboratórios institucionais de Tóquio, atuava como uma espécie de anestesia moral para os funcionários, que seguiam desempenhando suas funções como se fosse mais um dia comum em um campus universitário. O inaceitável se legitimou não apenas pelas narrativas militares, mas pela prática cotidiana.

Perseguido pela memória da fuga de Zhongma, Ishii se tornou extremamente paranoico em relação ao sigilo e à segurança. Determinado a garantir que um incidente de tal natureza não voltasse a ocorrer, ele ordenou o endurecimento das medidas de vigília e segurança do complexo. As descrições fornecidas por Harris (1995) e Yang e Tam (2018) atestam a severidade dos mecanismos de entrada e, sobretudo, de saída do local. Caso uma

vítima conseguisse fugir de sua cela, passando pelos guardas armados e espalhados pelos corredores, enfrentaria uma série de obstáculos. Primeiramente, os blocos 7 e 8 estavam localizados no interior dos edifícios principais, que se fechavam ao redor deles como uma muralha retangular. Por essa razão, para alguém que estivesse do lado de fora da base militar, a única forma de enxergar as instalações onde se mantinham as vítimas seria por meio de sobrevoo, pois os blocos foram propositalmente construídos para serem mais baixos e engolidos pelas alas administrativas e laboratoriais. Assim, o cativo obrigatoriamente passaria por tais edifícios, onde seria notado por um outro contingente de guardas. Se, mesmo assim, ele conseguisse sair, enfrentaria a segurança externa do complexo. Esse perímetro era composto por soldados, membros da polícia militar e civil, torres de vigilância em pontos altos e variados, cães de caça, patrulha aérea frequente, além de muros de cinco metros ladeados por fossos profundos e guarnecidos com múltiplas camadas de arame farpado e cerca elétrica. O princípio de impedir que qualquer pessoa saísse viva do local, já observado em Zhongma, ressurgiu com ênfase.

Figura 4: Vista aérea das instalações do Departamento de Prevenção Epidêmica e Purificação de Água, em Pingfang, Harbin



Fonte: Wikimedia Commons

O esquema de sigilo em torno da base era rigoroso. A Companhia Aérea da Manchúria, por exemplo, recebeu uma notificação do Exército de Guangdong proibindo voos civis nas imediações, com a advertência de que, “se um de seus pilotos se desviasse para a zona proibida, seus aviões seriam abatidos pela artilharia” (Harris, 1995, p. 35, tradução

nossa). Restrições semelhantes aplicavam-se aos trens de passageiros que transitavam pela região: oficiais japoneses inspecionavam os vagões, e os passageiros eram obrigados a fechar as cortinas das janelas e proibidos de olhar para fora (Yang; Tam, 2018). Embora o complexo mantivesse grande distância das áreas residenciais, os moradores do entorno eram submetidos a um controle civil estrito. Indivíduos maiores de 14 anos precisavam portar uma licença de residência intransferível; as regras estipulavam que qualquer mudança de endereço na região deveria ser comunicada à polícia local com 20 dias de antecedência e, caso o morador deixasse a área definitivamente, era obrigatório informar o destino e devolver o documento às autoridades. Se houvesse alteração de dados cadastrais, perda do documento ou encontro da licença de terceiros, exigia-se a notificação imediata. O descumprimento dessas normas resultava em punições que variavam de multas à detenção (Yang; Tam, 2018).

A seleção dos membros do departamento também priorizou segurança e sigilo. Ishii recrutou somente figuras de sua confiança para os cargos mais relevantes, a começar por seu irmão mais velho, Mitsuo Ishii, nomeado diretor dos blocos 7 e 8 (Harris, 1995). Os contatos estabelecidos por Ishii ao longo de sua carreira se mostraram fundamentais ao lhe permitirem recrutar médicos, patologistas, virologistas e epidemiologistas de destaque, oriundos das universidades imperiais de Tóquio e Quioto, bem como da Escola Médica do Exército. Parte deles, já tendo demonstrado interesse por armas biológicas, ocupava cargos docentes nas instituições e era atraída pela remuneração e pela promessa de liberdade absoluta na condução de suas pesquisas (Yang; Tam; 2018). Esses pesquisadores estavam no topo da hierarquia do departamento, mas o funcionamento diário dependia do trabalho de enfermeiros, farmacêuticos, engenheiros, técnicos, veterinários, entre outros. Ainda havia estudantes universitários seduzidos pela possibilidade de ascensão em suas determinadas áreas; alguns se engajaram com entusiasmo enquanto outros, ao observarem a brutalidade envolvida, só permaneceram pelo medo de represálias tanto na comunidade médica quanto na vida pessoal (Yang; Tam; 2018). Mesmo os chineses, que agora enfrentavam restrições mais severas, continuavam a trabalhar em funções braçais, relativas à manutenção.

Entretanto, sendo limitados às áreas periféricas do complexo, certas funções braçais não lhes eram permitidas. A limpeza do sangue nas salas de experimentos, o transporte de cadáveres aos fornos crematórios e a contenção física das vítimas durante certos procedimentos, como a vivisseção, eram tarefas que os cientistas consideravam indignas de sua posição e, ao mesmo tempo, perigosas de serem executadas pelos chineses. As necessidades específicas de trabalho braçal na zona de segurança máxima foram atendidas por meio do recrutamento de adolescentes japoneses, com idades variando entre 15 e 18 anos,

levados à Manchukuo sob a intensa doutrina ultranacionalista. Parte desses jovens era formada por filhos de camponeses de Chiyoda, o vilarejo onde a família de Ishii mantinha forte influência, enquanto os restantes eram novos recrutas do exército (Harris, 1995). Em todos os casos, mal tendo finalizado a educação básica e possuindo pouca experiência de vida, eles foram levados a acreditar que estavam cumprindo a sagrada missão de servir o grande império e, nesse processo, acessando o conhecimento técnico-científico que seus pais não poderiam prover. Fáceis de doutrinar, leais ao imperador e incapazes de questionar as ordens dos superiores, mesmo que estivessem com medo, esses jovens eram ideais.

3.4. De ‘bandidos’ a ‘marutas’, o corpo como objeto de estudo e a sistematização da tortura como método científico

Diante das discussões até aqui, podemos afirmar que o departamento atuou como uma linha de produção mórbida, onde “matar se torna um assunto de alta precisão” (Mbembe, 2018, p. 47). A “matéria-prima” dessa fábrica, as vítimas, era captada pela engrenagem repressiva estatal, institucionalizada na Kempeitai, a polícia militar (Yang; Tam, 2018). Extremamente violenta, a atuação dessa divisão secreta de elite se legitimou sob o velho discurso do banditismo, narrativa que se espalhou amplamente entre os habitantes não chineses e os visitantes da Manchúria. Ilustrando isso, os autores da obra *Manchuria* alegam que a região se tornou “o paraíso dos bandidos” e atribuem a criminalidade aos próprios chineses, incluindo suas forças armadas, ao declarar que “alguém já disse, com razão, que a única diferença entre um soldado chinês e um bandido é a mesma que existe entre o creme e o leite desnatado” (Agaki; Koo; Chamberlain, 1932, p. 8, tradução nossa). Contudo, havia quem contestasse essa versão oficial. Em *An Eye-Witness in Manchuria*, por exemplo, o autor reconhece que o exército japonês pouco se importava “se acreditavam ou não em suas mentiras”, introduzindo a seguinte provocação:

Qual é a natureza das forças “bandoleiras”? Os imperialistas japoneses, evidentemente, atribuem esse rótulo a todos os chineses que resistem à sua agressão pelas armas. Pintam quadros de aldeias pacíficas e de postos ferroviários indefesos ameaçados por ataques súbitos com fins de assassinato e saque. Isso fornece aos japoneses uma “justificativa moral”, aos olhos do mundo burguês, não apenas para suas “expedições punitivas”, mas também para o massacre de quaisquer camponeses chineses encontrados portando armas (Holmes, 1933. p. 49, tradução nossa).

Observamos, portanto, que a categoria de ‘bandido’ assumiu um caráter abstrato e politicamente instrumentalizado, reduzindo a resistência ao imperialismo japonês a mera desordem e criminalidade. O cerne da questão não reside na existência da criminalidade comum, e sim no esforço deliberado do aparato repressivo em fabricar a figura do bandido em

benefício próprio. Essa lógica operou sob duas premissas delineadas por Foucault (2025, p. 223): primeiro, a necessidade de deslegitimar a insurgência para que o resistente não fosse visto como “um herói popular, mas um inimigo das classes pobres”; segundo, a constatação utilitarista de que “esses delinquentes podem servir para alguma coisa”. No contexto de Manchukuo, essa noção de utilidade se traduziu na objetificação total de tais corpos, transformados em matéria-prima para o avanço da tecnologia japonesa na guerra biológica, algo que consolidaria o projeto expansionista sobre a Ásia. Sob o pretexto de aniquilar focos de bandidagem, a Kempeitai, operando em conjunto com a polícia civil, orquestrou prisões arbitrárias em massa como um instrumento duplo de terror e abastecimento dos laboratórios. Nesse regime de exceção, qualquer indivíduo, de mendigos e dependentes químicos a camponeses e intelectuais, tornava-se suscetível ao enquadramento criminal, independentemente de gênero ou idade, pois era bem mais conveniente parecer que os japoneses estavam eliminando criminosos, não cidadãos comuns.

Essa engrenagem de desumanização encontrou seu catalisador definitivo em julho de 1937, com o Incidente da Ponte Marco Polo. O conflito, iniciado por uma troca de tiros entre tropas chinesas e japonesas em Luguojiao, serviu como o pretexto perfeito para que o Exército Japonês lançasse uma invasão total ao norte da China, sem uma declaração formal de guerra (Meyer, 2009). A queda de Nanquim, capital chinesa à época, e o subsequente massacre da população civil²³ forçaram o governo de Chiang Kai-shek a recuar para o interior, estabelecendo uma nova capital em Chongqing (Meyer, 2009). A transição desse conflito regional para uma guerra de aniquilação influenciou diretamente a dinâmica do departamento de guerra biológica, pois havia a necessidade de quebrar a resistência chinesa. Dessa forma, à medida que a Segunda Guerra Sino-Japonesa avançava, a pressão do Exército Imperial por resultados práticos cresceu, forçando a ampliação da rede de capturas (Yang; Tam, 2018).

O destino inicial das vítimas dependia de seu valor estratégico. Aqueles considerados sem utilidade para a inteligência militar eram enviados diretamente ao complexo; em contrapartida, prisioneiros de alto valor, como soldados soviéticos, membros dos partidos nacionalista ou comunista chinês e agentes de inteligência coreanos, eram submetidos a interrogatórios prévios pela Kempeitai, cujos agentes estavam autorizados a recorrer à tortura, se julgassem necessário (Gold, 1997). Em ambos os casos, seus arquivos recebiam um carimbo que os classificava como ‘transferência especial’. Yang e Tam (2018) detalham que,

²³ O Massacre de Nanquim, também conhecido como o Estupro de Nanquim, é um dos episódios mais atrozes da Segunda Guerra Sino-Japonesa. Estima-se que, ao longo de seis semanas, ao menos 300.000 civis tenham sido executados, torturados e estuprados por tropas japonesas (Cui, 2025).

em 1943, foi estabelecida uma regulamentação oficial para guiar essas transferências. O documento secreto determinava que as capturas deveriam focar em parcelas vulneráveis da população, como criminosos de menor gravidade, indivíduos sem residência fixa ou laços familiares próximos, e dependentes de ópio. Na prática, enfatizam os autores, a seleção ficava a critério dos oficiais da Kempeitai, que operava por meio de diversas subunidades espalhadas pela região e era orientada a encaminhar os prisioneiros para centros de triagem localizados em Harbin, ou seja, no quartel da própria Kempeitai, na agência local de inteligência ou no consulado japonês.

Uma vez conduzidas ao complexo, que a partir da década de 1940 passou a ser conhecido entre os militares como Unidade/Destacamento 731 ou Unidade Ishii, apesar de manter seu nome original de fachada, as vítimas passavam a viver sob o olhar biopolítico e necropolítico. Logo na chegada, roupas e objetos pessoais eram confiscados, os nomes davam lugar a números, que iam de 101 a 1500, e uma rigorosa triagem médica era realizada, onde os prisioneiros respondiam a questionários sobre seus históricos de saúde e passavam por exames clínicos básicos de sangue, urina e fezes (Harris, 1995). A transferência de indivíduos com ferimentos graves, resultantes dos interrogatórios da Kempeitai, era uma prática rotineira. A confissão de Kenji Yamagishi, ex-chefe do Campo de Hogoín, evidencia:

Demchenko, soldado do Exército Soviético, recusou-se categoricamente a fornecer qualquer informação sobre a União Soviética. Foram utilizados contra ele meios físicos de pressão com minha autorização. Os interrogadores o torturaram, amarrando-o a uma viga pelas mãos ou pelos pés. Ainda assim, Demchenko não forneceu nenhuma informação. Decidi, então, que ele fosse fisicamente eliminado e o enviei ao Destacamento 731 para esse fim (MATERIALS..., 1950, p. 18, tradução nossa).

Nos casos em que as vítimas chegavam debilitadas por tais torturas, a equipe médica do complexo aplicava tratamentos intensivos até que estivessem totalmente recuperadas. Estando aptas, eram transferidas para os blocos prisionais e divididas em celas pequenas, porém cuidadosamente higienizadas. Embora permanecessem contidas por algemas e correntes nas pernas, recebiam refeições diárias de qualidade superior à dos próprios guardas, além de horários reservados para banhos de sol e exercícios físicos no pátio. O zelo pela “matéria-prima” dos experimentos era tão rigoroso que os guardas eram proibidos de agredir os prisioneiros, salvo em situações de necessidade (Harris, 1995).

Essa estrutura não existia para o bem-estar desses indivíduos. Na busca por dados precisos em seus experimentos, os cientistas da Unidade 731 precisavam de corpos saudáveis, livres tanto de doenças prévias quanto de complicações futuras causadas por desnutrição, insalubridade, sedentarismo e espancamentos (Harris, 1995). Pelo simples fato de estar ali,

despida de sua humanidade, a vítima já estava morta social, jurídica e politicamente. O que restava aos cientistas era o controle absoluto sobre o momento e a forma como elas morreriam fisicamente, e qualquer variável que fugisse a esse controle era inaceitável. A vida, ali, servia especificamente à morte. Inclusive, apesar de receberem números de identificação, as vítimas raramente eram chamadas por eles, mas sim pelo termo *maruta* (丸太), cuja tradução aproximada é ‘tora de madeira’. Esse apelido servia para dessensibilizar psicologicamente a equipe japonesa, ajudando a ignorar o sofrimento das vítimas ao reduzi-las a meras coisas, e funcionava como uma piada interna macabra: quando a população local se mostrava curiosa quanto à natureza do complexo, os funcionários respondiam cinicamente que o local era uma madeireira (Yang; Tam, 2018).

Para compreendermos a dimensão das operações na Unidade 731, é preciso analisá-las sob sua própria lógica burocrática. A finalidade do complexo estava subordinada a um programa desenhado para atender às necessidades estratégicas do Exército Imperial Japonês; logo, não podemos reduzir os experimentos a meras manifestações de violência aleatória. Seria uma leitura simplista, embora o sadismo e as atrocidades interpessoais indiscutivelmente existissem. A Unidade 731 possuía uma organização metódica, com divisões internas dedicadas a objetivos específicos, que serão caracterizadas aqui em três frentes de atuação complementares: pesquisa defensiva, pesquisa exploratória e pesquisa ofensiva. Fundamentando-se no discurso de autopreservação, os cientistas responsáveis pela primeira frente, pesquisa defensiva, tinham por objetivo desenvolver mecanismos para a proteção do soldado japonês e para a otimização da medicina de combate. Testes com explosão e trauma balístico são um exemplo.

Ao realizar experimentos que exigiam grandes áreas e detonações, a Unidade 731 utilizava o campo de testes de Anda/Anta, uma vasta instalação a céu aberto localizada a cerca de 146 quilômetros do complexo sede. Nesse local, descrevem Yang e Tam (2018), as vítimas eram amarradas a estacas de metal fixadas ao solo e dispostas em círculos ao redor de um epicentro explosivo. Os pesquisadores detonavam os explosivos e, em seguida, inspecionavam o local para coletar dados sobre a letalidade do impacto, como as taxas de sobrevivência, e mapeavam os padrões de mutilação, observando lacerações e amputações. O método era repetido sistematicamente com novas vítimas, alterando-se as distâncias e a carga de explosivos, para gerar mais estatísticas de danos físicos. A justificativa oficial era compreender a física dos estilhaços no corpo humano, aprimorando os protocolos cirúrgicos dos médicos no tratamento de soldados japoneses feridos nas zonas de combate.

Também na linha da pesquisa defensiva, uma das intenções do complexo era compreender o comportamento da fisiologia humana em altas altitudes, a fim de estabelecer os limites extremos que os pilotos suportariam em combate aéreo (Harris, 1995). Para essa investigação, laboratórios especiais foram equipados com câmaras de descompressão, projetadas para simular as condições atmosféricas dos voos. As vítimas eram trancadas despidas enquanto os pesquisadores, protegidos por visores de vidro, observavam e anotavam os efeitos. À medida que o vácuo da câmara aumentava, a drástica redução da pressão atmosférica induzia uma agonia severa que culminava na ruptura dos órgãos internos e na subsequente expulsão de fluidos e tecidos pelos orifícios corporais.

Quanto à saúde militar, a grande preocupação médica envolvia as infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Tendo em vista que as tropas japonesas utilizavam o abuso sexual como arma de guerra, como evidenciam os estupros em massa durante o Massacre de Nanquim (1937-1938) e o sistema das “mulheres de conforto”²⁴, surtos epidêmicos de sífilis e gonorreia se alastraram pelas fileiras militares (Harris, 1995), colocando em risco a capacidade militar. Para investigar a dinâmica de transmissão e evolução dessas patologias, a fim de desenvolver tratamento aos soldados, os pesquisadores recorriam ao Bloco 8, onde algumas das celas eram destinadas às vítimas do sexo feminino²⁵. A metodologia consistia em selecionar vítimas do sexo masculino e forçá-los a violentar essas mulheres sob as armas dos guardas e a observação clínica (Chan, 2020). Previamente ao ato, um dos indivíduos era propositalmente infectado com uma IST, permitindo aos técnicos monitorar a progressão da doença em ambos os corpos ao longo dos dias. Caso a violência sexual resultasse em gestação, o feto era posteriormente extraído e dissecado; se a vítima já estivesse grávida quando capturada, teria o mesmo desfecho (Chan, 2020).

Contudo, o experimento defensivo mais característico dizia respeito ao estudo do congelamento extremo. Como vimos anteriormente, o Estado japonês operava sob a premissa da inevitabilidade de um conflito armado contra a União Soviética. Embora a invasão da Sibéria fosse projetada como uma ofensiva estratégica, o rigor climático representava um grande obstáculo logístico, tornando necessária a formulação de medidas de proteção às tropas e o desenvolvimento de tratamentos para hipotermia e lesões por frio. Nesse sentido,

²⁴ Eufemismo histórico utilizado para se referir às vítimas de escravidão sexual pelo Exército Imperial Japonês, capturadas por meio de sequestro, coerção ou falsas promessas, forçadas a servir às tropas em bordéis militares espalhados pelos territórios ocupados. Trata-se do “maior caso de tráfico humano e escravidão sexual patrocinado pelo Estado na história moderna” (Kim; Bisland; Shin, 2019, p. 58, tradução nossa).

²⁵ Técnicos em saúde vinculados ao complexo também eram enviados aos bordéis militares japoneses na China para inspecionar periodicamente as vítimas de escravidão sexual, buscando coletar dados sobre ISTs e garantir o controle sanitário entre as tropas (Gold, 1997).

além das demais vantagens logísticas da escolha de Harbin, as temperaturas negativas da região durante o inverno forneceram o ambiente natural ideal para essas pesquisas (Harris, 1995). Nos meses entre novembro e fevereiro, os pesquisadores mantinham as vítimas acorrentadas ao ar livre, nuas ou parcialmente vestidas, expostas a temperaturas de -20°C por horas; para acelerar o processo, técnicos despejavam água gelada sobre seus membros em intervalos regulares. O protocolo para atestar o congelamento total das extremidades, normalmente braços ou pernas, consistia em golpear o membro exposto com um bastão, e os pesquisadores consideravam o congelamento concluído apenas quando o som do impacto se assemelhava ao de um pedaço de madeira sólida. Em seguida, os prisioneiros eram encaminhados aos laboratórios, onde o membro afetado era submerso em barris de água sob temperaturas gradativamente maiores, com o intuito de estabelecer o método mais rápido de reanimação celular (Harris, 1995).

Como resultado dessas práticas, era quase uma regra o desenvolvimento de gangrena e a subsequente amputação. Após as intervenções, as vítimas eram devolvidas às celas sem tratamento adequado e ainda em extremo sofrimento físico. Essa dinâmica, além de dar continuidade à observação da resistência humana à dor, operava como um instrumento de terror psicológico. Ao expor o estado de mutilação daqueles que já haviam passado pelo procedimento, a administração de Ishii intensificava o medo e a submissão entre os demais cativos que aguardavam seu próprio destino. O impacto desse ambiente de terror sistemático é corroborado pelo testemunho do Sargento-Major Satoru Kurakazu, que relatou ter visto, em uma das celas que confinava tanto aqueles que já foram submetidos ao congelamento quanto os que ainda se viam ilesos, “três chineses sem os dedos e, no caso dos outros, os ossos dos dedos estavam expostos” (MATERIALS..., 1950, p. 18, tradução nossa).

De mãos dadas com a pesquisa defensiva, estava a pesquisa exploratória. Nessa linha, as vítimas eram submetidas a testes de resistência extrema, como a suspensão de cabeça para baixo por horas, a privação absoluta de água e comida por dias consecutivos, a drenagem sanguínea diária e a injeção de sangue animal ou ar na corrente sanguínea (Pua; Dybbro; Rogers, 2019). No caso dos indivíduos infectados por ISTs, em particular a sífilis, realizavam-se vivisseções com o intuito de observar a densidade do sangue e a velocidade com que este era expulso do corpo (Chan, 2020). Aplicando o racismo científico e as teorias eugenistas que fundamentavam o imperialismo japonês, esses testes exploratórios também eram frequentemente conduzidos de forma simultânea em indivíduos de etnias distintas, colocando lado a lado prisioneiros russos e chineses, por exemplo. O objetivo dos pesquisadores era isolar a “raça” como uma variável biológica, buscando determinar se havia

diferenças genéticas na resistência à dor, na suscetibilidade aos patógenos ou no tempo de sobrevivência a traumas extremos (Yang; Tam, 2018). Tendo em vista as tensões geopolíticas e o ímpeto de desconstruir o mito do ‘homem branco invencível’, mencionado por Meyer (2009), é possível interpretar a utilização de prisioneiros russos como um triunfo simbólico. Nessa perspectiva, reduzir o colonizador branco à condição de cobaia era uma espécie de revanche racial, transformando esses indivíduos em verdadeiros troféus da supremacia imperial japonesa.

Nota-se, afinal, que a pesquisa exploratória era motivada muito mais por uma curiosidade macabra sobre os limites humanos do que por objetivos militares. Afinal, qual seria a funcionalidade militar de expor as vítimas a explosões quando o resultado já era evidente? Ou de injetar ar em suas correntes sanguíneas sabendo da inevitabilidade de uma embolia? Que diferença faz a etnia das vítimas? Enquanto na pesquisa defensiva ainda havia o esforço de fabricar uma narrativa para justificá-la, isto é, o aprendizado voltado à proteção das tropas japonesas, na linha exploratória esse álibi discursivo era dispensado. O que se destacava era a pura curiosidade mórbida transvestida de método científico.

Embora as pesquisas defensivas e exploratórias fossem vistas como relevantes, a especialidade da Unidade 731 residia na pesquisa ofensiva, a linha que, rigorosamente supervisionada por Ishii²⁶, subvertia a noção de ‘prevenção epidêmica’ que batizava o complexo. O objetivo central consistia em potencializar a letalidade de doenças endêmicas e desenvolver vetores eficazes para sua disseminação, obedecendo ao princípio básico da guerra biológica de fazer o inimigo inalar ou ingerir o agente letal sem que o perceba, preservando a absoluta integridade e o anonimato do agressor (Jansen *et al.*, 2014). Para atender a essa demanda, uma ampla variedade de patógenos com potencial bélico era cultivada em escala industrial, valendo-se de uma infraestrutura incubadora moderna que incluía caldeiras gigantescas, autoclaves, estufas e a procriação maciça de animais hospedeiros, como roedores e aves (Harris, 1995). Entre os patógenos produzidos em massa estavam as bactérias do gênero *Shigella* (disenteria), *Clostridium tetani* (tétano), *Clostridium botulinum* (botulismo), *Streptococcus pneumoniae* (pneumonia) e o vírus *Orthopoxvirus* (varíola). Dentre essa variedade, o quadro abaixo destaca as bactérias que mais recebiam a atenção de Ishii e sua equipe:

²⁶ A autoridade de Ishii era onipresente em todas as divisões do complexo por meio da constante observação e do recebimento de relatórios minuciosos dos respectivos líderes. Sua atuação direta e esforços pessoais, no entanto, concentravam-se nas pesquisas ofensivas (Yang; Tam, 2018).

Quadro 1 – Principais agentes patogênicos cultivados pela Unidade 731

Agente patogênico	Efeitos clínicos e motivo do estudo
<i>Yersinia pestis</i> (peste bubônica)	Inchaço dos gânglios, febre alta, necrose tecidual e falência múltipla de órgãos. Extrema letalidade e rápida proliferação. Se tornou a principal arma biológica do complexo.
<i>Vibrio cholerae</i> (cólera)	Desidratação severa e letal através de diarreia e vômitos intensos. Ideal para desestabilizar agrupamentos civis ou militares.
<i>Bacillus anthracis</i> (antraz)	Úlceras cutâneas necrosantes e, se inalado, insuficiência respiratória aguda e alta probabilidade de morte. Estudado por sua alta resistência no ambiente externo.
<i>Salmonella Typhi</i> (febre tifoide)	Febre alta prolongada, fraqueza extrema e dor abdominal grave. Capaz de incapacitar tropas por longos períodos.
<i>Clostridium perfringens</i> (gangrena gasosa)	Necrose rápida dos tecidos musculares, produzindo bolhas de gás sob a pele. Leva a inchaço extremo, dor severa, choque séptico e morte em poucos dias. Era uma das principais causas de amputação e mortalidade em ferimentos de estilhaços nas zonas de combate.

Fonte: Harris (1995), Yang e Tam (2018) e MATERIALS... (1950)

A materialidade dessa operação torna-se ainda mais evidente ao analisarmos a escala de cultivo dos patógenos. Kiyoshi Kawashima, Major-General Médico designado por Ishii para chefiar a divisão de produção bacteriológica entre 1941 e 1943, detalha que o complexo possuía a capacidade mensal de cultivar 300 quilos do bacilo da peste, 500 a 600 quilos de antraz, 800 a 900 quilos de febre tifoide e até uma tonelada de cólera. Mesmo com a ressalva de Kawashima de que, “na prática, a divisão produzia bactérias apenas nas quantidades requeridas para as atividades em curso do destacamento” (MATERIALS..., 1950, p. 56, tradução nossa), os números consolidam o projeto industrial de extermínio do Império Japonês. No imaginário comum, microrganismos são confinados à dimensão invisível das placas laboratoriais e dos microscópios, de modo que raramente refletimos sobre o “peso” físico de uma bactéria. Por isso, constatar que os pesquisadores quantificaram a produção de patógenos letais não em amostras, mas em quilos e toneladas, rompe radicalmente com a percepção do laboratório tradicional.

Essa frieza burocrática com que Kawashima quantifica a produção bacteriológica reflete-se em seus relatos sobre o uso de cobaias humanas. Para viabilizar a disseminação patológica em larga escala, Ishii desenvolveu diversas bombas especiais e, embora muitos protótipos tenham falhado, o modelo de cerâmica e porcelana ‘UJI’ se destacou por sua

eficácia operacional. O artefato, preenchido com areia e pulgas infectadas, era programado para explodir a uma altitude de 100 a 200 metros, e seu material garantia que ao menos 80% dos insetos sobrevivessem ao calor da detonação e se espalhassem como uma nuvem (Yang; Tam, 2018). Quando as bombas eram acionadas remotamente, perto das cobaias, os pesquisadores blindavam as cabeças e os troncos das vítimas com escudos de metal. O objetivo era manter apenas as pernas e as nádegas expostas aos estilhaços contaminados, evitando a morte imediata por trauma físico e garantindo que os prisioneiros sobrevivessem tempo suficiente para que a infecção bacteriológica pudesse ser monitorada (Harris, 1995). A metodologia de testagem desse arsenal, conforme narrado por Kawashima, operava sob a mesma lógica dos testes com explosivos convencionais citados na pesquisa defensiva, reduzindo o corpo humano a um mero aferidor de letalidade:

Em junho de 1941, eu, juntamente com outros membros do destacamento, participei de testes realizados no campo de Anta, com bombas carregadas de pulgas infectadas pela peste. O experimento avaliou a ação de bombas bacteriológicas lançadas do ar sobre 10 a 15 prisioneiros que estavam amarrados a estacas. Na ocasião, mais de dez bombas foram lançadas de um avião (MATERIALS..., 1950, p. 57, tradução nossa).

Indo além dos vetores bélicos e da violência sexual no caso das ISTs, a Unidade 731 diversificou o contágio laboratorial através de métodos de ingestão, injeção e inalação. Como indica Harris (1995), a administração de patógenos ocorria de maneira traiçoeira por meio da dieta diária dos cativos, contaminando itens básicos como água, chá, leite, mingau, sopa e bolinhos. Essa prática é corroborada pelo depoimento de Yoshio Furuichi, que admitiu ter preparado um litro de água adoçada e misturada ao bacilo da febre tifoide para “cerca de 50 chineses encarcerados, [...], dos quais apenas alguns haviam sido vacinados” (MATERIALS..., 1950, p. 16, tradução nossa). Esse relato evidencia a aplicação de uma racionalidade científica perversa, na qual as vítimas recebiam vacinas profiláticas não com finalidade terapêutica, mas para estabelecer grupos de controle nos experimentos. Somam-se a essa dinâmica as inoculações diretas (via injeção) de variadas cepas bacterianas e toxinas no organismo dos cativos, a exemplo do veneno do peixe baiacu (Harris, 1995). Por fim, a exposição a gases tóxicos compunha o arsenal do complexo com uma dupla funcionalidade: operava tanto como experimento letal quanto como ferramenta extrema de controle prisional. Essa brutalidade ficou registrada em 1943, quando, durante a única tentativa de fuga documentada na instalação de Pingfang, os guardas suprimiram o levante utilizando gás cloropicrina para executar todas as 100 vítimas envolvidas (Harris, 1995).

Diferentemente da dinâmica observada nos experimentos de caráter exploratório e defensivo, nos quais as cobaias humanas raramente resistiam à agressividade imediata dos

procedimentos, salvo nos testes de resistência ao congelamento extremo, as vítimas submetidas às pesquisas ofensivas apresentavam maior tempo de sobrevivência, visto que as doenças não causavam morte imediata. Uma vez inoculado com agentes infecciosos, como os bacilos da peste bubônica, do antraz ou da sífilis, o prisioneiro era inserido em um regime de monitoramento ininterrupto. Mediante essa observação, técnicos em saúde produziam relatórios clínicos minuciosos que mapeavam cada estágio da infecção: a cronometragem do período de incubação, o início das manifestações sintomáticas, a falência de órgãos e, por fim, as taxas precisas de letalidade (Harris, 1995).

A condução do protocolo laboratorial era, porém, estritamente subordinada à finalidade tática da pesquisa. Quando se objetivava atestar a eficácia de imunizantes desenvolvidos dentro do próprio complexo para resguardar as tropas japonesas, as vítimas eram vacinadas previamente à exposição deliberada à doença. Caso contrário, se o propósito fosse puramente ofensivo, pensado não para curar, mas para mensurar a virulência da cepa e calcular o potencial de devastação epidêmica contra forças inimigas e populações civis, a conduta médica adotada era a da omissão absoluta. Nesses cenários, os pesquisadores se abstinham de administrar qualquer intervenção terapêutica ou cuidado paliativo, limitando-se a coletar dados enquanto as vítimas definhavam ao longo dos dias (Harris, 1995).

Um aspecto que aprofunda a brutalidade científica do complexo é que a morte pela ação natural das doenças raramente era o último estágio da linha de produção dessa fábrica. Na maioria dos casos, as vítimas eram mantidas vivas até o limite de suas forças para que, mesmo à beira da morte, continuassem úteis às pesquisas por meio da vivisseção (Yang; Tam, 2018). Esse procedimento, que consistia na dissecação de indivíduos vivos, estivessem eles inconscientes pelas febres altíssimas ou plenamente despertos, representava o ápice da crueldade institucionalizada. Realizada normalmente sem anestesia para, segundo os médicos do complexo, evitar qualquer alteração química nos resultados, a prática permitia que os pesquisadores extraíssem órgãos e sangue enquanto os sistemas vitais das vítimas ainda funcionavam. O objetivo era observar diretamente os impactos das infecções antes do início do processo de decomposição (Yang; Tam, 2018). Ao término do procedimento, os corpos eram imediatamente despachados para o crematório, apagando-se os vestígios físicos do crime, enquanto as equipes de limpeza realizavam a assepsia das salas cirúrgicas, preparando-as para o próximo *'maruta'*.

4. O espólio biológico: o ápice da guerra bacteriológica, a justiça negociada e a resistência da memória

4.1. O uso de armas biológicas e a Ásia como campo de testes final

Em de julho de 1940, moradores da cidade de Ningbo, na província de Zhejiang, começaram a apresentar sintomas como febre alta, vômitos, fraqueza extrema e inchaço dos gânglios. Diante de mais de mil pessoas gravemente doentes e cerca de 500 mortes em menos de cinco meses, equipes médicas chinesas foram enviadas para descontaminar a área e aplicar cuidados profiláticos. Tratava-se de surtos de peste bubônica, cólera e febre tifoide cuja origem ninguém conseguia determinar, mas que continuariam a assombrar Ningbo e seus arredores com novas ondas em 1941, 1946 e 1947 (Harris, 1995). Esse cenário de devastação não era um caso isolado. Quase simultaneamente, na província de Jilin, o pânico coletivo se instaurou na capital Changchun. Temendo uma epidemia de cólera, a população se aglomerou em postos de vacinação japoneses para receber os imunizantes produzidos pelas próprias forças de ocupação. O terror sanitário logo se misturou à opressão militar, especialmente nas regiões mais empobrecidas, onde moradores tiveram suas residências destruídas por soldados sob o pretexto de contenção da doença (Harris, 1995).

A cerca de 50 quilômetros dali, no condado de Nongan, o medo da peste somou-se ao pavor das autoridades. O exército japonês confiscou escolas locais para transformá-las em centros de quarentena e cidadãos que apresentassem uma leve febre, por exemplo, eram levados à força a esses locais. Curiosamente, o quadro clínico de todos que cruzavam aquelas portas somente piorava, e suas famílias não mais os viam. Temerosos e desconfiados da patrulha sanitária japonesa, os moradores evitavam demonstrar publicamente qualquer mínimo sintoma, mesmo que estivessem com um simples resfriado, e comentavam que “os vivos entravam na escola primária Beiguan pelo portão da frente, enquanto os mortos saíam pela porta dos fundos” (Harris, 1995, p. 98, tradução nossa).

O que as populações de Ningbo, Changchun e Nongan desconheciam é que aqueles surtos repentinos eram, na realidade, testes de eficácia das armas bacteriológicas produzidas pela Unidade 731. Harris (1995) detalha que, no caso de Ningbo e seus arredores, sob as ordens diretas de Ishii, ataques massivos foram deflagrados dois meses antes do surto epidêmico de julho. Oficiais despejaram silenciosamente 70 quilos da bactéria da febre tifoide e 50 quilos de cólera em reservatórios de água, poços residenciais e lagoas, além de utilizarem cinco quilos de pulgas contaminadas com peste bubônica para contaminar grãos de trigo e fibras de algodão, sendo que parte desses insetos foi dispersada através das nuvens tóxicas das

bombas UJI. Já em Changchun, o cinismo dessas operações alcançou seu ápice, uma vez que, inicialmente, não havia uma epidemia de cólera. Tudo se resume a uma manobra do exército para convencer a administração civil da existência desse problema e, em seguida, apresentar a “solução” da imunização. Nas filas de vacinação, os civis recebiam uma solução misturada com bactérias da cólera, o que acabou por fabricar uma epidemia real (Harris, 1995). Em Nongan, por sua vez, o terror da população diante da vigilância sanitária era plenamente justificado, pois embora a epidemia de peste fosse real, causada pelos próprios ataques japoneses, os centros de quarentena atuavam como verdadeiros abatedouros. Patologistas trabalhavam de 14 a 15 horas por dia realizando vivisseções e autópsias nos infectados que chegavam, descartando seus corpos nas áreas florestais próximas assim que concluíam a coleta de dados (Harris, 1995).

Os ataques a essas cidades representaram para Ishii a consolidação prática de seu projeto necropolítico, ocorrendo no exato momento em que ele precisava desesperadamente reafirmar a utilidade de sua unidade. Essa urgência era consequência de uma experiência vivida um ano antes, em 1939²⁷, durante o Incidente de Nomonhan (ou Batalha de Khalkhin Gol), onde o Exército Imperial sofreu uma derrota humilhante para as forças soviético-mongóis na fronteira de Manchukuo. Como medida extrema durante o conflito, o complexo enviou esquadrões suicidas formados por técnicos para contaminar o rio Khalkha e os poços da região com cerca de 22,5 quilos de patógenos causadores de febre tifoide, cólera e salmonela, além de contaminar áreas de pastagem e liberar animais infectados (Harris, 1995). A situação saiu de controle quando soldados japoneses de baixa patente, não informados pelos superiores sobre a contaminação das águas, consumiram os recursos hídricos locais. O resultado foi um surto epidêmico nas próprias fileiras imperiais, reduzindo consideravelmente a força de combate e marcando o primeiro grande fracasso tático da guerra bacteriológica japonesa (Harris, 1995). Os agentes patogênicos provaram ser incapazes de distinguir o soldado inimigo do aliado.

Podemos notar que, após o fracasso bacteriológico, Ishii precisava de alvos que não tivessem o poder de se defender; assim, manteria o controle da situação e provaria que o exorbitante investimento anual de 10 milhões de ienes (Harris, 1995) em seu programa não seria em vão. É nesse contexto que os ataques se voltam contra a população civil. Como aponta Harris (1995), entre 1941 e 1942 a escala da ofensiva aumentou significativamente.

²⁷ Cabe ressaltar que embora o término da construção do complexo de Pingfang tenha se oficializado em 1939, a Unidade 731 já estava em funcionamento. À medida que alas estratégicas, como as celas e os laboratórios de patologia, eram concluídas, as operações com os ‘*marutas*’ se iniciavam.

Aviões japoneses instrumentalizaram a miséria local ao lançar trigo, milho, bolinhos de arroz e retalhos de tecido infectados com peste, além de pulverizarem pulgas sobre áreas urbanas e rurais de Changde. Em Nanquim, a crueldade atingiu novos patamares quando soldados distribuíram doces infectados com antraz a crianças, explorando a vulnerabilidade infantil. No entanto, apesar de Ishii ter comprovado a capacidade de suas armas para o bioterrorismo em larga escala, o fracasso tático bateu novamente à sua porta.

Em agosto de 1942, na província de Zhejiang, ele liderou uma ofensiva que despejou 130 quilos de patógenos (antraz, cólera e febre tifoide) em diferentes fontes de água potável da região. Prisioneiros de guerra chineses infectados foram libertados para que, ao retornarem às suas comunidades, atuassem como vetores biológicos vivos, contaminando o subdesenvolvido saneamento local. Indo na contramão dos resultados esperados, enquanto inúmeros civis pereciam, as tropas japonesas que avançaram sobre o território recém-contaminado foram severamente atingidas. Ao menos 1.700 soldados morreram e outros 10.000 ficaram gravemente doentes (Harris, 1995), escancarando a natureza incontrolável e indiscriminada da guerra biológica, bem como o descaso do Alto Comando do Exército em relação à vida de suas próprias tropas.

No mesmo ano, Shirō Ishii foi destituído do comando do programa biológico. Os motivos ainda são alvos de debate historiográfico, transitando entre escândalos de corrupção, falhas estratégicas nos ataques de 1939 e 1942, e a ambição de Ishii em ascender na hierarquia militar, justificativa que ele próprio utilizaria anos depois (Harris, 1995). Independentemente da causa, 1942 marcou sua transferência para Nanquim, como chefe do Departamento Médico do Primeiro Exército, e a ascensão de Masaji Kitano à liderança do programa. O perfil biográfico de Kitano, embora menos documentado, revela um contraste expressivo em relação ao seu predecessor. Enquanto Ishii era uma figura carismática e extravagante, que conduzia a unidade como um projeto personalista, Kitano exibiu uma postura estritamente discreta e burocrática. Bacteriologista formado pela Universidade Imperial de Tóquio e dois anos mais jovem que Ishii, Kitano construiu uma sólida reputação dupla, tendo em vista que alcançou a patente de Major-General ao mesmo tempo em que lecionava na Universidade de Medicina de Manchukuo, firmando-se como o grande rival acadêmico de Ishii (Harris, 1995).

Na gestão de Kitano, as operações da Unidade 731 ganharam um verniz institucional ainda mais rigoroso. Os dados extraídos dos crimes cometidos no complexo passaram a ser convertidos em artigos às revistas médicas e, para mascarar as violações humanas, as vítimas eram referenciadas nesses textos sob o termo desumanizante de “macacos da Manchúria”, uma estratégia retórica que, na prática, era um segredo aberto e tolerado por grande parte da

comunidade científica japonesa (Yang; Tam, 2018). Além de refinar e tentar legitimar com mais ênfase a produção acadêmica do laboratório, Kitano assumiu o controle de uma extensa rede de instalações. Com a consolidação da Unidade 731, o Império Japonês gradualmente expandiu seu aparato necropolítico, estabelecendo cerca de 18 filiais espalhadas por Manchukuo, China, Filipinas, Indonésia, Singapura e Tailândia (Harris, 1995). Mesmo que cada uma dessas unidades possuísse administração própria e focos de pesquisa específicos, todas operavam de forma interdependente, compondo a engrenagem chefiada por Ishii e, posteriormente, Kitano. O quadro abaixo apresenta os principais braços do Departamento de Prevenção Epidêmica e Purificação de Água:

Quadro 2 - Principais unidades complementares ao complexo de Pingfang

Unidade	Localização	Atividades
Unidade 100 (Título original: Unidade de Proteção Anti-Epizootica de Cavalos)	Changchun, Manchukuo	Foco em botânica e veterinária patológica. Desenvolvia toxinas para destruir plantações e rebanhos, além de testar doenças animais, como o mormo (<i>Burkholderia mallei</i>), em humanos. Narcóticos como ópio e heroína estavam na lista de substâncias testadas. A única unidade cuja chefia não era subordinada à Ishii ou Kitano, e sim ao Major-General Veterinário Yujiro Wakamatsu, que nunca foi destituído do cargo.
Unidade 1644	Nanquim, China	Especializada na produção em massa de agentes patogênicos e na realização de testes letais em prisioneiros de guerra. Também reproduzia industrialmente ratos, pulgas e diferentes espécies de cobras, estudando as propriedades de seus venenos. Utilizou mais mulheres e crianças nos experimentos do que a própria Unidade 731.
Unidade 1855	Pequim, China	Apesar de os registros serem limitados, as evidências apontam que ela funcionava como uma estrutura de apoio direto aos experimentos conduzidos pela matriz de Harbin.

Fonte: Harris (1995) e Yang e Tam (2018)

Essa expansão evidencia que o projeto de guerra biológica transcendeu a ambição isolada de um oficial para se consolidar como uma das maiores apostas estratégicas do Japão.

A escalada da Segunda Guerra Sino-Japonesa e Mundial não serviu como obstáculo a essas pesquisas; pelo contrário, o avanço dos conflitos atuou como o principal catalisador dos investimentos. Ocultando os custos dentro do orçamento geral do Exército Imperial para blindar o programa contra qualquer reação negativa do governo civil, o Ministério da Guerra injetou recursos astronômicos no complexo. Se a antiga Fortaleza de Zhongma operava com um orçamento anual de 200 mil ienes, uma quantia já expressiva à época, o departamento recebeu 10 milhões de ienes logo em 1936, saltando para números entre 15 e 20 milhões em decorrência de sua expansão (Harris, 1995). A injeção desproporcional de capital nos ajuda a compreender o grau de determinação do Império Japonês em financiar a melhor tecnologia possível para sistematizar a morte.

4.2. O declínio imperial e a disputa geopolítica pela narrativa

O cenário geopolítico entre os anos de 1940 e 1945 representou uma mudança drástica e o início do colapso do Império Japonês. Aliado às forças do Eixo, o Japão viu sua expansão pelo Oceano Pacífico ruir devido ao esgotamento logístico e a decisões estratégicas mal calculadas. Meyer (2009) descreve que o momento de ruptura ocorreu após dezembro de 1941, quando o ataque surpresa à base naval estadunidense de Pearl Harbor arrastou o país para uma guerra rápida, porém desgastante. A partir de então, uma série de ofensivas militares desestabilizou o poderio japonês: ainda em 1942, o império falhou em capturar Port Moresby, na Nova Guiné, sofreu uma derrota decisiva contra os Estados Unidos na Batalha de Midway e, no ano seguinte, acumulou novas perdas nas Ilhas Salomão (Meyer, 2009).

Tal conjuntura se agravou de maneira irreversível em julho de 1944. Ao perder a Ilha de Saipan, nas Marianas, para as forças Aliadas, o Japão se viu exposto. Anteriormente, as vastas distâncias do Pacífico dificultavam bombardeios diretos ao arquipélago japonês, mas a queda de Saipan permitiu aos Estados Unidos o estabelecimento de bases aéreas estratégicas próximas ao império. Isso viabilizou voos de ida e volta dos bombardeiros pesados, inaugurando uma campanha de destruição sistemática do território japonês, e o impacto dessa derrota foi tão profundo que provocou a queda do gabinete do Primeiro-Ministro Hideki Tōjō (1941-1944). A renúncia de Tōjō, figura central da facção burocrática Tōseiha, discutida no primeiro capítulo, e ex-comandante da Kempeitai, mergulhou o país em uma profunda instabilidade política interna, resultando em sucessivas trocas de primeiros-ministros em apenas um ano (Meyer, 2009).

Mesmo diante do declínio militar, a indústria de morte da Unidade 731 continuou cometendo atrocidades em nome da ciência e sua linha de produção operava a todo vapor,

uma vez que as armas biológicas se tornaram um instrumento estratégico. As ofensivas sobre civis se expandiram para além das cidades já citadas, como Ningbo e Changde. Em 1943, sob o comando de Masaji Kitano, a cidade de Shinko e o condado de Noan foram infectados com peste. Convém ressaltar que, enquanto Shinko já possuía um histórico da doença, sem confirmação de interferência japonesa prévia, Noan nunca havia registrado casos antes (Harris, 1995). No ano seguinte, Xangai também foi atacada mediante os pulverizadores aéreos projetados por Ishii e aprimorados por Kitano, e mais ataques esporádicos continuaram a assolar partes da China, Manchúria, Mongólia e União Soviética até 1945 (Harris, 1995). Inclusive, a preparação de uma megaoperação se via em curso. Denominada ‘Flores de Cerejeira à Noite’, a ofensiva estava marcada para a noite do dia 22 de setembro de 1945 e previa o envio de um submarino porta-aviões a San Diego, na Califórnia, para o lançamento aéreo de milhares de pulgas contaminadas pela peste (Pua; Dybbro; Rogers, 2019).

O General Yoshijirō Umezu suspendeu a missão. Segundo ele, o ataque não servia a propósitos militares práticos, provocaria retaliações devastadoras das forças estadunidenses e, naquele momento, era crucial mobilizar todos os recursos à defesa do território japonês (Pua; Dybbro; Rogers, 2019). Isso representou um duro golpe para Kitano e Ishii, que continuava a acompanhar de perto o trabalho de seu sucessor (Yang; Tam, 1995), mas restavam poucas alternativas estratégicas. Àquela altura, as capacidades logísticas e humanas do império estavam se esgotando, e até mesmo o Exército de Guangdong, outrora a força hegemônica na Manchúria, via-se cada vez mais desarticulado: teve suas melhores divisões e equipamentos transferidos ao Japão, restando em suas fileiras majoritariamente jovens recrutas e camponeses despreparados (Gamsa, 2020). Somava-se a esse cenário o fato de que as tropas soviéticas se tornavam, mais do que nunca, uma ameaça iminente. Embora o Império Japonês e a União Soviética tivessem assinado, em 1941, um Pacto de Neutralidade válido por cinco anos, o acordo se mostrou condenado ao fracasso em fevereiro de 1945. Durante a Conferência de Yalta, Josef Stalin e Franklin D. Roosevelt firmaram um compromisso decisivo que determinava a entrada da União Soviética na guerra contra o Japão em troca da restituição de todos os antigos privilégios territoriais e ferroviários que pertenciam ao Império Russo na Manchúria antes da Guerra Russo-Japonesa (Meyer, 2009).

À União Soviética, coube a ocupação do norte da Península Coreana, das Ilhas Curilas, de Sacalina e, sobretudo, da Manchúria. A convergência das detonações atômicas em Hiroshima (6 de agosto) e Nagasaki (9 de agosto) com a invasão soviética do território manchu, também no dia 9, consolidou o colapso estrutural, econômico e humano do Império Japonês (Meyer, 2009). Cientes de que as tropas soviéticas não demorariam a alcançar as

instalações da Unidade 731 e suas filiais, o Alto Comando em Manchukuo agiu rapidamente. Na chuvosa madrugada do dia 9 para o dia 10, durante uma reunião de emergência, o Comandante-Chefe do Exército de Guangdong, General Otozō Yamada, ordenou diretamente a Shirō Ishii e Masaji Kitano, bem como a Yujiro Wakamatsu, da Unidade 100, a destruição total dos complexos, desde as infraestruturas até os documentos incriminatórios (Yang; Tam, 2018).

Harris (1995) e Yang e Tam (2018) descrevem que a urgência em eliminar os vestígios resultou em uma operação massiva. Na Unidade 731, o principal alvo devido às suas dimensões e ao conteúdo de suas pesquisas, explosivos foram detonados por toda a instalação. Os blocos prisionais, cujas paredes de concreto eram espessas demais para as cargas explosivas comuns, foram derrubados com o uso de caminhões-bomba lançados propositalmente contra as estruturas, enquanto equipamentos pesados eram esmagados. O extermínio se tornou a melhor alternativa para lidar com os seres vivos. Assim, todos os prisioneiros, tanto os que haviam passado por experimentos quanto os saudáveis, e a maioria dos trabalhadores civis chineses foram executados por fuzilamento, gás venenoso ou injeções letais de cianeto de potássio. O volume de cadáveres foi tamanho que os crematórios, mesmo operando em capacidade máxima, não deram conta da demanda, obrigando o descarte de parte dos corpos em valas comuns. Paralelamente, enquanto animais de laboratório saudáveis eram abatidos, espécimes infectados, como cavalos, ratos e pulgas, foram propositalmente soltos, contaminando as proximidades. Em meio a esse cenário de terra arrasada, Ishii, Kitano e os cientistas de alto escalão da unidade fugiram em trens, navios e aviões rumo ao Japão, levando consigo os relatórios dos experimentos, os dados das pesquisas e alguns dos rolos de filmes contendo gravações dos crimes cometidos no complexo²⁸.

Quando os soldados soviéticos e chineses chegaram ao que antes era a Unidade 731, se depararam com escombros, animais doentes, retalhos de roupas e cadáveres (Harris, 1995). A destruição apressada do complexo foi a última operação bem-sucedida do Exército de Guangdong antes que o Imperador Hirohito anunciasse a capitulação do Japão, em 15 de agosto de 1945. Desestabilizado pelos bombardeios atômicos, o esgotamento militar e o avanço soviético, o império foi submetido à ocupação norte-americana sob a liderança do General Douglas MacArthur, designado Comandante Supremo das Forças Aliadas. Pela primeira vez em sua história imperial, o Japão se viu dominado por uma potência estrangeira,

²⁸ Essas produções eram exibidas durante as palestras de Ishii e Kitano, tanto diante do Alto Comando do Exército quanto em universidades japonesas, a fim de ilustrar o “trabalho” dos pesquisadores. O conteúdo salvo incluía experimentos nas câmaras de descompressão, congelamento e documentários dos ataques às cidades, como Ningbo e Xangai (Harris, 1995).

a mesma que, em uma ironia histórica, forçou a quebra de seu isolamento no século XIX. Operando por meio de um governo indireto, que preservou a figura do imperador para assegurar a docilidade e a cooperação da população, os Estados Unidos impuseram uma série de medidas²⁹ voltadas, segundo a retórica oficial, à desmilitarização e à democratização do país (Meyer, 2009). É nesse contexto de reconfiguração de poder que surge o Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente, conhecido como Julgamento de Tóquio.

Entre 1946 e 1948, seguindo um protocolo semelhante ao dos Julgamentos de Nuremberg³⁰, onze nações³¹ se reuniram para compor o Julgamento de Tóquio. Conforme o Artigo 1º de sua carta, o tribunal visava julgar as “pessoas acusadas, individualmente ou como membros de organizações, ou em ambas as condições, de delitos que incluam crimes contra a paz” (INTERNATIONAL MILITARY TRIBUNAL FOR THE FAR EAST, 1946, p. 21, tradução nossa). Sua metodologia jurídica se fundamentou na premissa de que a promotoria precisava comprovar o caráter generalizado ou sistemático dos crimes de guerra, além de demonstrar que o réu possuía conhecimento dos atos e autoridade suficiente para impedi-los ou interrompê-los. Ao todo, vinte e cinco altos líderes foram julgados. Desse grupo, sete foram condenados à morte, incluindo o ex-primeiro-ministro Hideki Tōjō, enquanto os demais receberam penas que variavam de sete anos de reclusão à prisão perpétua, sentenças estas que acabaram sendo comutadas posteriormente (Meyer, 2009).

Ao analisar a composição do tribunal, nota-se uma desproporção representativa que levanta questionamentos sobre a imparcialidade do processo. Embora a maior parte dos crimes de guerra japoneses tenha ocorrido em território asiático, dos onze juízes que compunham a corte, apenas três representavam nações da Ásia. Além disso, a hegemonia dos Estados Unidos era inegável, tendo em vista que o tribunal operava sob forte influência do General MacArthur e a acusação era liderada exclusivamente por um procurador-chefe estadunidense (IMTFE, 1946). Essa dinâmica consolidou a percepção de que, apesar do envolvimento de múltiplas nações, tratava-se de um tribunal de diretrizes ocidentais. O parecer dissidente do juiz indiano Radhabinod Pal ilustra perfeitamente as contradições desse modelo. Longe de ser um mero ato de rebeldia, seu voto pela absolvição de todos os réus configurou-se como uma importante reflexão jurídica. Mesmo reconhecendo as atrocidades cometidas pelo Japão e a necessidade de justiça, Pal argumentou que o tribunal operava sob

²⁹ Dentre as principais, destacam-se a promulgação de uma nova Constituição (em substituição à Constituição Meiji), a implementação de reformas econômicas, trabalhistas e agrárias, além da descentralização do poder político e da reformulação do sistema de educação para eliminar a propaganda nacionalista (Meyer, 2009).

³⁰ Para julgar a Alemanha Nazista.

³¹ Austrália, Canadá, China, França, Índia, Países Baixos, Nova Zelândia, Filipinas, União Soviética, Reino Unido e Estados Unidos (THE NATIONAL WWII MUSEUM, [s.d.]).

uma premissa hipócrita ao excluir o colonialismo ocidental do escopo dos crimes de guerra. Advindo da Índia Britânica, profundamente afetada pela exploração da Coroa, ele defendeu que as potências aliadas instrumentalizavam o conceito de “comunidade internacional” para camuflar seu próprio imperialismo (Khan, 2017).

Para o jurista, que expõe uma contradição essencial, o processo exigia que apenas os derrotados submetessem sua soberania ao domínio do tribunal, enquanto as potências vencedoras blindavam suas próprias ações coloniais da jurisdição internacional, preservando uma ordem jurídica desenhada para criminalizar revoltas anti-imperialistas (Khan, 2017). Analisando o Julgamento de Tóquio sob a ótica de Said (2003), evidencia-se que, em conformidade com a crítica de Pal, o tribunal operou como um autêntico palco de hegemonia narrativa. Nele, o Ocidente se autoproclamou tutor civilizatório e moral, atribuindo-se o direito de julgar o Oriente derrotado. A seletividade dessa justiça é clara ao constatar que a aniquilação de centenas de milhares de civis japoneses, vitimados pelos então recentes bombardeios atômicos estadunidenses, foi excluída dos crimes de guerra: tanto em Hiroshima quanto em Nagasaki, o quadro de vítimas era majoritariamente composto por civis de todas as idades que nada tinham a ver com as decisões político-militares do Estado. Monopolizando a balança da justiça, os vencedores definiram quais atrocidades seriam punidas e quais seriam institucionalmente apagadas.

A exclusão do programa de guerra biológica das cortes internacionais figura como o exemplo máximo de tal apagamento e da dinâmica de saber-poder. As atrocidades cometidas pelo Departamento de Prevenção de Epidemias e Purificação de Água foram sistematicamente suprimidas pelos Estados Unidos. Como resultado, nenhum nome vinculado ao complexo constou nos autos do Julgamento de Tóquio, apesar de as forças de ocupação já deterem os principais arquitetos do programa, Shirō Ishii e Masaji Kitano, além de colaboradores centrais, como o Major Yoshiyasu Masuda e o Tenente-Coronel Yoshitaka Sasaki. Inicialmente, sabendo da impossibilidade de esconder as ruínas das instalações do departamento, Ishii recorreu à dissimulação para atenuar sua responsabilidade. Ele defendeu a fachada institucional de Pingfang, alegando cinicamente tratar-se de um inofensivo centro de pesquisa defensiva, focado apenas na produção de vacinas e sistemas de purificação de água para as tropas japonesas. Na tentativa de ocultar a vasta rede de laboratórios espalhada pela Ásia, Ishii ainda desqualificou as acusações, conforme ilustra a transcrição de seu interrogatório conduzido pelo Tenente-Coronel A. T. Thompson:

Muitos homens da minha unidade, assim como de outras, que nada sabem sobre o assunto, têm espalhado rumores de que algum trabalho secreto vem sendo realizado com armas biológicas. Chegaram até a afirmar que um ataque com esse tipo de arma

estava sendo preparado, que grandes quantidades de bombas estavam sendo fabricadas e que aviões estavam sendo reunidos para esse propósito. Quero que fique perfeitamente claro que isso é falso (Thompson, 1946, p. 1067, tradução nossa).

O esforço de Ishii em classificar as confissões de seus subordinados como histeria visava confinar a dimensão ofensiva da Unidade 731 ao reino dos boatos infundados. Entretanto, sua recusa em admitir os crimes cessou no exato momento em que os norte-americanos transformaram a justiça em um balcão de negócios. O governo estadunidense tinha um objetivo claro de monopolizar o acervo macabro de experimentações em humanos antes da União Soviética, ciente de que tais pesquisas jamais poderiam ser conduzidas em seu próprio território sem as questões éticas (Nie, 2004). Assim que a imunidade total foi posta à mesa em troca da exclusividade desses dados, a postura de Ishii e seus comparsas se transformou. Os perpetradores passaram de negacionistas a informantes meticulosos, entregando às autoridades os vastos arquivos que haviam resgatado estrategicamente de Pingfang antes de destruírem o local (Yang; Tam, 2018).

A União Soviética, por sua vez, compreendeu rapidamente a manobra de ocultação norte-americana. Sua delegação, liderada pelo chefe de acusação Sergei Golunskii e pelo promotor Lev Smirnov, já manifestava profundo descontentamento com o monopólio dos Estados Unidos sobre o tribunal. Os soviéticos criticavam abertamente a condução das audiências exclusivamente em inglês e japonês, a exclusão da Mongólia do processo (apesar de seu território ter sido atacado) e, sobretudo, a blindagem política oferecida ao Imperador Hirohito e aos conglomerados industriais, que foram essenciais para o financiamento da máquina de guerra japonesa (Polunina, 2016). Porém, o ponto central de atrito diplomático envolvia a experimentação humana. Tendo sido os primeiros a alcançar as ruínas das instalações de Pingfang durante a invasão da Manchúria, os soviéticos fizeram cerca de 60 mil prisioneiros de guerra, entre os quais estavam 12 ex-membros do departamento biológico, incluindo o General Otozō Yamada, ex-comandante da Kempeitai (Polunina, 2016). Cientes de que Ishii estava sob custódia norte-americana, os promotores soviéticos formalizaram sucessivas solicitações para interrogá-lo e incluí-lo no banco dos réus. Afinal, o aparato biológico da Unidade 731 havia sido projetado tendo o Exército Vermelho como seu alvo estratégico primário. Em resposta, os Estados Unidos adotaram uma estratégia de esgotamento: atrasaram as solicitações sob a justificativa de que estavam “sob análise” até, por fim, negá-las definitivamente (Polunina, 2016).

Diante da recusa norte-americana em conceder acesso a Ishii e aos demais cientistas protegidos, a União Soviética optou por conduzir seu próprio processo judicial. Dessa forma, em 1949, foram instaurados os Julgamentos de Crimes de Guerra de Khabarovsk, voltados

aos 12 ex-membros do complexo capturados na Manchúria. Nie (2004) e Polunina (2016) argumentam que, em contraste com o Tribunal de Tóquio, que institucionalizou o silêncio sobre a guerra bacteriológica, a corte soviética configurou-se como o único fórum jurídico a expor e condenar publicamente as atrocidades cometidas na Unidade 731 e em suas filiais, mesmo que, por não pertencerem ao alto escalão, os réus não possuíssem o mesmo nível de detalhamento técnico que o líderes blindados pelos Estados Unidos. Apesar disso, durante as audiências, os prisioneiros confessaram abertamente a fabricação sistemática de epidemias e a condução de experimentos letais em civis e prisioneiros de guerra. Todavia, o impacto diplomático de Khabarovsk foi ativamente neutralizado pelo boicote exercido pelos norte-americanos. A contradição desse boicote torna-se evidente ao retomarmos a Carta do Julgamento de Tóquio, cujo Artigo 3º estabelecia expressamente que o processo liderado pelos Estados Unidos não prejudicaria

a jurisdição de qualquer outro tribunal, comissão ou órgão judicante internacional, nacional ou de ocupação, estabelecido ou a ser estabelecido no Japão ou em qualquer território de uma Nação das Nações Unidas com a qual o Japão tenha estado em guerra, para o julgamento de criminosos de guerra (IMTFE, 1946, p. 21, tradução nossa).

A realidade histórica se mostrou bastante diferente, à medida que se constituía o cenário para a Guerra Fria. Em vez de colaborar ou ao menos abster-se de intervir, os Estados Unidos atuaram para obstruir a justiça soviética, pois, além de garantirem a blindagem dos líderes do programa biológico, empreenderam um esforço sistemático para deslegitimar o Julgamento de Khabarovsk. Nie (2004) e Polunina (2016) descrevem que, pautados pela retórica anticomunista, os norte-americanos reduziram as investigações soviéticas à categoria de “propaganda soviética”. Embora seja inegável a dimensão propagandística de Khabarovsk, concebido, em grande medida, como uma resposta à exclusão operada no Julgamento de Tóquio, esse viés ideológico não suprime a materialidade dos fatos ali expostos. O tribunal soviético produziu um acervo de provas rigoroso, cuja autenticidade é atestada pelos historiadores contemporâneos dedicados ao tema.

Não à toa, esse inquérito foi rapidamente ofuscado por um negacionismo norte-americano estratégico, no qual a escala e a crueldade das atrocidades foram propositalmente minimizadas: disseminou-se a versão de que as pesquisas japonesas existiam, mas eram puramente defensivas, restritas ao uso de cobaias animais, e que os depoimentos colhidos em Khabarovsk poderiam ter sido forjados ou extraídos sob coação (Polunina, 2016). O sucesso desse negacionismo contou com a colaboração indireta do próprio regime stalinista que, ao confinar o tribunal à Sibéria e barrar o acesso da imprensa e da diplomacia ocidental

japonesas. Durante os interrogatórios soviéticos, Kiyoshi Kawashima, ex-líder da divisão bacteriológica, testemunhou que não menos de 600 pessoas eram mortas anualmente dentro das instalações da Unidade 731 (MATERIALS..., 1950). Essa estimativa resulta em um piso de aproximadamente 6.000 vítimas diretas durante o período de funcionamento do complexo, explicando o motivo de descartarem as cobaias humanas com tanta facilidade. Todavia, como aponta Harris (1995), essa métrica é incompleta, pois os números referentes à Fortaleza de Zhongma, o laboratório precursor, são totalmente incertos, sabendo-se apenas que as instalações operavam na capacidade máxima para até mil prisioneiros simultâneos.

O maior obstáculo para a contabilidade histórica reside na própria burocracia adotada pelos cientistas japoneses, concebida especificamente para mascarar a escala do genocídio. Os *'marutas'* recebiam numerações restritas ao intervalo de 101 a 1.500. Atingido o limite, o ciclo não avançava para 1.501; ele era reiniciado. Essa reciclagem mórbida ocorria porque as vítimas raramente sobreviviam mais de três semanas aos experimentos. Quando um novo *'maruta'* ingressava com o número 150, o indivíduo que carregava o número 130 provavelmente já havia sido incinerado, liberando sua numeração na planilha de organização do complexo. Esse sistema circular de registros impossibilitava a fixação de uma quantidade total acumulada e funcionava como uma tecnologia de ocultação contra eventuais inspeções (Harris, 1995). Somando-se as outras 18 unidades satélites espalhadas pela Ásia, historiadores como Harris (1995), Yang e Tam (2018) e Chan (2020) trabalham com a estimativa de que, no mínimo, 10.000 pessoas foram assassinadas nos laboratórios, um número que exclui os civis mortos nos ataques biológicos às cidades e os trabalhadores escravizados na construção dos complexos.

A imprecisão quantitativa é um sintoma direto do apagamento institucional que nega às vítimas o direito fundamental à memória. O fim da Segunda Guerra Mundial encerrou as hostilidades, mas condenou os prisioneiros a uma segunda morte: a perpetuação de seu status como *'marutas'* na história. Se o pacto de imunidade com os Estados Unidos blindou a elite científica no Julgamento de Tóquio, o Estado japonês encarregou-se do silenciamento interno por meio de uma amnésia institucionalizada que começou por seu sistema educacional. Durante décadas, os livros didáticos omitiram a guerra bacteriológica, o Massacre de Nanquim e a escravidão sexual. Sob o pretexto de proteger os alunos de supostas propagandas antijaponesas ou alegando falta de maturidade das novas gerações, o Estado promoveu uma limpeza curricular. Nas raras ocasiões em que essas violências são mencionadas, aparecem como meros danos colaterais da segurança nacional em tempos de guerra (Yang; Tam, 2018).

A consequência disso é estrutural: ao excluir o crime de seu projeto político-pedagógico, o Estado garante que a própria sociedade seja incapaz de reconhecê-lo.

Nesse sentido, a impunidade se manifestou tanto na ausência de punição quanto na reabilitação dos criminosos. Protegidos pelo pacto de silêncio, os arquitetos da guerra biológica sequer precisaram buscar refúgio no anonimato, já que foram prontamente reabsorvidos pelas elites intelectual, política e corporativa do Japão. Yang e Tam (2018) destacam o retorno de ex-pesquisadores às universidades, onde procuraram encobrir eticamente seus achados. O caso de Hisato Yoshimura, ex-diretor da divisão de congelamento, é um exemplo. Nomeado professor no Departamento de Medicina da Universidade de Quioto, ele utilizou os dados da Manchúria para publicações acadêmicas. Em um de seus artigos, inclusive, descreveu os efeitos de temperaturas extremas em bebês, omitindo metodologicamente a origem de suas cobaias para apresentar o crime como ciência convencional (Yang; Tam, 2018). Essa reinserção se estendeu ao núcleo da própria engrenagem do Estado. Em uma ironia amarga frente ao controle do projeto político-pedagógico do país, Hajime Uemura, ex-diretor da divisão de pesquisas com antraz, tornou-se o principal inspetor de livros didáticos do Ministério da Educação, Ciência e Cultura, enquanto o ex-pesquisador Junichi Kaneko assumiu a chefia de investigações do Ministério da Defesa (Yang; Tam, 2018).

No setor privado, a indústria biomédica serviu simultaneamente de refúgio e plataforma de lucro. Em 1950, Ryōichi Naitō e Hideo Futaki fundaram a *Green Cross Japan* (Cruz Verde), uma empresa de hemoderivados que logo abrigou outros veteranos de Pingfang, como Masaji Kitano, nomeado diretor da filial de Tóquio. A experiência adquirida na indústria da morte rendeu lucros exorbitantes à empresa ao abastecer o Exército dos Estados Unidos com plasma seco durante a Guerra da Coreia (1950-1953), um legado de negligência sanitária que culminaria, nos anos 1980, no escândalo de venda de sangue contaminado com o vírus do HIV (Yang; Tam, 2018). Quanto ao idealizador de todo o sistema, Shirō Ishii, seus últimos anos transcorreram na mais absoluta normalidade civil. Em um desfecho carregado de simbolismo, o homem que impôs o silêncio a milhares de vítimas faleceu em 1959, vítima de um câncer de laringe que o privou de sua própria voz (Yang; Tam, 2018).

Foi contra tal muro de negacionismo estatal que as famílias das vítimas e os ativistas precisaram se mobilizar. Diferentemente da prisão de Zhongma, a Unidade 731 não deixou cobaias humanas sobreviventes para testemunhar, tornando essa busca ainda mais solitária. A resistência no pós-guerra transcendeu a mera exigência por justiça penal, já inviabilizada pela blindagem jurídica dos criminosos, e se converteu em uma árdua batalha pela restituição da

humanidade. O objetivo central era devolver nomes, rostos e biografias aos indivíduos apagados, culminando em um processo exaustivo, atravessado por décadas de luto e incertezas. Yibing Wang, por exemplo, passou mais de 50 anos inspecionando arquivos em busca do pai, Yaoxuan Wang. A resposta para suas buscas ocorreu apenas em 1995, por intermédio de seu advogado, Harumi Watanabe, que localizou Yutaka Mio, um ex-oficial da Kempeitai. Mostrando-se arrependido, Mio confessou, ajoelhado e em prantos, ter torturado Yaoxuan e autorizado seu envio a Pingfang (Yang; Tam, 2018). O mesmo silêncio institucional atingiu Fengqin Li, que só desvendou o trágico fim do pai, Pengge Li, no início dos anos 2000, através do vazamento de registros confidenciais da Kempetai, entre os quais encontrava-se a ficha de Pengge, cujo destino foi sentenciado com o carimbo de ‘transferência especial’ (Yang; Tam, 2018).

A partir da década de 1980, destituídas de qualquer apoio oficial do governo chinês, dezenas de famílias de vítimas, como os parentes de Yaoxuan Wang e Pengge Li, articularam-se para processar o Estado japonês. Obrigadas a viajar regularmente ao Japão, essas famílias foram auxiliadas por advogados japoneses, que atuaram na coleta de provas e na busca por testemunhas; por organizações civis sino-japonesas, que ajudaram a financiar os trâmites legais; e por historiadores de ambos os países, cuja expertise foi vital para embasar as ações (Yang; Tam, 2018). O esforço conjunto ganhou uma dimensão inédita com a adesão de ex-integrantes do complexo biológico, que concordaram em depor a favor das vítimas. Esse grupo de denunciante era composto, majoritariamente, por homens recrutados para servir à Unidade ainda na adolescência e que, mesmo enfrentando graves ameaças de grupos fascistas, romperam o pacto de silêncio. Um caso notório é o de Yoshio Shinozuka. Levado a Pingfang em 1939, aos 15 anos de idade, ele se entregou às autoridades chinesas após o fim da guerra. Posteriormente anistiado, Shinozuka se dedicou a acompanhar as famílias nos tribunais e a prestar depoimentos minuciosos sobre o programa. Curiosamente, em 1998, ao tentar viajar para os Estados Unidos para ministrar uma palestra sobre o tema, teve seu visto negado e sua entrada barrada pelo governo norte-americano (Yang; Tam, 2018).

A batalha judicial travada pelas vítimas e por seus familiares resultou em um cenário de reconhecimentos simbólicos e danos materiais. Além do trauma psicológico, muitos dos sobreviventes foram obrigados a conviver com danos físicos permanentes³², destacando-se os

³² O antraz se destaca pela alta resiliência, sendo capaz de permanecer no solo por longos períodos. Durante a ocupação japonesa, a dispersão de bombas com essa bactéria infectou camponeses de forma imediata e progressiva, gerando o que as vítimas denominaram “síndrome das pernas apodrecidas”. Caracterizada por úlceras cutâneas crônicas e necrose tecidual de difícil cicatrização, a enfermidade resultou em deformidades permanentes e amputações (Pua; Dybbro; Rogers, 2019).

habitantes de vilarejos bombardeados com antraz, servindo como mais uma prova do programa de extermínio japonês. No âmbito legal, se por um lado o Tribunal Distrital de Tóquio reconheceu formalmente a materialidade dos crimes biológicos, por outro, o Estado japonês recusa-se, até o presente, a emitir um pedido oficial de desculpas ou conceder indenizações. A argumentação central da justiça nipônica estabelece que a responsabilidade por atos de guerra é matéria de negociação exclusiva entre Estados, inviabilizando processos movidos por indivíduos (Yang; Tam, 2018). Esse apagamento jurídico foi definitivamente consolidado pela Suprema Corte do Japão que, utilizando-se da assinatura do Comunicado Conjunto Japão-China (1972)³³, rejeitou os apelos civis sob a justificativa de que o tratado extinguiu o direito legal das vítimas de reivindicarem indenizações (Yang; Tam, 2018). A barreira jurídica imposta pela Corte, afinal, representou o triunfo da diplomacia sobre a memória. Ao declarar a extinção dos direitos civis por meio de um tratado, o Estado japonês pavimentou o caminho para se reinventar no cenário internacional sem as amarras de sua herança imperial, e o passado militar foi cirurgicamente isolado para dar lugar à exportação de uma imagem nacional pacífica e moderna.

³³ Acordo de normalização diplomática entre os dois países.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À luz das discussões expostas até aqui, que permitiram alcançar os objetivos propostos por esta pesquisa, o impacto mais perturbador ao se analisar a trajetória do Departamento de Prevenção Epidêmica e Purificação de Água reside na subversão absoluta do propósito da medicina moderna, isto é, o imperativo biopolítico de fazer viver. O horror perpetrado em Manchukuo não foi um desvio de cientistas loucos operando à margem da civilização, e sim o ponto culminante de um projeto imperial friamente calculado. Desde o trauma da intervenção estrangeira em 1853, o Japão internalizou a lógica do imperialismo ocidental e, no ímpeto de escapar da condição de periferia e não ser engolido pelas potências ocidentais, mimetizou seus agressores. Primeiro, voltou a opressão contra si mesmo, forjando uma sociedade militarizada sob leis opressoras em nome da segurança nacional e, depois, projetou seu próprio Oriente sobre os países vizinhos. Adotando o olhar do colonizador, o Estado japonês desumanizou a Ásia, reduzindo-a a um contraponto inferior para afirmar sua suposta superioridade civilizatória.

É importante destacar, entretanto, que as atrocidades médicas se sustentaram por meio de uma rede institucional e perfeitamente legal, não uma obra exclusiva do Estado. O crime de Pingfang foi, fundamentalmente, um crime compartilhado. A fábrica de morte operou porque trens da Companhia da Estrada de Ferro do Sul da Manchúria ajudavam a transportar as vítimas com precisão logística enquanto a Kempeitai sequestrava os indivíduos indesejáveis nas ruas e casas de Harbin; e porque o Ministério da Guerra, junto às prestigiadas Universidades Imperiais de Tóquio e Quioto, ligadas à Escola Médica do Exército, forneciam o arcabouço orçamentário e intelectual. Dessa forma, homens letrados, amparados por títulos acadêmicos, administraram a morte com a mesma indiferença burocrática com que assinavam relatórios. Nesse ecossistema, o Outro era, simultaneamente, inimigo e insumo biológico descartável, cuja aniquilação era justificada em nome do progresso da nação.

Por fim, a constatação mais revoltante dessa engrenagem necropolítica é o seu profundo fracasso prático. O programa arquitetado por Shirō Ishii, que prometia entregar uma tecnologia biológica revolucionária para garantir a hegemonia japonesa, provou-se uma falácia amparada em pseudociência. Nenhuma daquelas atrocidades metodicamente documentadas resultou em avanços médicos genuínos, que pudessem beneficiar a sociedade do país, ou em armamentos decisivos para o exército. Se excluirmos as bombas especiais e os pulverizadores adaptados, resta apenas os ataques biológicos limitados às velhas campanhas de sabotagem, que frequentemente expuseram as próprias tropas japonesas ao contágio e

sequer serviram para atingir as potências pretendidas, como a União Soviética e os Estados Unidos. O verdadeiro legado da Unidade 731, portanto, não é o de um avanço científico moralmente questionável, mas o da institucionalização do extermínio. Incontáveis vidas foram apagadas em laboratórios onde a única invenção real foi o aperfeiçoamento da capacidade humana de banalizar o mal e extinguir o Outro.

A complexidade do sistema necropolítico de Manchukuo e as ramificações dos testes biológicos japoneses demonstram que o tema está longe de ser esgotado, especialmente no que se refere às disputas sobre memória histórica. Atualmente, a percepção global do Japão se fundamenta em seu *soft power*, que exporta uma imagem pacifista, tecnológica e culturalmente cativante, consolidada por meio de ricas tradições e conteúdos de entretenimento que vão desde mangás a jogos eletrônicos. É comum que essa projeção, aliada à narrativa de vitimização construída após os bombardeios atômicos, atue como uma cortina de fumaça que ofusca o brutal imperialismo japonês exercido na Ásia. É nesse contexto de apagamento que espaços como o Museu de Evidências dos Crimes de Guerra da Unidade 731 (侵華日軍第七三一部隊罪証陳列館), erguido nas ruínas de Pingfang, em Harbin (hoje conhecida como a Cidade de Gelo por seu festival anual com esculturas), assumem um papel vital. Mais do que meros repositórios do passado, eles funcionam como trincheiras de resistência contra o esquecimento. Relembrar as vítimas é, portanto, um alerta contínuo de que a ciência, quando desprovida de limites éticos e subordinada a projetos coloniais, é capaz de justificar as mais absolutas atrocidades.

REFERÊNCIAS

- AGAKI, Roy H.; KOO, T. Z.; CHAMBERLAIN, Joseph P. **Manchuria**. New York: Foreign Policy Association, 1932. Disponível em: <https://archive.org/details/manchuria00agak>.
- AKAMI, Tomoko. Meiji Diplomacy (1868–1912). In: MARTEL, Gordon (ed.). **The Encyclopedia of Diplomacy**. [S. l.]: John Wiley & Sons, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/9781118885154.dipl0532>. Acesso em: 10 nov. 2024.
- ANESAKI, Masahira. History of public health in modern Japan: the road to becoming the healthiest nation in the world. In: LEWIS, Milton J.; MACPHERSON, Kerrie L. (Org.). **Public health in Asia and the Pacific: historical and comparative perspectives**. New York: Routledge, 2008. p. 55-72.
- BECKHAM, Haddie. Unit 731 map found by the Soviet Union. **Pacific Atrocities Education**, San Francisco, 1 jul. 2020. Disponível em: <https://www.pacificatrocities.org/blog/unit-731-map-found-by-the-soviet-union>.
- CAI, Weijun. Examining the Perceptions and Responses to the Concept of the “Yellow Race” in Meiji Japan: A Case Study. **Journal of Education, Humanities and Social Sciences**, [S. l.], v. 32, p. 1–6, 2024. DOI: 10.54097/tc193286. Disponível em: <https://drpress.org/ojs/index.php/EHSS/article/view/20859>. Acesso em: 28 ago. 2025.
- CHAN, Jenny. **Marutas of Unit 731: human experimentation of the Asian Auschwitz**. San Francisco: Pacific Atrocities Education, 2020.
- CHUNG, Yuehtsen Juliette. Sovereignty and Imperial Hygiene: Japan and the 1919 Cholera Epidemic in East Asia. In: MINOHARA, Tosh; HON, Tze-ki; DAWLEY, Evan (Org.). **The decade of the Great War: Japan and the wider world in the 1910s**. Leiden: Brill, 2014, p. 439–460.
- CUI, Luomei. Reactivating traumatic memory through paratexts: translating titles and covers of The Rape of Nanking. **International Journal of Chinese and English Translation & Interpreting**, [S. l.], out. 2025. DOI: <https://doi.org/10.56395/pt1xm861>. Disponível em: <http://ijceti.at-journals.com/ojs/index.php/description/article/view/136>. Acesso em: 13 jan. 2026.
- FILLMORE, Millard; PERRY, Matthew C. **Letters from U.S. President Millard Fillmore and U.S. Navy Commodore Matthew C. Perry to the Emperor of Japan (1852-1853)**. In: ASIA FOR EDUCATORS. New York: Columbia University, [s.d.]. Disponível em: https://afe.easia.columbia.edu/special/japan_1750_perry.htm. Acesso em: 7 fev. 2025.

- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Tradução: Roberto Machado. 19. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2025.
- GAMSA, Mark. **Manchuria: A Concise History**. London: Bloomsbury Publishing Plc, 2020.
- GOLD, HAL. **Unit 731: Testimony**. 2. ed. Vermont: Tuttle Publishing, 1997.
- GUILLEMIN, Jeanne. The 1925 Geneva Protocol: China's CBW Charges Against Japan at the Tokyo War Crimes Tribunal. In: FRIEDRICH, Bretislav (Org.). **One Hundred Years of Chemical Warfare: Research, Deployment, Consequences**. Cham: Springer, 2017. p. 273–286.
- HARRIS, Sheldon H. **Factories of Death: Japanese biological warfare, 1932-45, and the American cover-up**. Oxfordshire: Routledge, 1995.
- HASEGAWA, Kenji. The Massacre of Koreans in Yokohama in the Aftermath of the Great Kanto Earthquake of 1923. **Monumenta Nipponica**, [S. l.], v. 75, n. 1, p. 91-122, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/mni.2020.0002>. Acesso em: 09 ago. 2025.
- HENSHALL, Kenneth G. **A history of Japan: from stone age to superpower**. New York: Pallgrave, 1999.
- HOLMES, W. M. **An eye-witness in Manchuria**. New York: International Publishers, 1933. Disponível em: <https://archive.org/details/holmes-an-eye-witness-in-manchuria>.
- HONG, Sookyeong. Between Ideology and Spectatorship: The “Ethnic Harmony” of the Manchuria Motion Picture Corporation, 1937–1945. **Cross-Currents: East Asian History and Culture Review**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 116-138, mai. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/ach.2013.0005>. Acesso em: 09 dez. 2025.
- HUANG, David K. C.; LI, Nigel N. T. From *Fukoku Kyohei* to *Fu-Guo-Qiang-Bing*: a comparative analysis of Imperial China and Japan. **Comparative Legal History**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 27-51, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2049677X.2020.1768238>. Acesso em: 09 dez. 2024.
- INTERNATIONAL MILITARY TRIBUNAL FOR THE FAR EAST. **Special proclamation by the Supreme Commander for the Allied Powers at Tokyo January 19, 1946; charter dated January 19, 1946; amended charter dated April 26, 1946**. Tokyo: [s. n.], 1946. Disponível em: https://www.un.org/en/genocideprevention/documents/atrocity-crimes/Doc.3_1946%20Tokyo%20Charter.pdf. Acesso em: 11 dez. 2025.
- JANSEN, H. J.; BREEVELD, F. J.; STIJNIS, C.; GROBUSCH, M. P. Biological warfare, bioterrorism, and biocrime. **Clinical Microbiology and Infection**, [S. l.], v. 20, n. 6, p.

488-496, jun. 2014. DOI: 10.1111/1469-0691.12699. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24890710/>. Acesso em: 09 jun. 2025.

JAPÃO. **The Constitution of the Empire of Japan**. 11 fev. 1889. In: NATIONAL DIET LIBRARY. Birth of the Constitution of Japan. [Tokyo], [s.d.]. Disponível em: <https://www.ndl.go.jp/constitution/e/etc/c02.html>.

KHAN, Adil Hasan. Inheriting a tragic ethos: learning from Radhabinod Pal. **AJIL Unbound**, [S. l.], v. 110, p. 25-30, 2017. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-journal-of-international-law/article/inheriting-a-tragic-ethos-learning-from-radhabinod-pal/1C5F9C5C30766EC3FE4DBCA013561E84>. Acesso em: 2 jan. 2026.

KIM, Hoi Eun. **Doctors of Empire: Medical and Cultural Encounters between Imperial Germany and Meiji Japan**. Toronto: University of Toronto Press, 2014.

KIM, Jimin; BISLAND, Beverly Milner Lee; SHIN, Sunghee. Teaching about the comfort women during World War II and the use of personal stories of the victims. **Asian Literature in the Humanities and the Social Sciences**, [S. l.], v. 24, n. 3, p. 58-63, 2019.

KIMURA, Takashi. Premodern Ideas “kokutai” as Essential Elements of Modernization in Japanese Historical Process. **Vestnik of Saint Petersburg University Asian and African Studies**, [S. l.], v. 11, n. 4, p. 463-479, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21638/spbu13.2019.404>. Acesso em: 28 mai. 2024.

KOIZUMI, Kenkichiro. In Search of Wakon: The Cultural Dynamics of Manufacturing Technology in Postwar Japan. **Technology and Culture**, [S. l.], v. 43, n. 1, p. 29-49, jan. 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/tech.2002.0024>. Acesso em: 2 fev. 2025.

LEDERER, Susan E. **Subjected to Science: Human Experimentation in America before the Second World War**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.

LIGA DAS NAÇÕES. **Hygiene and Public Health in Japan, Chosen and Manchuria**. Report on Conditions Met with During the Tour of the League of Nations Interchange of Health Officers. Kuala Lumpur: Federated Malay States Government Printing Office, 1927. Disponível em: <https://www.loc.gov/item/2021667900/>.

MATERIALS on the trial of former servicemen of the Japanese army charged with manufacturing and employing bacteriological weapons. Moscow: Foreign Languages Publishing House, 1950. Disponível em: <https://archive.org/details/MaterialsOnTheTrialOfFormerServicemen/mode/2up>.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução: Renata Santini. São Paulo: n-1 edições, 2018.

- MEYER, Milton W. **Japan: A Concise History**. 4. ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009.
- MORIKAWA, Terumichi. Ideals of self-reliance and personal advancement: modern education in the Meiji era 1868 to 1912. *In*: TSUJIMOTO, Masashi; YAMASAKI, Yoko (Org.). **The history of education in Japan (1600–2000)**. New York: Routledge, 2017. p. 34-60.
- NAKAYAMA, Izumi. Posturing for Modernity: Mishima Michiyoshi and School Hygiene in Meiji Japan. **East Asian Science, Technology and Society: An International Journal**, [S. l.], v. 6, p. 355-378, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1215/18752160-1727678>. Acesso em: 10 jun. 2024.
- NARAOKA, Sōchi. A new look at Japan's Twenty-One Demands: reconsidering Katō Takaaki's motives in 1915. *In*: MINOHARA, Tosh; HON, Tze-ki; DAWLEY, Evan (Org.). **The decade of the Great War: Japan and the wider world in the 1910s**. Leiden: Brill, 2014. p. 189-210.
- NIE, Jing-Bao. The West's dismissal of the Khabarovsk trial as 'communist propaganda': ideology, evidence and international bioethics. **Journal of Bioethical Inquiry**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 32-42, 2004. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/16025597/>. Acesso em: 3 mai. 2025.
- NOGUCHI, Hideyo. A cutaneous reaction in syphilis. **The Journal of Experimental Medicine**, New York, v. 14, n. 6, p. 557-568, 1911. Disponível em: <https://europepmc.org/article/pmc/2124847>.
- OBERLÄNDER, Christian. The rise of Western "scientific medicine" in Japan: bacteriology and beriberi. *In*: LOW, Morris (Org.). **Building a modern Japan: science, technology and medicine in the Meiji Era and beyond**. New York: Palgrave, 2005. p. 13-36.
- OTSUBO, Sumiko. The influenza pandemic of 1918, Taisho Democracy and freedom of the press during the Siberian Intervention. *In*: WITTNER, David G.; BROWN, Philip C. (Org.). **Science, technology, and medicine in the modern Japanese empire**. New York: Routledge, [2016]. p. 79-97.
- O'BRIEN, Suzanne G. Splitting Hairs: History and the Politics of Daily Life in Nineteenth-Century Japan. **The Journal of Asian Studies**, [S. l.], v. 67, n. 4, p. 1309-1339, nov. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S0021911808001794>. Acesso em: 11 dez. 2024.
- POLUNINA, Valentyna. The Khabarovsk trial: the Soviet riposte to the Tokyo Tribunal. *In*: SELLARS, Kirsten (Org.). **Trials for international crimes in Asia**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 121-144.

- PUA, Derek; DYBBRO, Danielle; ROGERS, Alastair. **Unit 731: The Forgotten Asian Auschwitz**. 2. ed. San Francisco: Pacific Atrocities Education, 2019.
- RAMESH, Sangaralingam. **China's economic rise: lessons from Japan's political economy**. Cham: Palgrave Macmillan, 2020.
- RUFINO, Carina Borges. Moda e política: por uma tradução estética dos poderes. **Temática**, [S. l.], ano 16, n. 10, p. 120-135, out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/tematica/article/view/55780>. Acesso em: 18 set. 2024.
- SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. Tradução: Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- SEAMAN, Louis L. **The real triumph of Japan: the conquest of the silent foe**. New York: Appleton and Company, 1906.
- SHŌGETSU, Tōshū. **The Third Domestic Exhibition in Ueno Park**. 1890. 1 gravura. In: FANNING THE FLAMES: propaganda in modern Japan. Hoover Institution Library & Archives. Disponível em: <https://fanningtheflames.hoover.org/nishiki-e-collection>. Acesso em: 19 set. 2024.
- SOUTH MANCHURIA RAILWAY. **Manchuria: Land of Opportunities**. New York: South Manchuria Railway, 1922. Disponível em: <https://archive.org/details/manchurialand00soutuoft>.
- SOUTH MANCHURIA RAILWAY. **The Progress of Manchuria**. 1933. 1 banner. In: LIBRARY OF CONGRESS. Disponível em: <https://blogs.loc.gov/maps/2021/06/manchoukuo-come-for-the-prosperity-stay-for-the-harmony/>.
- SUZUKI, Sadami. **Manchukuo: Imperial Japan's Puppet State**. Nippon.com, Tokyo, 2023. Disponível em: <https://www.nippon.com/en/in-depth/d00815/>. Acesso em: 30 nov. 2025.
- TAMAI, Yoshinao. Consideration of Water on the Battlefield. **Journal of Policy Science**, [S. l.], v. 12, p. 57-67, 2018. Disponível em: https://ritsumei.repo.nii.ac.jp/?action=repository_action_common_download&item_id=4679&item_no=1&attribute_id=22&file_no=1. Acesso em: 7 out. 2024.
- THOMPSON, A. T. **Stenographic transcript of interrogation of Lt. Gen. Shiro Ishii 2/5/45**. [S. l.: s. n.], 1945. In: PACIFIC ASIA WAR ARCHIVE. Disponível em: <https://www.pacificatrocitiesedu.reclaim.hosting/items/show/293>. Acesso em: 12 mar. 2026.
- WARD, Max. Reconsidering the Passage of the 1925 Peace Preservation Law at its Centennial. **The Asia-Pacific Journal: Japan Focus**, [S. l.], v. 23, art. e6, p. 1-10, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/apj.2025.1>. Acesso em: 21 dez. 2025.

- WARD, Max. Toward a genealogy of the police idea in imperial Japan: a synthesis. **International Journal of Asian Studies**, [S. l.], v. 20, p. 631-648, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/S1479591421000395>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- WOOD, Michael. **História da China**: o retrato de uma civilização e de seu povo. Tradução: Jennifer Koppe e Carolina Pompeo. São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.
- XU, Meng-Qi; PAN, Fei; PENG, Li-Hua; YANG, Yun-Sheng. Advances in the isolation, cultivation, and identification of gut microbes. **Military Medical Research**, [S. l.], v. 11, n. 1, art. 34, jun. 2024. DOI: 10.1186/s40779-024-00534-7. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/38831462/>. Acesso em: 11 dez. 2025.
- YANG, Yan Jun; TAM, Yue Him. **Unit 731 – Laboratory of the Devil, Auschwitz of the East**: Japanese Biological Warfare in China (1933-45). Stroud: Fonthill Media, 2018.
- YOSHIDA, Kazuhiro. Skills and Technological Development in the Early Stage of Industrialization: Implications from Japanese Experiences in the Meiji Era. **Journal of International Cooperation in Education**, Hiroshima, v. 13, n. 2, p. 31-47, 2010.
- ZHAO, Gaoyu. The Mandate of Heaven: Dynastic Stability and Cultural Ideals in Chinese History. **Journal of Literature and Arts Research**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 26–30, 2025. DOI: 10.71222/vkdbc984. Disponível em: <https://www.gbspress.com/index.php/JLAR/article/view/360>. Acesso em: 27 nov. 2025.
- ZHONG, Weimin. The Roles of Tea and Opium in Early Economic Globalization: A Perspective on China's Crisis in the 19th Century. **Frontiers of History in China**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 86-105, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s11462-010-0004-0>. Acesso em: 3 ago. 2025.